ÓRGÃO CENTRAL
DO
PARTIDO COMUNISTA
PORTUGUÊS

Director
António Dias Lourenço

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Ano 49 — Série VII — N.º 344
21 de Agosto de 1980

Preço: 12$50

SEMANÁRIO

Propriedade do Partido Comunista Português | Dir./Red. – R. Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX | Tel. 76 97 25 – Telex 18390 | Composição e impressão – Heska Portuguesa | Distribuição – *CDL*, R. Pedro Nunes, – 1000 Lisboa

Os cravos de Abril dão-se de mão em mão

Tal como os cravos de Abril, a campanha eleitoral da APU passa-se de mão em mão!

Desce as ruas, bate às portas, vive no falar com todos.

Não se fecham cravos de Abril em vasos nem se fecham as palavras do Povo Unido dentro de casa!

Os cravos de Abril floresceram porque sairam da terra e andam nas mãos do povo: as palavras da APU florescem quando saiem das páginas dos programas e entram no coração e na vontade de cada português.

A campanha que vamos fazer é a campanha de Abril.

Vamos com ela onde o povo está.

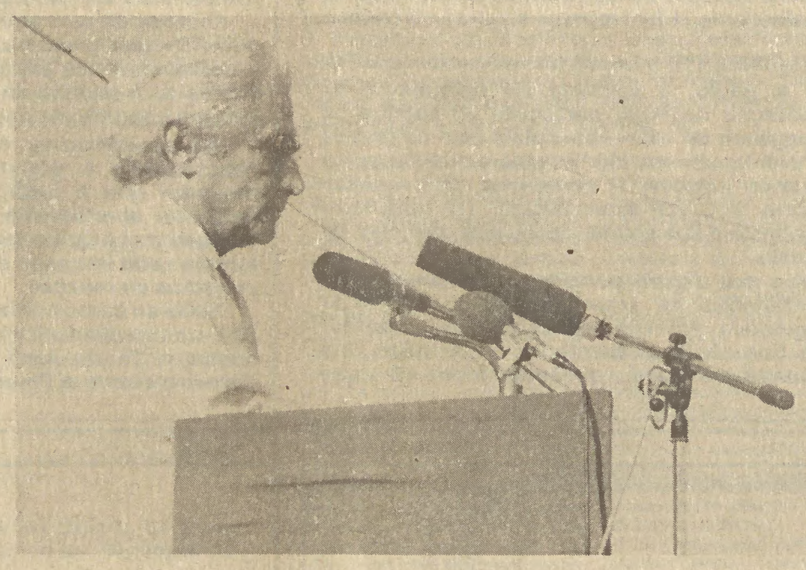
A DORL dá já o exemplo descendo com as suas bancas às ruas de Lisboa, lá onde passam as pessoas, onde falamos com elas, onde elas nos interrogam.

No próximo fim-de-semana vamos para as praias do Algarve!

Ao encontro dos muitos que é necessário trazer de novo a Abril, a quem é necessário dizer que com o PCP, com a APU

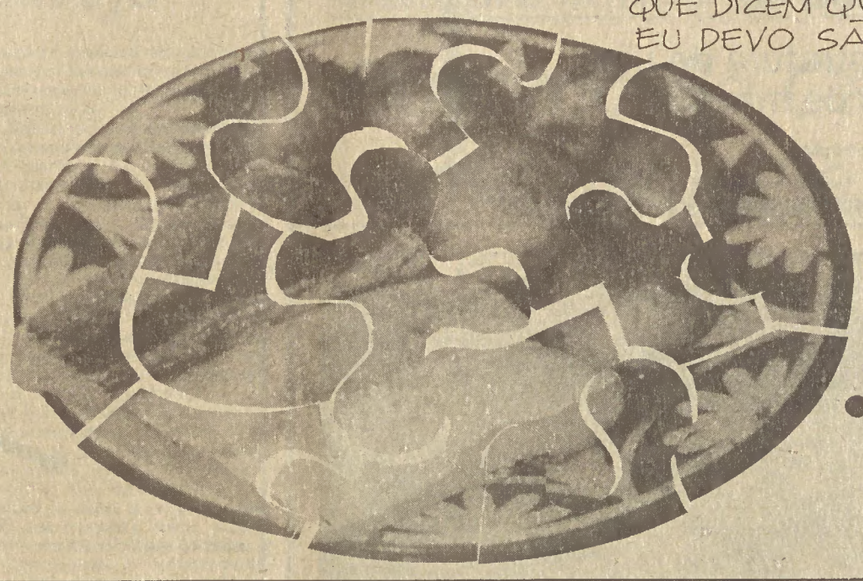
– ABRIL VENCERÁ!

O CAMINHO DA "AD" PARA A DERROTA



● «Mas será uma questão privada, o facto de um cidadão português, mesmo sendo Primeiro-Ministro, tendo, para jogo na Bolsa, contraído vultosa dívida a um banco numa cidade, procura escamotear as provas da dívida, passando-a fraudulentamente (através de cúmplice altamente colocado no mesmo banco) para o nome incompleto e irreconhecível de um irmão, numa nova conta aberta no mesmo banco noutra cidade, com a classificação de dívida de cobrança duvidosa e preparando assim o seu desaparecimento efectivo?» – **A situação actual nos discursos do camarada Álvaro Cunhal na Figueira da Foz e na Covilhã – Págs. 8 e 9**

● Sá Carneiro chegou à RTP, falou – e não disse nada! As escandaleiras que envolvem o Primeiro-Ministro são objecto da reunião da Comissão Permanente da AR no próximo dia 25 – onde se verá se a «AD» tem medo que a Assembleia da República reúna! – **Pág. 3**



● Oito meses de desgoverno «AD» são uma amostra clara do que pretendem os partidos da direita: os números reais sobre impostos, custo de vida, desemprego, falam por si! – **Pág. 12**

SOLIDARIEDADE

Mensagem enviada pelo Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português ao Comité Central do MPLA/Partido do Trabalho:

Queridos Camaradas:

Foi com profunda indignação que tomámos conhecimento do criminoso incêndio nos depósitos de combustível do porto do Lobito. Semelhante acto dos racistas da África do Sul e seus lacaios da UNITA insere-se nas tentativas do imperialismo para suster a luta libertadora dos povos pela liberdade, a independência e a consolidação, o progresso e a paz. No presente caso, tais actos visam atentar contra o rumo socialista da República Popular de Angola, quebrar a corajosa solidariedade internacionalista do povo angolano para com o povo da Namíbia, dirigido pela SWAPO e manter o domínio ilegal sobre aquele território pela África do Sul contra a vontade do povo da Namíbia e contra as decisões da ONU.

O PCP manifesta a solidariedade dos comunistas portugueses ao MPLA/PT na sua luta para rechaçar as agressões dos racistas sul-africanos e seus lacaios em Angola e construir uma nova sociedade liberta da exploração do homem pelo homem.

O PCP denuncia e combate a descarada protecção e as manifestações de simpatia do Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral para com os fantoches da UNITA e os racistas da África do Sul. Nomeadamente através dos órgãos de comunicação estatizados visando criar assim um clima de hostilidade para com a RPA e que consideramos contrário aos próprios interesses nacionais.

O PCP está certo que a luta do povo irmão angolano, dirigido pela sua vanguarda revolucionária, o MPLA/PT, contando com o apoio e solidariedade internacional, derrotará os agressores racistas e seus lacaios, prosseguirá a reconstrução do seu país e edificará na sua pátria uma sociedade liberta da exploração e da opressão.

Lisboa, 13 de Agosto de 1980

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português

Polónia: a verdade

A situação real na Polónia e a campanha da imprensa reaccionária **Pag. 11**

Editorial **VIGILÂNCIA E INICIATIVA POLÍTICAS PARA DEFENDER ABRIL**

Editorial

VIGILÂNCIA E INICIATIVA POLÍTICAS PARA DEFENDER ABRIL

A campanha eleitoral que abrirá oficialmente no dia 14 do próximo mês e as próprias eleições legislativas de 5 de Outubro desenrolar-se-ão num clima que impõe a todos os democratas e patriotas a maior atenção e vigilância.

Não é novidade para quem viva a realidade portuguesa dos dias actuais a afirmação de que a crise política que abala o País, desde há longos tempos a esta parte, se complicou e agravou notoriamente nas últimas semanas.

Factores de ordem várias se conjugaram para essa agudização da crise, novos e difíceis problemas vieram adensar uma problemática nacional já de si bastante densa e complexa e hoje um número crescente de portugueses se interrogam não só sobre as causas imediatas deste subito agravamento como sobre os meios e as formas de sair da crise, de restituir ao País uma renovada confiança, de restabelecer na vida pública e no exercício do Poder a normalidade democrática.

NAS últimas semanas o Governo «AD» de Sá Carneiro e Freitas do Amaral acentuou as suas tendências fascizantes na guerra aberta contra os trabalhadores e as conquistas da Revolução.

O Executivo levou a um grau desconhecido o seu tradicional desrespeito pelas instituições e pela Lei Fundamental do País, fez da confrontação o vínculo essencial de relações entre órgãos de soberania.

Gota a gota, até à última, esgota-se o cálice das ilegalidades e dos atropelos a regras elementares de administração pública, designadamente num Estado democrático saído da Revolução de Abril. O golpismo tornou-se a actividade mais característica da Aliança Reaccionária no Poder.

Uma pestilente atmosfera de corrupção e compadrio ressuma do Governo; cada acto ministerial traz a marca de um profundo divórcio do povo; cada verba que sai do erário público representa uma distorção de normas basilares de gestão financeira de um País. A lei da selva preside ao expurgo político de cidadãos isentos do aparelho de Estado e dos órgãos de comunicação social estatizados e ao correspondente assalto dos cargos devolutos por homens-de-mão da «AD».

Por último, o homem que exerce as funções de Primeiro-Ministro perdeu toda a credibilidade como estadista e como cidadão, uma fosca aura de trapaça envolve a sua ambígua personalidade, correr com ele das alturas do Poder tornou-se um acto de profilaxia nacional.

COMO tartufos os governantes da «AD» com Sá Carneiro à cabeça burlam a realidade da sua política social e laboral.

Todos os dias os trabalhadores sentem que os escudos encolhem no enfrentamento do custo de vida, cada vez obtêm menos produtos e em menores quantidades com o mesmo dinheiro da véspera na subsistência familiar do dia-a-dia e cada vez mais os ministros da «AD» vêm ao pequeno retângulo da TV, aos microfones da Rádio ou aos jornais estatizados — onde ninguém lhes pode dizer que mentem — proclamar com a maior sem-vergonha que os preços descem, que a inflacção é menor, que o poder de compra dos salários aumenta.

As próprias estatísticas oficiais desmentem formalmente as afirmações demagógicas e mentirosas de Sá Carneiro e dos seus ministros.

Em Junho de 1980 a baixa dos salários reais dos trabalhadores atingiu os 7% relativamente a 1979, quer dizer, os salários aumentaram numa escala muito inferior à escalada do custo de vida.

E entretanto cada escudo de aumento nos salários dos trabalhadores teve de ser arrancado pela dura luta, os governantes protelam o mais possível as actualizações salariais, os contratos a prazo tornaram-se um cancro que ameaça o direito ao trabalho de centenas de milhares de trabalhadores, o desemprego alastra sem cessar.

DIARIAMENTE a imprensa reaccionária, a TV, a Rádio, a máquina de diversão e de intoxicação do Povo português ao serviço da propaganda da «AD» especulam com as greves da Polónia, choram lágrimas de crocodilo pelos operários polacos. O conspícuo CDS «apela» mesmo à CGTP-Intersindical (!) para que «manifeste a sua soiidariedade aos grevistas de Gdansk».

Mas toda a gente percebe que tentam desviar as atenções da situação em que a «AD» mergulhou o Povo português, da política atentatória dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores que é a do Governo da «AD», que tentam silenciar as brutalidades, os espancamentos, os roubos na zona da Reforma Agrária, a anuência do Governo a despedimentos em massa como na Standard-ITT, os atentados contra o direito à greve dos tiradores de cortiça, a recusa a satisfazer as legítimas reivindicações dos pescadores da sardinha. E outras, várias outras...

Desde 1976, e na maior parte pela acção do Governo «AD», mais de 400 000 hectares de terra foram ilegalmente roubadas à Reforma Agrária, mais de 100 UCPs foram destruídas pela ofensiva furiosa dos latifundiários aninhados no MAP, acolitados por legiões de soldados da GNR armados até aos dentes, com numerosas matilhas de cães-polícias, exercendo as maiores brutalidades e violências contra os trabalhadores alentejanos e ribatejanos.

É contudo, no plano político que a crise atingiu o ponto mais agudo. O escândalo Sá Carneiro e a intensificação pela «AD» dos preparativos para uma monstruosa farsa eleitoral que assegure à reacção a permanência no Poder e a continuação da obra destruidora do 25 de Abril, são factores que estão conduzindo a uma rápida deterioração da situação política nacional.

O pedido de convocação da Comissão Permanente da Assembleia da República pelo PS e o PCP lançou em pânico os partidos da direita. Toda a máquina de propaganda da Aliança reaccionária foi mobilizada para impedir o debate parlamentar sobre o escândalo Sá Carneiro, para que não apareça aos olhos do Povo português que a maioria parlamentar da «AD» se transformou em minoria.

O temor de uma autópsia moral às entranhas da «AD» que pode trazer a lume as falcatruas e traficâncias dos partidos da direita e dos seus chefes dá à reunião do dia 25 em S. Bento uma enorme importância política.

As resistências dos chefes da Aliança reaccionária à convocação do Parlamento mostram que a «AD» e os seu Governo se lançaram abertamente numa linha de ruptura institucional e que soluções golpistas assumem formas cada vez mais definidas e perigosas nos projectos da reacção.

Sabe-se como certos ministérios do Governo Sá Carneiro são autênticos focos de conspiração contra o 25 de Abril. As declarações de Sá Carneiro contra o Presidente da República e de Soares Carneiro contra o PCP e o PS são sumamente claras sobre os intentos da reacção.

O Primeiro-Ministro faz chicana contra a hipótese de recandidatura do general Eanes. Diz Sá Carneiro que se o actual PR for reeleito será apenas o PR do PS e do PCP, negando-se assim a reacção a aceitar o veredicto do eleitorado. Isto evidencia a convicção pela direita de que não disporá jamais da maioria do eleitorado para os seus projectos antidemocráticos.

Por outro lado Soares Carneiro diz que não aceitará a formação de um governo com o PS e o PC o que evidencia também a convicção do candidato reaccionário à Presidência da República — a quem Sá Carneiro vai pondo desde já certas peias nos seus projectos de revisão constitucional — de que as forças democráticas obterão em 5 de Outubro uma retumbante vitória eleitoral.

É neste contexto e condicionalismos que os democratas civis e militares devem analisar atentamente a situação actual. A vigilância dos defensores de Abril deve manter-se sem afrouxamentos. Certas opiniões de que no momento actual não existem condições para um golpe reaccionário vitorioso, correspondendo a uma análise realista da correlação de forças políticas e sociais no presente, podem, contudo, levar ao adormecimento da vigilância popular e democrática, à materialização de facto de perigos reais que ameaçam a democracia portuguesa.

A «AD» sente o terreno fugir-lhe debaixo dos pés, a perspectiva de uma vitória eleitoral, mesmo recorrendo a todas as falcatruas, é cada vez mais remota, a saída do golpe é uma permanente tentação para os chefes reaccionários.

A situação actual requer a maior vigilância e iniciativa políticas da parte das forças democráticas e de todos os que detêm uma influência decisiva nos destinos do País.

O regime democrático saído de Abril revelou a sua consistência em perigosas crises do passado, os mecanismos institucionais podem também agora assegurar com êxito a solução da crise actual e das dificuldades actuais.

A condição essencial para isso é a unidade, o entendimento, a determinação das forças democráticas, a sua capacidade para afastar o que nos divide e valorizar o que nos une.

Nas difíceis provas que se avizinham a reacção será derrotada, Abril vencerá.

As edições Avante!
acabam de lançar mais uma edição do
PROGRAMA e ESTATUTOS do PCP
As propostas e estrutura de um grande partido de massas
CDL a distribuição

PROGRAMA ELEITORAL DO PCP
para a Vitória de Abril
2.ª edição
TIRAGEM TOTAL: 90 000 EXEMPLARES
À venda nas livrarias
e nos Centros de Trabalho do PCP
edições Avante!

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS
O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo
PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699-Lisboa CODEX. Tel. 768345.
ADMINISTRAÇÃO: *Editorial Avante, SARL*. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 769744/769751.
DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.
DISTRIBUIÇÃO:
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825.
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v – 1000 Lisboa. Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa. Tel. 372238.
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto. Tel. 28938.
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq – 4000 Porto. Tel. 310441.
Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrulha – 3000 Coimbra. Tel. 31286.
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora. Tel. 26361.
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro. Tel. 24417.
ASSINATURAS:
Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 779828.
PUBLICIDADE CENTRAL:
Av. Santos Dumont, 63-A – 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 381067.
EXPEDIÇÃO:
R. João de Deus, 24 – Venda Nova – 2700 Amadora. Tel. 900044.
Composto e impresso na Heska Portuguesa R. Elias Garcia, 27 – Venda Nova – 2700 Amadora.
Tiragem média no mês de Julho: 66.387

Às acusações disse nada...

1. A opinião pública nacional aguardava com expectativa uma explicação clara do Primeiro-Ministro sobre as graves acusações que lhe têm sido dirigidas de envolvimento num escândalo financeiro de grandes proporções.

Iludindo essa expectativa, Sá Carneiro, usando de uma aparente serenidade, fugiu uma vez mais ao esclarecimento dessa grave questão, não respondendo a uma única das muitas acusações concretas e documentadas que sobre si recaem.

A comunicação lida pelo Primeiro-Ministro em nome do Conselho de Ministros não passou de pretexto para uma dose reforçada de demagogia sobre a actuação do governo, procurando escamotear a natureza reaccionária e antipopular de uma política desastrosa e subversiva que o povo português rejeita e energicamente condena.

2. No que respeita à questão de fundo do escândalo financeiro, o Primeiro-Ministro, perante o grande e justificado impacto que o assunto está a ter na opinião pública, procurou confundir as questões e tornear o embaraço e as dificuldades em que foi colocado pela divulgação de copiosa documentação, remetendo para os tribunais a solução de um problema que, sendo também do foro judicial, é indiscutivelmente um problema político e moral que o país tem o direito de ver esclarecido e resolvido até às últimas consequências.

3. Na sua comunicação, o Primeiro-Ministro cometeu o grave erro de que infundadamente acusa as forças que se têm batido pelo esclarecimento desta importante questão.

Com efeito, ao pretender aparecer perante a opinião pública como inocente sem apresentar qualquer prova, e ao proferir sentença condenatória sobre as forças democráticas que com provas o acusam, foi o Primeiro-Ministro que se substituiu aos tribunais, violou a sua independência e sobre eles procurou exercer uma intolerável pressão com o peso de uma decisão governamental.

4. As reclamações, atitudes e iniciativas que as forças da oposição têm vindo a definir em relação a essa questão não constituem, por nenhuma forma, uma tentativa de devassa à vida pessoal de Sá Carneiro. As forças de oposição têm sim dado voz, pelo contrário, à elementar exigência democrática de que Portugal não pode ter um Primeiro-Ministro que aparece envolvido num caso de fraudes e irregularidades contra os interesses do Estado.

É incontroverso que, sendo públicos e notórios diversos factos e situações da esfera da vida privada de dirigentes da "AD" que seriam susceptíveis de aproveitamento, as forças democráticas sempre têm tido o cuidado de não utilizarem no combate político o conhecimento de tais factos.

O que desprestigia as instituições democráticas, ofende a dignidade do Estado e mancha o bom nome de Portugal é o envolvimento do Primeiro-Ministro em fraudes e irregularidades e a sua obstinada – mas esclarecedora – recusa em responder às gravíssimas acusações concretas que lhe têm sido feitas.

5. Com a sua alocução, o Primeiro-Ministro veio reforçar as razões dos partidos que, representando a maioria do eleitorado, requereram a convocação da Comissão Permanente da Assembleia da República com vista a uma sessão extraordinária desse órgão de soberania.

Tal como os partidos reaccionários já o fizeram, o Primeiro-Ministro, sentindo-se manifestamente inseguro e comprometido, pretende abafar a exigência nacional de um debate sobre a questão do escândalo financeiro e da actuação corrupta, ilegal e subversiva do governo da "AD".

6. O Primeiro-Ministro, a "AD" e o governo – que de forma expressa se tornou também conivente e politicamente responsável por este escândalo – não atingirão os seus objectivos.

As forças democráticas não se deixarão intimidar.

Não desistirão da sua luta pela demissão do governo Sá Carneiro, condição indispensável para que o regime democrático triunfe sobre a corrupção, a ilegalidade, a subversão, o desprezo pelas aspirações populares.

Lisboa, 14 de Agosto de 1980

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Santa Maria:
Votar novamente e eleger uma câmara democrática

Os eleitores da Ilha de Santa Maria vão de novo às urnas, no próximo dia 24, domingo, escolher o novo executivo camarário. Com efeito é nesse dia que se realizam eleições autárquicas intercalares no concelho de Vila do Porto, Açores, em razão da recente demissão da Câmara a que presidia o PPD/PSD.

Porquê as novas eleições? Porquê a demissão de uma autarquia dominada pelo PPD, quando o PPD se recandidata?

A Câmara de Vila do Porto demitiu-se na sequência do anúncio, por parte do Governo, da intenção de retirar à Ilha de Santa Maria o aeroporto intercontinental. Tal anúncio encontrou também, por parte dos trabalhadores do aeroporto, viva oposição que chegou a traduzir-se em manifestações. Hoje, porém, o PPD local apresenta-se de novo às eleições porque aparece a perspectiva de instalar uma base da NATO em Santa Maria. O PPD local demonstra pouco se importar com as consequências da instalação de uma base americana. A oposição que manifestou face ao Governo Regional esbate-se, agora que se promete transformar a Ilha num barril de pólvora, como denuncia a APU.

A Aliança Povo Unido – que concorre a estas eleições tal como o PPD, o PS e o grupelho MRPP – divulgou já um manifesto em que analisa as atitudes das diferentes forças políticas, respondendo à pergunta "Votar novamente mas em quem?"

Depois de sublinhar os perigos que representa para a Ilha a instalação da base Nato, defendida pelo PPD, afirma que votar no PS é votar no incerto porque, também nos Açores, a política do Partido Socialista é indefinida e não se pode prever se este partido irá ou não preferir uma aliança à direita. A APU alerta também o eleitor para a confusão que o MRPP pretende estabelecer concorrendo com as "falsas foices e martelos".

Votar na APU é, entretanto, votar em propostas concretas de melhoramento das condições de vida dos habitantes de Santa Maria: melhoramento nos abastecimentos, nas pescas, nos transportes, criação de novos postos de trabalho que evitem a emigração.

Derrotar o PPD –cuja posição surge facilitada pela não concorrência do CDS e da UDA/PDA (partido dos separatistas que estranhamente concorrem às eleições legislativas em círculos do continente) –, conquistar uma maioria democrática na Câmara são os objectivos principais apontados pela APU. Tal maioria democrática, como é sublinhado, não pode ser conseguida sem o PS, mas sem o reforço da votação na APU não há garantia de que o Partido Socialista venha a praticar uma política realmente virada para a defesa dos interesses dos marienses.

Votar no próximo domingo na lista da APU, encabeçada por Jorge Figueiredo, técnico da SATA, é, pois, para o povo de Santa Maria, o voto seguro e certo na defesa dos interesses da Ilha e dos seus habitantes.

Secretário de Estado da Cultura contra Centros Culturais Regionais

O secretário de Estado da Cultura, Vasco Pulido Valente, tenta travar o desenvolvimento cultural do País, procurando esvaziar da sua actividade os Centros Culturais Regionais e controlar o seu funcionamento. Para tal usa a chantagem financeira.

Recorde-se que há bem pouco tempo, Vasco Pulido Valente reduziu as verbas dos subsídios a quatro Companhias Profissionais de Descentralização Teatral (de Viana do Castelo, de Setúbal, de Almada e de Viseu). Evolução na continuidade nesta guerra à cultura que parte do Governo "AD".

Depois de pôr literalmente "na rua", representantes dos Centros Culturais Regionais, CCRs, Vasco Pulido Valente, secretário de Estado da Cultura, promoveu uma Conferência de Imprensa tentando justificar o injustificável: o Governo "AD" pretende claramente controlar a actividade dos Centros Culturais e impor-lhes formas de funcionamento contrárias aos estatutos dos mesmos. Para tal, utiliza muito abertamente a chantagem: sim senhor, até reconhece aos Centros Culturais o direito de reclamar a autonomia cultural, mas como é o seu departamento que detém os meios financeiros para subsidiar as actividades dos Centros, ele, senhor Vasco Pulido Valente, pode – ou não – opor-se ao financiamento de iniciativas que considere contrárias aos objectivos dos CCRs...

"AD" quer controlar actividade cultural

Na origem deste conflito aberto pela Secretaria de Estado da Cultura, SEC, contra os Centros Culturais, está – não tenhamos dúvidas – o trabalho de promoção da actividade cultural realizado pelos Centros Culturais nas regiões em que se encontram implantados. Criados, quase na totalidade, durante o Governo de Lurdes Pintasilgo, os Centros Culturais foram para Vasco Pulido Valente, para o Governo "AD", um calcanhar de Aquiles na "cultura", com que os senhores de Sá Carneiro pretendiam estrangular o esclarecimento das populações.

Implantados, muitos destes centros, em regiões ainda dominadas por caciques do PPD e CDS (CC do Alto Minho; CC de Vila Real, CC da Beira Interior) à "AD" interessava, e interessa fundamentalmente, centros "culturais" que transmissores ideológicos do Governo obstassem à progressiva perda da influência da direita entre as populações.

É assim que, embora dizendo reconhecer nos Centros Culturais "um passo importante no desenvolvimento cultural do país" o Secretário de Estado de Cultura, pretende submetê-los claramente às directrizes das autarquias locais (nas quais "ocasionalmente" domina na generalidade dos CC em causa, a "AD"...) e às da própria SEC. É assim que o senhor Vasco Pulido Valente lançou mão de dois expedientes:

1.º – empatou as verbas para os novos Centros Culturais consignadas para este ano no Orçamento Extraordinário;

2.º – emitiu em Julho passado três despachos impondo as suas condições aos Centros Culturais, as quais muito simplesmente se podem resumir deste modo:

– as verbas da SEC "deverão, em regime de absoluta prioridade, destinar-se a suprir as necessidades de equipamentos, ficando reduzidos ao mínimo outros subsídios destinados à actividade, formação e manutenção". Ou seja, os Centros Culturais transformar-se-iam em "armazéns de material, de equipamento, cessando praticamente a sua actividade...

– "os subsídios só seriam atribuídos aos centros em cujos estatutos esteja consagrado o princípio de representatividade proporcional das associações que dele fazem parte", o que não acontece, segundo o despacho "na técnica utilizada nas assembleias gerais destas cooperativas". Será que o senhor Vasco Pulido ignora que estando os Centros Regionais organizados na base de cooperativas se têm de reger pela prática corrente nacional e internacional do sistema cooperativista, ou seja, "a cada sócio, um voto"? Aliás, não poderia ser de outro modo. Ou então aconteceria, como as Direcções dos Centros Culturais alertam, "que uma Associação com muitos sócios, mas com uma secção cultural inoperante, tivesse um número de votos superior a uma outra com uma grande dinâmica cultural e qualidade de trabalho mas um número reduzido de sócios (caso dos grupos corais, de grupos de teatro amador ou companhias profissionais de teatro)".

– O terceiro despacho refere-se ao Centro Cultural de Vila Real: como este insere nos seus estatutos a realização dos Jogos Populares Transmontanos, o senhor Pulido Valente, que sabe muito bem que a autarquia local, dominada por um seu par, ambiciona comandar, mexer os cordelinhos de tais jogos populares, não se fica por meias tintas: faz cessar todos e quaisquer subsídios a conceder pela SEC ao CC de Vila Real!

Centros Culturais reúnem domingo, em Santarém

Foi perante este espantoso dirigismo cultural que os Centros Culturais, depois das Direcções se terem reunido a 27 de Julho último, decidiram enviar ao secretário de Estado da Cultura a sua apreciação face aos citados decretos e requerer-lhe uma audiência que se viria a realizar na passada semana.

O senhor Pulido Valente só nessa audiência leu o documento dos Centros e tomou conhecimento do que estes, haviam decidido: "convocar as Assembleias Gerais de cada Centro Cultural para tomada de posição sobre estas imposições do secretário de Estado da Cultura; denunciar junto da opinião pública nacional e internacional, (nomeadamente junto do Conselho da Europa e da UNESCO), estas atitudes prepotentes e fascizantes; promover o mais amplo esclarecimento e denúncia das atitudes deste Governo em matéria de apoio a atitudes elitistas e de compadrio partidário em detrimento do desenvolvimento cultural das populações; manifestar a nossa solidariedade para com as Companhias de Profissionais de Descentralização que de alguma forma foram afectadas pelas medidas discriminatórias e anti-desenvolvimento cultural e regional do secretário de Estado da Cultura; convocar uma sessão pública para mais amplo esclarecimento deste assunto, convocando também para o efeito outros sectores igualmente afectados pelas medidas discriminatórias e prepotentes do secretário de Estado da Cultura.

O documento é assinado pelas direcções dos CC de Santarém, Vila Real, Setúbal, Beira Interior, Alto Minho e Casa da Cultura das Caldas da Rainha, ou seja, por todos os CCRs, exceptuando o Centro Cultural de Évora, que funciona noutros moldes.

O senhor Pulido Valente não gostou. E vai daí, como dissemos, pôs os representantes dos CCRs na rua, considerando-se ainda por cima insultado...

Face a esta situação, os Centros vão reunir no próximo domingo, dia 24, em Santarém, a fim de estudarem a forma de concretizar as decisões tomadas.

Entretanto, na Conferência de Imprensa, o secretário de Estado da Cultura, ameaçou: ou os Centros Culturais estão dispostos a aceitar o dirigismo cultural "AD", ou se cortam todas as verbas, avançando o Governo para a criação de outros Centros Culturais Regionais "verdadeiramente representativos", criados com a "colaboração" da SEC e das autarquias locais... Jogo mais claro, será possível?

Mas uma questão fundamental escapa ao senhor Pulido Valente: onde terá o Governo "AD" tempo para impor as suas directrizes, a sua mordaça? Esqueceu-se que Outubro está à porta? Ou será que tem ilusões?

Candidatos APU por Viseu

A lista de candidatos da APU às próximas eleições pelo distrito de **Viseu** que publicámos no último número do "Avante!" contém numerosos lapsos, nomeadamente na ordenação dos candidatos.

É a seguinte a lista correcta:

VISEU

EFECTIVOS

Carlos Carvalhas, 38 anos, membro do CC do PCP, deputado à AR;

Jaime Gralheiro, 50 anos, advogado e dramaturgo, vereador da CM de S. Pedro do Sul, (PCP);

Amadeu Ferro, 64 anos, médico veterinário, de Moimenta da Beira, (MDP/CDE);

Dino Furtado, 67 anos, médico, vereador da APU na Câmara Municipal de Mangualde, independente;

Agostinho Pipo, 29 anos, operário da construção civil, dirigente do Sindicato da construção civil e madeiras de Viseu e da Guarda, independente;

Rosa Maria Lacerda de Oliveira, 41 anos, conservadora do registo civil de Lamego, independente;

Manuel Martins da Costa, 48 anos, professor, membro da Assembleia Municipal de S. Pedro do Sul, (MDP/CDE);

Alfredo Assunção, 39 anos, empregado de escritório, membro do secretariado da União dos Sindicatos de Viseu, de Mangualde (PCP);

Delfim Paiva Cardoso, 29 anos, médico, de Castro D'Aire, membro da Assembleia Municipal de Penalva do Castelo, (PCP);

José Fernando de Vasconcelos, 69 anos, médico, membro da Assembleia Municipal de Cinfães, independente.

SUPLENTES

Manuel de Sá Correia, 19 anos, estudante, dirigente do cine-clube de Viseu (PCP);

Júlio Alexandrino, 63 anos, agricultor, de Viseu, (PCP);

António Garrido, 35 anos, operário agrícola e dirigente do Sindicato de S. João da Pesqueira, (PCP);

Horácio Carmelo dos Santos, 40 anos, operário da construção civil, de Tondela, independente;

Martinho Quintela, 36 anos, advogado, membro da Assembleia Municipal de Mortágua (PCP).

Candidatos da APU por Setúbal visitaram duas empresas do Montijo

Duas empresas do concelho do Montijo foram visitadas, na passada terça-feira, pelos deputados do PCP, Ercília Talhadas e Sousa Marques, acompanhados de Manuel Guerreiro (como os anteriores candidatos integrados na lista da APU no círculo de Setúbal) e de Acácio Dores, presidente da Câmara Municipal do Montijo. As empresas visitadas — «Gameiro» e «Ciborel» — dedicam-se, respectivamente, à indústria de carnes e à recauchutagem de pneumáticos.

De manhã, na presença da Comissão de Trabalhadores, dos delegados sindicais e de um representante da administração — a empresa pertence ao sector privado — os visitantes contactaram com todos os trabalhadores da «Gameiro» nos seus locais de trabalho, durante a prolongada visita que efectuaram às instalações fabris. Foram, na oportunidade, postos ao corrente dos principais problemas, tendo igualmente aproveitado a ocasião para esclarecer as actividades desenvolvidas pelo Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República.

Um dos principais problemas desta empresa é o da difícil situação financeira que atravessa, devida à descapitalização que sofre desde sempre e às dificuldades de crédito criadas a partir das políticas dos pacotes impostas pelo FMI, nomeadamente no que diz respeito às cada vez mais elevadas taxas de juro. Por outro lado, a empresa vê-se confrontada com uma política governamental que a impede de se abastecer regularmente da matéria-prima necessária (como, por exemplo, a pema de porco para fiambre) enquanto, simultânea e escandalosamente, o Governo Sá Carneiro autoriza a importação de produtos concorrentes que são colocados com a sua cúmplice complacência no nosso mercado, prejudicando assim as empresas e a produção nacionais.

Outro dos aspectos referidos, entre muitos que demonstram a ausência de qualquer apoio por parte do Governo, diz respeito à sobrecarga de impostos a que esta indústria está sujeita, como por exemplo o destinado a subsidiar o combate à peste suína africana, que atinge os três escudos por peça abatida. Lugar de grande destaque foi dado à possibilidade de exportação de produtos para a República Popular de Moçambique, o que só não foi até agora possível porque à última hora os governos têm boicotado e impedido os acordos necessários.

Finda a visita, o próprio representante da entidade patronal acabou por referir o grande empenhamento dos trabalhadores — cerca de 270, na sua maioria mulheres — na defesa dos seus postos de trabalho e dos seus direitos e na sobrevivência e desenvolvimento da empresa.

À tarde, os três candidatos da APU e o presidente da Câmara do Montijo deslocaram-se à «Ciborel», em Pegões, empresa em autogestão há mais de cinco anos, altura em que o ex-patrão sabotador a abandonou, depois de a deixar numa situação de falência. Só a grande determinação, combatividade e espírito de sacrifício manifestados ao longo destes anos pelos mais de 60 trabalhadores permitiu a sua laboração contínua e a defesa dos postos de trabalho.

No entanto, a situação da empresa é muito difícil, já que, confrontada com a herança recebida — total descapitalização e elevados encargos e dívidas — tem contado com a mais completa ausência de apoios por parte dos sucessivos governos e, muito especialmente, por parte do governo «AD».

Uma longa troca de impressões se desenolveu na altura em torno da questão da definação do estatuto jurídico da empresa e da posse do seu património. **Continuamos à espera que as leis relativas às empresas em autogestão sejam aplicadas** — afirmou um dos trabalhadores — **para podermos fazer planos e desenvolver a nossa empresa.**

No fim da visita, realizou-se um encontro informal entre os trabalhadores e os visitantes, em que foram analisados os problemas da empresa, bem como foi abordada a difícil situação política que se atravessa, realidades, aliás, bem ligadas entre si. Um dos trabalhadores presentes disse, a propósito: **Isto só se resolve com outro governo, e bem diferente deste...**

Entretanto, e aproveitando a oportunidade da deslocação ao concelho de Setúbal de três candidatos da APU do distrito de Setúbal, dois dos quais têm sido deputados eleitos pelo mesmo círculo, o Presidente da Câmara Municipal do Montijo fez-lhes uma exposição dos principais problemas do concelho.

Manobra contra as autarquias

Governo Sá Carneiro funciona como gabinete de propaganda eleitoral

1 O governo Sá Carneiro anunciou para hoje a assinatura de um protocolo com a Caixa Geral de Depósitos para a criação de uma linha de crédito aos municípios até ao montante de 5 milhões de contos.

A taxa de juro mínima a aplicar aos municípios será de 13% (17% da CGD com 4% de bonificação pelo Estado) e o prazo de amortização de 15 anos.

2 Esta medida, tão largamente propagandeada pelo governo da "AD" desde há algum tempo, surge pouco mais de 2 meses após a vergonhosa aprovação pela "AD", na Assembleia da República, do Orçamento Geral do Estado para 1980, no qual o governo e maioria parlamentar reaccionária que o apoiava **defraudaram as autarquias em nada menos do que 25 milhões de contos no ano corrente.**

A linha de crédito de 5 milhões de contos é, portanto, no máximo, igual à **quinta parte da verba total que às autarquias foi roubada pela "AD" e pelo seu governo.**

Desta verba de 5 milhões de contos, o governo apenas fica comprometido com o pagamento da bonificação do juro, ou seja com 4% do valor dos empréstimos.

Pelo contrário, os municípios terão de repôr, a prazo e com juros, os montantes que peçam emprestados, enquanto que os 25 milhões de contos seriam uma transferência pura e simples do OGE para as autarquias sem qualquer reposição futura.

O governo argumentará que não dispõe de meios para dar às autarquias aquilo que lhes é devido por força da lei.

Como justifica então que tenha meios para pagar cerca de **200 milhões de contos de indemnizações aos grandes capitalistas e agrários?**

O governo fará grande alarde sobre o abaixamento da taxa de juro para 13%. Mas basta ver que os empréstimos para outras entidades e outros fins se fazem a taxas consideravelmente mais baixas, situando-se em valores que são efectivamente mais ajustados às necessidades de investimento e desenvolvimento do país.

3 Porquê esta medida do governo nesta altura, quando faltam apenas quatro meses e meio para o fim do ano e quando o protocolo assinado só é válido até ao início do ano que vem?

A Lei das Finanças Locais, publicada há mais de ano e meio impunha o estabelecimento, pelo governo de linhas de crédito com juros bonificados, e prazos e garantias adequadas à gestão autárquica.

O governo da "AD" tomou posse há mais de 7 meses, e propagandeou insistentemente o lançamento da linha de crédito que agora concretizou.

Porquê só agora, se a Lei das Finanças Locais a impôs desde 1979?

O governo Sá Carneiro / Freitas do Amaral está ilegitimamente transformado em "Comissão de Propaganda Eleitoral" da "AD", aproveitando-se de todas as suas posições na Administração Pública para tentar conquistar os votos que sente e sabe que estão a fugir-lhe cada vez mais.

Uma parte importante dos votos na "AD" foram os de eleitores insatisfeitos com a política dos governos PS e que julgaram encontrar nas promessas da direita a garantia da resolução de muitos dos seus problemas.

A demagogia e a mentira, porém tomaram-se por demais evidentes. O governo não conseguirá ocultar, através de uma medida de propósitos eleitoralistas, todas as medidas que tomou, por si ou através da sua maioria parlamentar reaccionária, contra a descentralização e o reforço do Poder Local.

4 **O PCP defendeu e defenderá o integral cumprimento da Lei das Finanças Locais,** incluindo o que nela se define quanto a empréstimos às autarquias.

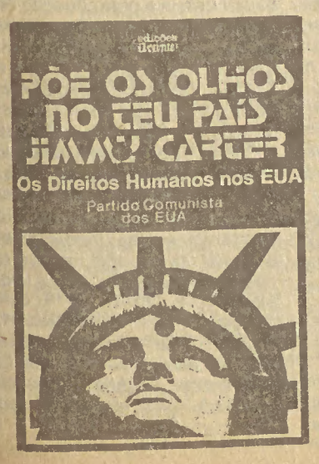
O PCP defende que a bonificação dos juros a praticar deverá ser superior à estabelecida pelo governo, e que os prazos de amortização deverão ser alongados em função do tipo de investimento a realizar pelos municípios.

Só assim se criarão algumas das condições indispensáveis para que os municípios e as freguesias cumpram as tarefas que lhes incumbem na satisfação de carências e na resolução dos problemas locais das populações.

Lisboa, 14 de Agosto de 1980

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

À venda



Homenagem a Alex

Por iniciativa da Comissão de Freguesia de Bucelas do PCP, decorreu recentemente uma homenagem à figura do camarada Alfredo Diniz (Alex), na passagem de mais um aniversário do seu assassínio, ocorrido em 1945.

A homenagem realizou-se no mesmo local onde o militante comunista foi vítima das balas criminosas da polícia política do fascismo (estrada de Bucelas).

Usaram da palavra a irmã de Alex, um elemento da Comissão de Freguesia de Bucelas, um membro da Comissão Concelhia de Loures e o camarada Francisco Miguel, sobrevivente do Tarrafal e membro do Comité Central do PCP.

Entre os presentes ao acto encontravam-se vários familiares de Alfredo Diniz, cujo exemplo não esqueceremos!

Votar na «AD» é votar contra a Lei dos Baldios

Existem no país, a Norte e ao Centro, 400 000 hectares de baldios. Há 700 anos, dizem os usos e costumes, que pertencem ao povo. O Código Civil de 1867 designava-os por propriedade comum. O Estado fascista roubou-os ao povo, destruindo os rebanhos colectivos de gado miúdo, enchendo os cofres com os rendimentos das matas. Em Janeiro de 1976, uma luta de anos e anos alcançou vitória com a Lei dos Baldios, a que a gente serrana chama o seu "25 de Abril". Numa tentativa que não é nova, o Governo Sá Carneiro /Freitas do Amaral quer, de novo, usurpar os baldios às populações.

Nas regiões serranas do Norte e Centro do país, as populações não escondem as suas sérias apreensões perante a ameaça de serem, de novo, despojadas dos baldios, tal como sucedeu sob a vigência do regime fascista, nomeadamente na década de 1940. De facto, a ameaça é real e vem como não podia deixar de ser do Governo Sá Carneiro / Freitas do Amaral que, fiel intérprete dos interesses dos grandes senhores que sempre exploraram o povo, visa entregar a administração dos baldios às autarquias locais, através de um projecto de Decreto-lei de 4 de Junho último. Contra esta tentativa de roubo às populações, contra este atentado a direitos seculares do povo serrano, se vêm manifestando em diversas reuniões inúmeros Conselhos Directivos de Baldios e compartes.

Com a APU pela defesa dos baldios

- **Aplicação efectiva e geral da Lei dos Baldios**
- **Apoio técnico e financeiro à sua exploração pelos compartes**

(Programa Eleitoral do PCP)

Quem defende os baldios?

A usurpação dos baldios constituiu desde sempre uma aspiração das forças reaccionárias. As populações recordarão decerto as tremendas dificuldades e a movimentação a que foram forçadas para levar à prática a Lei dos Baldios – Decretos-leis 39/76 e 40/76. O primeiro Decreto-lei, 39/76, de 19 de Janeiro, entrega os "terrenos baldios às comunidades que deles foram desapossadas pelo Estado fascista e corresponde a uma reivindicação antiga e constante dos povos e vem concretizar uma intenção repetidas vezes anunciada pelos vários Governos que se têm sucedido depois do 25 de Abril de 1974" (recorde-se que a decisão de restituição dos baldios à população foi tomada em Conselho de Ministros a 19/8/75). O segundo Decreto-lei, n.º 40/76, igualmente de 19 de Janeiro, anula a apropriação dos baldios por particulares, definindo o "baldio" como um terreno "insusceptível de apropriação individual, usufruído colectivamente por uma comunidade segundo o direito que lhe é conferido pelos usos e costumes e que a cada geração compete transmitir, sem perda do usufruto às gerações que se lhe seguem". Mais tarde, completando esta legislação, a Portaria 117/76 de 1 de Março estabelecia as normas para o recenseamento provisório dos compartes de cada baldio, sendo compartes "os moradores que exerçam a sua actividade no local e que, segundo os usos e costumes reconhecidos pela comunidade, tenham direito à sua fruição" (D-l 39/76 – Lei dos Baldios).

Com estas medidas tomadas em vigência de Governos Provisórios chefiados pelo General Vasco Gonçalves, as forças da reacção entraram em pânico. Isto porque tal legislação vinha não somente acabar com o domínio dos baldios pelos Serviços Florestais, instituído com a lei fascista n.º 1971 de 15/6/1938, como ainda com o poder de grandes proprietários sob as zonas baldias. Como denunciou em 1974 o Movimento para a Recuperação dos Baldios:

"A questão dos baldios não se põe apenas com os Serviços Florestais, mas também com todos os particulares que se apoderaram de grandes áreas de baldios durante o longo regime fascista a coberto de compadrios políticos, de intimidações, de utilização directa da repressão feita pela GNR, e de entendimentos com os administradores das autarquias locais. Muitas vezes foram os próprios administradores das Juntas de Freguesia e das Câmaras Municipais que se apoderaram de grandes áreas de baldios. Em geral, a espoliação do povo era escondida atrás de arrematações públicas de grandes áreas de baldios, que eram vendidas a preço ridículo por hectare mas que, dada a sua extensão enorme, estavam inteiramente fora do alcance de concorrência na arrematação da generalidade dos moradores da autarquia."

Ao pânico inicial da reacção, sucedeu-se uma acção planificada para fazer boicotar a Lei dos Baldios. As populações tiveram de enfrentar autarquias dominadas pelas forças de direita (nomeadamente CDS e PSD, então chamado PPD, cujo domínio a Norte era naturalmente ainda mais intenso do que actualmente...), que se recusavam a dar cumprimento à lei. Aliás, as mesmas forças, CDS e PPD (já então chamado PSD...) introduziram na Lei das Atribuições e Competências das Autarquias o artigo 109.º que estabelecia que a definição das coisas comuns, designadamente baldios e outros bens de logradouro comum, pertence à Assembleia Municipal ou Assembleia de Freguesia... Tratava-se da primeira tentativa "legal" para destruir a Lei dos Baldios, para ressuscitar a usurpação dos baldios processada durante o regime fascista. Contra tal artigo, apresentou na altura (em Novembro de 1977) o PCP um projecto-lei de revogação, baseado na consideração de que "a gestão directa dos baldios pelas comunidades locais é uma das grandes e constantes reivindicações históricas dos povos, que o 25 de Abril permitiu transformar em importante conquista, consagrada na lei, reconhecida e garantida como direito pela Constituição da República".

Levantada a questão por acção do PCP, este artigo 109.º das Atribuições das Autarquias e competência dos seus órgãos, seria finalmente revogado pela Lei 91/77 de 31 de Dezembro, entrando, de novo, em vigor, os D-l n.os 39 e 40/76 de 19 de Janeiro: "A administração dos terrenos baldios não pertence às autarquias, sendo nulas e de nenhum efeito, independentemente da declaração dos tribunais, as deliberações que a esse respeito tomem.

A ameaça só se concretizará se...

As forças reaccionárias viam assim gorados os seus projectos de se apoderarem de novo dos baldios. Mas nem por isso a direita desistiu. No ano passado, a Conferência Nacional dos Baldios do Norte e Centro, com a presença de 1200 delegados de mais de 320 Conselhos Directivos, realizada em Vila Real a 18 de Fevereiro, denunciava que as autoridades autárquicas locais (onde dominavam CDS e PSD) boicotavam a aplicação da Lei dos Baldios. Ao mesmo tempo, apelavam, sem resultado, para o MAP e para o Ministério da Justiça para fazerem acelerar os processos de devolução dos baldios", dando-se cumprimento à lei, nomeadamente com a constituição das comissões de representantes do povo e do Estado, e para divulgar a legislação, "uma vez que muitas populações só não elegeram os seus Conselhos Directivos porque desconhecem a existência de qualquer tipo de leis sobre esta matéria.

Como, apesar das dificuldades criadas por entidades autárquicas, o povo avançava na exploração dos baldios, o Governo Mota Pinto, nos últimos dias da sua gestão, revogava pura e simplesmente a Lei dos Baldios, numa medida surpreendente e repugnante, visto a Lei dos Baldios ter sido aprovada pelo órgão de soberania Assembleia da República tal como era a vontade do povo. Foi uma decisão anticonstitucional e portanto ilegal.

Declarada, de facto, a inconstitucionalidade da revogação da Lei dos Baldios, tentada por Mota Pinto, ainda desta vez a direita não desiste. E é assim que a 4 de Junho, o Governo Sá Carneiro / Freitas do Amaral apresenta o projecto de decreto-lei que ameaça as populações, a economia regional, à qual, sem dúvida, a gestão dos baldios pelo povo veio dar novos alentos – e muito ainda virá a dar, em condições de um Governo democrático que, de facto, vele pela aplicação da Lei dos Baldios, que apoie técnica, jurídica e financeiramente as comunidades. E ainda uma ameaça à economia nacional e à estabilidade social, porque as populações que defenderam os baldios à custa de sofrimento e sangue, ferozmente reprimidas pelo regime fascista, não deixarão que as forças que serviram o fascismo e procuram restaurá-lo, espoliem de novo a propriedade secularmente colectiva, secularmente pertença da comunidade.

Ameaça que, note-se bem, só poderá ser concretizada se as populações, embarcando em promessas vãs que a realidade desmente completamente, votarem "AD". **Votar "AD" é votar a destruição da posse dos baldios pelo povo. Votar "AD" é votar a usurpação dos baldios. Votar "AD" é votar contra as populações e a economia local, contra o direito e a justiça que assiste ao povo serrano!**

Quem quer roubar os baldios? Quem são os ladrões de terras?

"Como sempre o Partido Comunista afirmou, são aqueles que passam a vida a dizer que os comunistas roubam terras, os maiores ladrões dos camponeses. São os que roubam as terras baldias aos povos e aos pobres para as entregar aos ricos e aos poderosos, para as porem a produzir pinheiros e assim encher os bolsos aos grandes capitalistas das indústrias de madeira e celulose, como aconteceu no fascismo. Para produzir matéria-prima lenhosa barata para os capitalistas da Europa/CEE, como hoje pretende o Governo "AD"/Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

O Governo apareceu nos jornais, televisão e rádio, com a propaganda demagógica do "dar terras aos agricultores". Na verdade, cedeu por ano e sob certas condições, umas migalhas caídas das mesas fartas das boas propriedades dos latifundiários. Na verdade, o Governo rouba a terra aos trabalhadores alentejanos e ribatejanos para as entregar a quem as tinha de velho ou a monte para caçar coelhos e perdizes.

O Governo diz que dá terras. Na verdade, através das suas medidas agrícolas e sobretudo do seu projecto de entrada do País para a CEE, vai é roubar a terra a milhares de pequenos e médios agricultores, que vão ser arruinados e espoliados das suas propriedades.

Sá Carneiro aparece risonho a entregar um papel a um agricultor. De facto escreve o roubo dos baldios nas decisões do Governo."

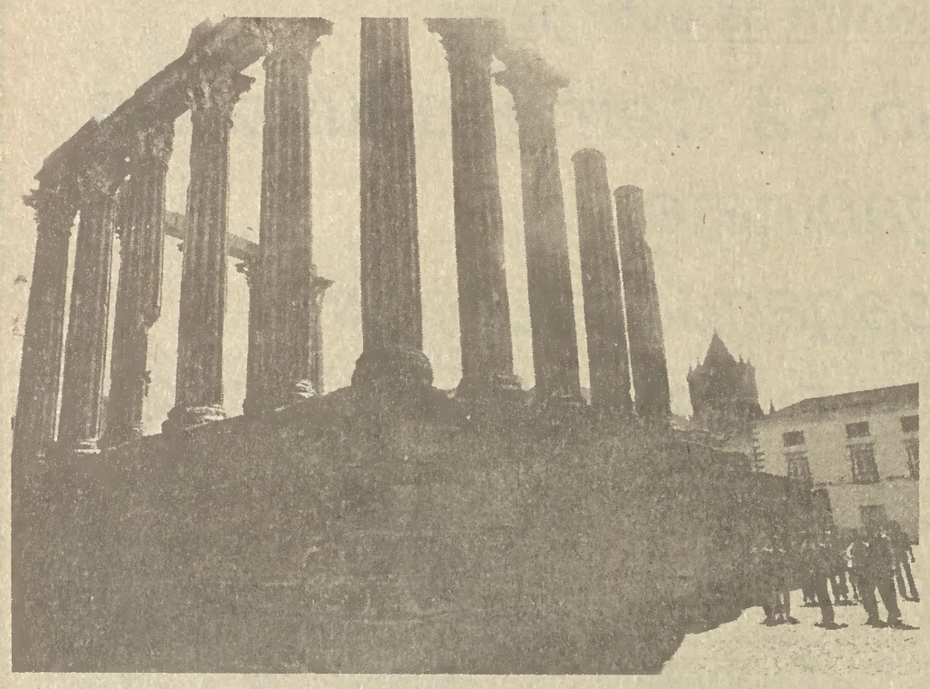
(A Direcção da Organização Regional de Trás-os-Montes do PCP)

Há 700 anos que os baldios pertencem ao povo. Mas a «AD» quer fazer hoje o que o fascismo fez: usurpá-los

O que faz a polícia de intervenção em Évora?

— a população exige retirada imediata

Em vésperas da abertura da campanha eleitoral, o Governo Sá Carneiro / Freitas do Amaral ao mesmo tempo que intensifica o ritmo de entrega de reservas, acelerando a reconstituição de latifúndios, ao mesmo tempo que prossegue tenebrosas manobras de estrangulamento das UCPs / Coop. (Lei-roubo da Cortiça, ausência de crédito agrícola, recusa em pagar cereais à maioria das UCPs / Coop.), insiste em manter, em terras do Alentejo, fortes contingentes da chamada polícia de intervenção. De um primeiro momento de intimidação, estas forças policiais passaram abertamente à provocação, à agressão, procurando com afinco gerar conflitos com as populações, pretextos para cargas brutais, numa tentativa de ressuscitar os climas de terror que antes do 25 de Abril a repressão fazia reinar nas ruas.



É à luz destas intenções, encomendadas e comandadas pela "AD", que se têm de analisar os acontecimentos na cidade de Évora: instalado na cidade, um forte contingente da política de intervenção, em batidas pelas ruas do Centro e dos bairros periféricos, obriga habitantes a identificarem-se, procede a interrogatórios absurdos "Para onde vai?", "donde vem?", insultando os jovens e as mulheres. Aos sábados no Mercado da Reforma Agrária e no Mercado 1.º de Maio, estes elementos repressivos dificultam, intencionalmente, a acção de vendedores e compradores. E no passado dia 7, cerca das 20.30 horas, no Café Rossio, no Bairro da Sr.ª da Glória, elementos da polícia de intervenção obrigaram as pessoas a levantarem-se, a identificarem-se, agrediram os trabalhadores Manuel Venício e Manuel Horta Cabral, natural de Cabo Verde, e prenderam seis habitantes do bairro sob o pretexto de que não traziam os cartões de identidade. Na continuidade de manobras provocatórias, elementos da mesma polícia saíram para as ruas, quando da passagem da Volta a Portugal em bicicleta por aquela cidade, insultando a população, empunhando bastões e agredindo com encontrões os presentes.

Votar pela APU é votar contra a ocupação da cidade e contra a repressão à Reforma Agrária

O povo de Évora não cala nem calará o seu protesto veemente perante a presença da chamada polícia de intervenção. Por toda a parte surge a mesma interrogação: "Que faz aqui e porque continua na nossa cidade este corpo repressivo quando nos aproximamos de uma importante campanha eleitoral?

Mas ao mesmo tempo que interroga, o povo eborense sabe a resposta: a presença desta polícia em Évora não pode ser desligada da intensificação da política repressiva e fascizante do governo "AD". Como denuncia a Comissão Concelhia de Évora do PCP:

"Não tendo conseguido fazer passar na Assembleia da República as 'leis-burla' que preparou para ganhar as eleições, o Governo 'AD' prepara-se para falsear os resultados do próximo acto eleitoral, através da intimidação, fraudes e ilegalidades, de coacção física, política e económica. A presença da polícia de choque em Évora pretende impedir, através da intimidação, que o povo da cidade vote livremente e que, a exemplo dos anos anteriores, dê o seu apoio maioritário às forças de esquerda, designadamente ao PCP e à APU.

Não conseguirão tal objectivo! O povo alentejano soube lutar contra o fascismo! O povo alentejano saberá derrotar os que querem fazer voltar o Portugal democrático ao passado de miséria e opressão."

É certo que o povo de Évora não se deixa intimidar pelas provocações da "AD", das quais a presença da polícia de intervenção é um dos aspectos. É certo que o povo de Évora não deixará de participar activamente no acto eleitoral que se aproxima. Mas no Portugal de Abril, esta e outras acções, nas quais se tem distinguido o governo "AD", são intoleráveis e provocam, justamente, a mais profunda indignação das massas trabalhadoras e das forças democráticas. Daí que **a Comissão Concelhia de Évora do PCP exija a imediata retirada da polícia de choque da cidade e chame todos os cidadãos a tomar medidas adequadas à situação, incluindo a realização de um grande abaixo-assinado dirigido aos órgãos de soberania.**

Com esta exigência e este apelo, a Comissão Concelhia do PCP interpreta o sentir de vastas camadas da população, é porta-voz de uma vontade maioritária: isto porque **são cada vez mais os cidadãos, incluindo muitos dos que votaram "AD", que condenam este governo e a sua política de destruição da Reforma Agrária e da economia nacional e reivindicam a demissão imediata do Governo. São cada vez mais os portugueses conscientes de que votar APU é votar pelos interesses populares e nacionais, é votar pelo futuro, é votar democracia.**

Em Évora, a população interroga-se: quem decretou o estado de sítio?

«AD» quer ressuscitar Casa de Bragança através do saque dos bens nacionais

O Governo de Sá Carneiro / Freitas do Amaral está a reconstituir a todo o vapor a Casa de Bragança. Ignora-se se o feito corresponde a alguma especial petição da ala monárquica das fileiras da "AD", mas a verdade é que os restos de uma família real, que através dos tempos deixou na memória das populações a exploração e opressão sofridas, ressuscitam agora no prosseguimento da escalada governamental contra a Reforma Agrária, no afã das forças reaccionárias em ressuscitar os latifúndios e, com eles, a desolação nas terras e a miséria nos campos.

Atingem, 14 199,5 hectares, as áreas das terras expropriadas. Antes da Reforma Agrária eram terras na sua maioria abandonadas ou subaproveitadas, onde a actividade quase exclusiva era a extracção da cortiça. São terras distribuídas por dez UCPs / Coop., que foram postas a produzir, onde as mãos dos trabalhadores fizeram nascer albufeiras e barragens, alargaram áreas de regadio, levantaram instalações para gado, dando trabalho permanente a centenas de cooperantes. São terras hoje violentamente roubadas a estas UCPs /Coop. pelo MAP: até à última segunda-feira, 4 400 hectares haviam já sido usurpadas às UCPs Catarina Eufémia, de Portel, Sol Nascente, de Vendas Novas, Água de Ouro, de Estremoz, Monte do Meio, do Vimieiro, e 12 de Setembro, de Moura. E, nestes dias, o saque tem continuado a ritmo rápido.

Casa de Bragança arrenda terras a agrários e a funcionários do MAP!

O Secretariado das UCPs /Coop. de Évora pergunta legitimamente: será que, independentemente da manifesta, vergonhosa ilegalidade destas entregas a Casa de Bragança vai explorar a terra? "Não. Mal a recebe, a administração da Fundação trata rapidamente de a arrendar, o que só por si lhe tira o direito de receber aquelas terras. Mas arrenda-as a pequenos agricultores?, pergunta-se também. Não. A Casa de Bragança, que se recusa a estabelecer contratos de arrendamento com as cooperativas e mesmo com pequenos agricultores, arrenda-as sim a grandes agrários e a funcionários do MAP, que, como abutres, comparecem no acto de usurpação das terras aos trabalhadores".

Quem são afinal aqueles aos quais a Casa de Bragança arrenda as terras das UCPs / Coop.? São, na generalidade, agrários, alguns dos quais já receberam terras como reservas, as quais, somadas às arrendadas, lhes dão áreas que ultrapassam em muito as permitidas por lei: é o caso de Manuel Luis Gancho que tendo recebido 276,6 hectares e 84 000 pontos em Maio passado, toma agora de renda as herdades Casa Velha, Casa do Meio e Monte Santo, com 608 hectares e 177.621 pontos retirados à Cooperativa Água d'Ouro de Estremoz. Noutros casos ainda, os arrendatários são os próprios funcionários do MAP que comparecem às demarcações de reservas para a seguir arrendarem as respectivas terras. É o caso das herdades do Grupo dos Alfaiates, com 610 hectares e 77 143 pontos (superior mesmo ao que a Lei Barreto permite), usurpados à Cooperativa Monte do Meio, no Vimieiro, e arrendados aos irmãos Manuel e Joaquim Ramalho, funcionários da Direcção Regional da Agricultura do Alentejo.

Nestas demarcações de reservas, como aliás em todas as demais, a ilegalidade campeia em extremos quase inacreditáveis. Como diz o Secretariado das UCPs e Cooperativas de Évora.

"O escândalo não tem limites. As ilegalidades, a corrupção, o compadrio e as imoralidades do Governo "AD" e do MAP não conhecem paralelo com que se comparem. Os "Watergate" de Sá Carneiro e do seu Governo não se limitam às suas actividades fraudulentas para com a Banca. Sá Carneiro também tem o seu 'Watergate' na Reforma Agrária."

Insistindo na necessidade de pôr cobro a esta situação de saque dos bens nacionais, de acabar com esta política de destruição da Reforma Agrária, de reconstituição dos latifúndios, de regresso ao fascismo, o Secretariado das UCPs /Coop. de Évora "reclama a imediata anulação das entregas de terras agora processadas à Casa de Bragança e seu consequente arrendamento ilegal, actos que não reconhecemos e que são, para nós, nulos e a sua devolução aos trabalhadores. Exigimos o fim desta inqualificável ofensiva contra a Reforma Agrária. Exigimos que Sá Carneiro e o seu Governo vão para a rua!".

Enquanto o peixe falta e sobe de preço a frota pesqueira está parada

Que se passa com a frota da pesca do alto (Cabo Branco)? Paralisada desde 1 de Julho deste ano, devido à não celebração do Acordo de Pesca com a República Islâmica da Mauritânica, é motivo de preocupação para todos os trabalhadores do sector que vêem nesta actuação do Governo "AD" uma ameaça à continuidade dos seus postos de trabalho.

Mas o problema não começou com o Governo "AD", verdade seja dita. Já muito antes se começava a sentir a ofensiva contra o sector das pescas nacionalizado. E isso mesmo explicam os trabalhadores do sector através de um manifesto distribuído pelo Sindicato dos Maquinistas, Práticos, Ajudantes e Artífices da Marinha Mercante do Distrito de Lisboa.

Começa este por afirmar que **os sucessivos Governos constitucionais, actuando contra os interesses das empresas nacionalizadas e da população em geral, nunca estiveram interessados em aplicar as propostas dos trabalhadores, nem o próprio Decreto-Lei da nacionalização que apontava a viabilização das empresas, contrariando a situação de falência deixada pelos "tenreiristas", antes optando pelo boicote sistemático e pelo saneamento de quadros competentes das empresas".**

A par disto, salienta-se, **a paralisação da frota que opera em Cabo Branco, imposta várias vezes, como actualmente sucede, continua a agravar a situação das empresas, que só se mantêm de pé devido ao esforço firme e consciente dos trabalhadores**, os quais não têm dúvidas de que o actual Governo "AD" se lhe for possível **tudo fará para liquidar o sector nacionalizado, colocando os trabalhadores no desemprego, ampliando os já fabulosos lucros dos grandes intermediários especuladores e o aumento desenfreado do custo de vida que os portugueses vêm sentindo todos os dias.**

A acção de um sabotador

A acção contra o sector nacionalizado das pescas praticada pelo actual secretário de Estado das Pescas, João Albuquerque é a seguir analisada.

Diz o comunicado sobre a acção deste elemento do Governo "AD":

– Não define uma política para as pescas, agravando a situação actual e futura das pescas portuguesas, tanto na ZEE (Zona Económica Exclusiva) como noutros pesqueiros internacionais;

– Manteve onze meses os navios paralisados, em 78/79, obrigando a uma maior importação de pescado, salários vários meses em atraso, impondo o desespero e a miséria em centenas de famílias, declarou as empresas em situação económica difícil, não com o objectivo de as viabilizar, mas unicamente para tentar retirar direitos alcançados pelos trabalhadores e impor despedimentos;

– "Chumba" todos os planos de investimento das empresas nacionalizadas, não permitindo a modernização, desenvolvimento e reconversão do sector, agravando também a situação dos estaleiros de construção e reparação naval, que se debatem com falta de encomendas. No entanto, para as empresas privadas não faltam financiamentos e dádivas de milhares de contos;

– Liquida o SAPP e a «Friantárticos» a fim de dificultar e impedir que o Estado assuma no futuro o papel de disciplinador de preços;

– Pretende continuar a vender ao desbarato o património das empresas nacionalizadas;

– Colocou nas administrações das empresas os seus homens-de-mão, para mais facilmente atingir os criminosos objectivos da actual governação;

– Demagogicamente aponta falsas alternativas para a colocação dos navios que impede de operarem na Mauritânia;

– Paralisa, sem justificação, os barcos que operam na Guiné-Bissau;

EVOLUÇÃO DO ESFORÇO DOS GOVERNOS PARA DESTRUIREM AS EMPRESAS

ANO	GOVERNO	NAVIOS A PESCAR	NACIONALIZ. No. NAVIOS	NACIONALIZ. %	PRIVADOS No. NAVIOS	PRIVADOS %	Alguns prejuízos
1976/77	VI PROVISÓRIO	34	28	82,3	6	17,7	
1977/78	I CONSTITUC. P.S.	26 (menos8)	20	76,9	6	23,1	Deixou de capturar 5 800 Ton. no valor de 270 000 contos, para não pagar 35 000 contos de licenças.
1978/79	II PS/CDS III Nobre Costa IV Mota Pinto/ /PPD/CDS	22 (menos12	17	73,2	5	22,8	Deixou de capturar 3 200 Ton. no valor de 214 000 contos, para não pagar 20 000 contos de licenças. Neste período os trabalhadores tiveram 6 meses de salários em atrazo.
1980	VI A.D.-	22 navios	Paralizados desde 1 Julho de 80, até ? (desconhece-se), por motivo do Governo não ter negociado a tempo e horas com o Governo da Mauritânia, apesar das chamadas de atenção por parte dos orgãos dos trabalhadores. Por mês deixa-se de capturar 2 140 toneladas, perdendo-se de receitas 214 000 contos.				

– Desde 1976 que se conhecem as intenções da Mauritânia para passar do sistema de licenças às sociedades mistas, sistema que começou a ser estudado pelas administrações de então, que se preocupavam pela defesa dos interesses nacionais. Por isso, a actual paralisação da frota demonstra o contrário daquilo que o Governo se empenha em dar a entender. Na verdade, não actuando quando devia (João Albuquerque), não promoveu, nem viabilizou o acordo de pesca, enfraqueceu a posição negocial de Portugal, visando assim alcançar os seus objectivos.

Manobra concertada

O comunicado dos trabalhadores, aponta seguidamente casos concretos da acção sabotadora desencadeada pelos homens-de-mão que o Secretário de Estado colocou nas administrações das empresas. Referimos alguns:

SNAPA – Ordenaram, sem justificação, o regresso dos navios que operam na Guiné-Bissau, a par da paralisação de outros na África do Sul, numa clara manobra.

Ainda nesta empresa:

A administração delapida o património da empresa, exemplos que podiam aqui ser referidos.

Entretanto, como sugerem no comunicado, **os trabalhadores conscientes que a manutenção e defesa dos interesses das empresas e da economia nacional passa fundamentalmente pelo seu esforço, continuam a apontar as soluções necessárias à viabilização e desenvolvimento das emresas e do sector, nomeadamente:**

– diversificação dos pesqueiros e consolidação dos actuais;

– criação de uma empresa pública de comercialização e distribuição de pescado (a fim de garantir preços compensadores à produção, diminuir o custo ao consumidor e regular o abastecimento);

– apoio à produção nacional eliminando o papel parasitário dos intermediários, estabelecendo o controlo pelo Estado à importação/exportação e distribuição do pescado;

– reconversão e modernização da frota;

– desenvolver o ensino e a formação profissional;

– colocação de gestores honestos, competentes e dedicados na defesa do sector nacionalizado;

– inventariação dos recursos existentes nas nossas 200 milhas (ZEE – Zona Económica Exclusiva), em defesa do património nacional, não permitindo a delapidação pela CEE e outras frotas.

Com que intenções os pescadores de águas turvas da «AD» mantêm paralisada a frota pesqueira nacional?

Quando presidente da CRCB (Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau), **actuou como inimigo declarado das empresas nacionalizadas, causando avultadas prejuízos, impondo preços abaixo dos custos de produção, para os seus amigos intermediários mais ganharem;**

– É um dos responsáveis pelo insuportável aumento dos preços do peixe.

O quadro que noutro local se publica dá uma ideia da evolução do esforço dos diferentes governos para destruirem as empresas nacionalizadas da pesca. De salientar que com os governos Nobre da Costa e Mota Pinto deixou de se capturar 3200 toneladas de pescado, no valor de 214000 contos, para não se pagar 20 000 contos de licenças. E quanto se pagou com a importação de peixe? E quanto ficou nas mãos dos intermediários?

afretando os navios mais rentáveis a falsos cooperantes, estando a preparar afretamentos a outros falsos cooperantes, que detêm posições chaves na empresa, alguns antigos accionistas e amigos dos administradores.

CPP – Mantém navios amarrados à muralha, alguns há mais de um ano, não procurando maneira de colocar os navios a operar, sendo exemplo os seguintes navios:

«Alverca» – Não adquirem nem procuram adquirir materiais necessários para a reparação, iniciando um verdadeiro desmantelamento do navio.

«Algol» – Encostado à muralha sem qualquer justificação, mantendo paralisado um dos navios mais rentáveis da frota de Cabo Branco.

Estes, alguns dos muitos

O peixe pela hora da morte

Depois destas linhas, já o leitor poderá ter uma ideia da razão por que nas bancas dos mercados o peixe atinge os elevados preços que nos obrigam a afastar os olhos com a maior rapidez.

Por estas linhas, a dona de casa, na ingrata tarefa de equilibrar o orçamento doméstico com o apetite da família, pode já ver quem tem a culpa desta situação. Mas não desanime. O peixe não há-de continuar pela hora da morte. No próximo dia 5 de Outubro tem uma oportunidade de alterar esta situação e outras semelhantes. Não a desperdice, e de certeza que o peixe fresco aparecerá com maior frequência à sua mesa. Coisa com que o Secretário de Estado das Pescas, João Albuquerque, e outros não estarão muito de acordo. Mas o problema é deles.

Quem é quem?

João Albuquerque – a vocação de andar à pesca

Quando, em Janeiro deste ano, foi conhecido o elenco governamental da AD, o «Avante!» publicou notas lográficas de alguns elementos do Governo. Entre eles, o actual secretário de Estado das Pescas, João Albuquerque, que exercera cargo idêntico nos Governos Nobre da Costa e Mota Pinto/PPD/CDS.

Recordemos alguns aspectos da vida deste indivíduo que, ainda recentemente, declarou ser mais importante importar peixe do que pescá-lo:

Colaborador próximo de Henrique Tenreiro no Grémio do Bacalhau e no Fundo de Renovação e Apetrechamento da Indústria da Pesca; presidente do CRCB (Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau) nomeado por António Barreto do Governo PS sozinho. Mantém ligações estreitas com armadores-armazenistas de bacalhau e com vários negociantes de pescado, nomeadamente através do Gabinete de Estudos e Organizações, de que é proprietário.

De uma lista muito mais extensa destacamos as seguintes actuações como secretário de Estado das Pescas:

● Nomeação de tenreiristas para postos-chave do sector, tanto nas empresas nacionalizadas como na Administração Pública.

● Acentuar do desmantelamento da secretaria de Estado, nomeadamente através da perseguição a elementos progressistas.

● Celebração de um acordo de pescas com a Espanha, altamente lesivo dos interesses nacionais.

● Boicote à aplicação do acordo de pescas com a Guiné-Bissau.

● «Lock-out» imposto à frota do alto durante vários meses.

● Liquidação do SAPP (Serviço de Abastecimento de Peixe ao País) e das empresas intervencionadas de conservas L. Branco e Unitas.

● Eliminação de todos os projectos de investimento das empresas nacionalizadas de pesca, impedidndo assim a renovação, reconhecidamente necessária, do obsoleto equipamento produtivo desses operadores.

(Não é de espantar que a produção tivesse, em 1978, uma das maiores descidas de sempre – cerca de 18% de diminuição das quantidades de pescado descarregadas – e que tal tendência se tenha acentuado em 1979).

Isto dizia o «Avante!» de 24 de Janeiro de 1980. Daí para cá a sua actuação tem-se mantido na mesma linha. Os grandes armadores e industriais do sector estão satisfeitos com ele...

Os trabalhadores não.

É um homem de negócios

Não se sabe se é um «self-made-man», como diz a canção, ou se é um homem de milhões. O que se sabe ao certo é que sendo dono do restaurante «Vicking», em Vilamoura, encerrou o mesmo deixando dívidas aos trabalhadores no valor de 3000 contos. (Não há dúvida, é um homem de milhares).

Fez «lock-out», o que é proíbido pela lei portuguesa. No entanto, como é um homem virado para o **negócio**, abre a seguir outros restaurantes em diversos locais do País e mesmo no Algarve, utilizando para isso 20 mil contos (não há dúvida, é um homem de dezenas de milhar) do Fundo de Turismo e que se destinavam ao restaurante agora encerrado.

Assim, não é difícil ter-se propensão para o **negócio**. E até se conseguem lucros.

Quem não está de acordo é o Sindicato da Hotelaria do Algarve que afirma: **«Aconteça o que acontecer, demore o Governo AD, ou não, a providenciar no envio de juízes para os Tribunais de Trabalho do Algarve, o sindicato não vai consentir que o dinheiro devido aos trabalhadores não lhes seja pago».**

Actualização salarial protelada na CP

O conselho de gerência da CP pretende protelar as negociações para a revisão da matéria económica do Acordo Colectivo de Trabalho daquela empresa pública, segundo acusa a Federação dos Sindicatos Ferroviários.

Com efeito, a referida Federação apresentara recentemente uma proposta de tabela salarial preconizando um aumento de 26 por cento, para além de outras reivindicações não menos importantes.

Por seu turno, o conselho de gerência da CP, que durante o recente conflito com os trabalhadores motivado pela reivindicação de um prémio de produtividade anunciara uma proposta de tabela salarial, afirma agora precisar de mais tempo para analisar a questão.

No intuito de dividir e protelar as reivindicações dos trabalhadores, o conselho de gerência está agora a desfazer a agulha, oxalá não descarrile.

Médicos contra portaria

A portaria que cria a «carreira de generalista» foi publicada recentemente pelo Governo no Suplemento do «Diário da República». Contudo o diploma tem sido motivo de fortes objecções por parte dos jovens médicos.

Considerando «um aborto técnico-jurídico», o diploma contraria frontalmente os interesses dos jovens médicos, não resolve os problemas das populações e é ilegal perante a Lei do Serviço Nacional de Saúde em vigor, como salientou a um órgão de Informação o médico Carlos Silva Santos, membro da Direcção do Sindicato dos Médicos da Região Sul.

Acrescentou ainda:

«Para além desta Portaria repudiada pelos médicos e mais uma ou outra medida demagógica (criação dos Serviços de Atendimento Permanente, abertura da clínica privada aos beneficiários dos Serviços Médico-Socials) o Governo nada fez na área da saúde, o que prova a total incapacidade da «clic» da direcção da Ordem dos Médicos, no poder através do secretário de Estado da Saúde».

Com a «AD» o «lock-out» é possível

Depois do exemplo citado logo no início um outro caso de «lock-out» desta vez em Belém, Lisboa, na firma «Cordeiro, Santos e Ferreira», do ramo alimentar das conservas de vegetais.

Emprega 26 trabalhadores, alguns com mais de 50 anos de casa. Sem qualquer aviso prévio a gerência não pagou o ordenado de Julho, acrescentando: **«Daqui em diante não voltará a haver ordenados para ninguém».**

Os trabalhadores aperceberam-se então que os gerentes procuravam vender máquinas e outros equipamentos ao preço da chuva. Organizaram piquetes e impediram a saída da maquinana, garantia dos seus créditos e postos de trabalho.

A empresa deve aos trabalhadores, só em diferenças salariais, subsídios e outras remunerações, cerca de 1125 contos, referente ao perído entre Outubro de 1979 e Julho deste ano.

Os proprietários desde o ano passado vendiam as mercadorias em «stock» sem providenciarem no sentido de adquirir matéria-prima, não só para assegurar a laboração mas também para refazer os «stocks». E em Junho deste ano já não havia nada para vender.

Mais um caso de despedimento colectivo e «lock-out» sem que o Governo Sá Carneiro intervenha.

A generosidade de Sá Carneiro ou a Lei que não pode ser alterada

Durante a recepção oferecida pelo Primeiro-Ministro Sá Carneiro à organização sindical divisionista UGT, o primeiro gesto largo, liberal e altruista (a pensar, certamente, nas eleições que está em vésperas de perder) declarou que o Governo não vai alterar a Lei da Greve antes das próximas eleições legislativas.

Que generosidade! – pensou o dirigente da UGT, Torres Couto, que se apressou a dar a boa-nova aos órgãos da Informação. E classificou mesmo de **positiva** a recepção concedida por Sá Carneiro aos sindicalistas da UGT.

Suspiraram de alívio os trabalhadores portugueses. Até Outubro, mais concretamente, até 5 de Outubro, data das próximas eleições legislativas, a Lei da Greve não é alterada graças à generosidade de Sá Carneiro e dos seus ministros. Até lá, os trabalhadores portugueses podem reivindicar melhores condições de trabalho, salários mais elevados ou valorização profissional. Até às eleições isso está garantido. Depois, se a "AD" e Sá Carneiro tiveram a felicidade (infelicidade para o País, subentenda-se) de ganharem as eleições é que vai ser diferente, como aliás vão ser diferentes muitas outras coisas.

Regozijava-se, pois, o sindicalista Torres Couto deste protelamento generoso feito pelo Governo Sá Carneiro relativamente à alteração da greve. Simplesmente, o assunto não é bem assim. E isso o demonstra uma nota da SIP do PCP que, é claro, não contou com a difusão proporcionada às declarações de Torres Couto sobre o assunto nos órgãos de Informação estatizados. Maneiras de ser...

A nota da SIP do PCP punha os pontos aos "ii". **O Governo Sá Carneiro** – frisa a nota – **pura e simplesmente, não pode alterar a Lei da Greve.** Salienta a seguir o referido documento que nas declarações prestadas foi esquecido o aspecto fundamental da questão, ou seja, a Lei da Greve não pode ser legalmente alterada porque tal legislação é da competência reservada da Assembleia da República e, neste assunto, o Governo não obteve qualquer autoridade legislativa para a alterar.

Afinal, a generosidade propalada não passava de propaganda de banha da cobra. Os trabalhadores sabem que o Governo não altera agora porque não pode. E, se puder fazê-lo, mais tarde, que aspecto apresentará a Lei da Greve? Possivelmente, será tudo menos uma Lei da Greve.

Mas isso não constitui problema para a UGT e os seus dirigentes. Se agora consideram "positiva" a reunião com Sá Carneiro, nessa altura serão até capazes de considerar "excelente" a Lei que o Governo "AD" pretender publicar.

Cumplicidade AD/UGT

Sá Carneiro é **o primeiro dos primeiros-ministros que após o 25 de Abril não recebeu a CGTP-IN**, refere um comunicado tornado público pelo Secretariado Nacional desta central sindical.

No referido documento salienta-se que o facto de o Governo se encontrar preferencialmente com os divisionistas demonstra **a clara cumplicidade da UGT em relação à aliança patronal da AD e não passa de uma manobra eleitoralista de caça ao voto**.

Efectivamente, a CGTP-IN reclamou em 11 de Abril último uma audiência ao primeiro-ministro Sá Carneiro, a fim de discutir e exigir a satisfação das reivindicações aprovadas no III Congresso, antes realizado. No entanto, o primeiro-ministro sempre se recusou a receber os representantes da CGTP-IN.

O comunicado esclarece ainda dúvidas que façam supor que **alguma vez o Governo Sá Carneiro manifestou o desejo de dialogar, seriamente, com os legítimos representantes dos trabalhadores portugueses.**

É recordado ainda que o jeito que os divisionistas fazem ao Governo Sá Carneiro reforça a afirmação do presidente da UGT de que **não há incompatibilidade entre os programas** da sua organização e da AD. Para quem ainda tem dúvidas, a cumplicidade AD/UGT ultrapassou já o segredo dos gabinetes para aparecer nas declarações públicas.

Mais uma do Governo «AD»

Mil trabalhadores da lota da Ribeira Nova ignorados pelo secretário das Pescas

Uma decisão do Governo "AD", materializada num despacho do secretário de Estado das Pescas, João Albuquerque, acaba de pôr seriamente em perigo a subsistência de cerca de mil pessoas e respectivos agregados familiares. Isso mesmo foi denunciado numa conferência de Imprensa realizada na passada segunda-feira por uma comissão que se propõe lutar contra tal despacho de João Albuquerque – despacho esse que impõe o encerramento da actividade da Lota da Ribeira Nova, ao Cais do Sodré, e a transferência para a Docapesca de Pedrouços.

A história desta decisão começa no governo Mota Pinto, quando o mesmo João Albuquerque desempenhava funções idênticas às que hoje desempenha no Governo Sá Carneiro. De facto, em 17 de Julho, um despacho conjunto da Secretaria de Estado das Pescas e da Secretaria de Estado da Marinha Mercante determinava que as embarcações que utilizavam a Ribeira Nova para descarga e primeira venda do pescado deixassem de o fazer naquele local. Porém, nessa altura não estavam ainda reunidas condições que permitissem a cessação de actividades da Lota da Ribeira Nova.

Nove meses mais tarde, em 5 do passado mês de Abril, o mesmo João Albuquerque e Silva Domingos, responsável da Marinha Mercante no Governo "AD", publicam novo despacho em que se determinava que, a partir de 1 de Julho, ficava interdita a descarga de pescado na Ribeira Nova, devendo as embarcações passar a efectuar a descarga na Docapesca de Pedrouços ou em qualquer outro porto do País.

Imediatamente se começaram a movimentar todos os que – alguns há várias dezenas de anos– na Ribeira Nova ganham o seu sustento e o das suas famílias, pelo que tal decisão apenas foi inicialmente aplicada à descarga e venda de peixe grosso, mantendo-se a actividade para o peixe miúdo e avulso.

Porém, em 31 do mês passado, João Albuquerque e Silva Domingos voltaram aos seus planos, determinando o encerramento das actividades da Ribeira Nova até final do corrente mês de Agosto, concretizados num aviso do director dos Serviços de Exploração da Administração-Geral do Porto de Lisboa, de acordo com o qual é permitida até ao fim do mês a descarga na Ribeira Nova apenas a embarcações da pesca artesanal, ficando a descarga do pescado interdita aos outros tipos de embarcações. Nos termos da decisão das autoridades, a partir de 1 de Setembro, a Ribeira Nova deixa de existir para descarga e primeira venda do pescado.

Esta medida que o Governo "AD" mandou executar sem nunca se preocupar em ouvir os mais directamente interessados, põe em causa mais de mil trabalhadores. De todos os que exercem a sua função na Ribeira Nova, apenas cerca de 42 foram já transferidos para a Docapesca de Pedrouços.

Entretanto, no decorrer da conferência de Imprensa, vários armadores presentes – entre os quais o mestre do "Virgem de Sines", que ainda recentemente foi julgado e condenado em tribunal por ter desrespeitado a decisão governamental e ter descarregado na Ribeira Nova – foram unânimes em manifestarem a sua recusa de utilizarem as instalações da Docapesca de Pedrouços, as quais, no seu entender, não ofereceriam as condições mínimas para a sua actividade.

Na mesma oportunidade, os trabalhadores da Ribeira Nova criticaram ainda o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Kruz Abacasis, o qual, depois de uma primeira atitude de discordância relativamente ao despacho, de tem vindo progressivamente a desinteressar-se do processo, mantendo neste momento um silêncio que os trabalhadores da Ribeira Nova interpretam como de conivência com o Governo.

A venda
Militante
BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

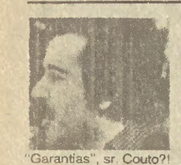
Neste número:

Para a vitória de Abril! ● Mobilizar toda a organização para uma intensa actividade eleitoral ● Organizar a fiscalização das eleições – Tarefa essencial ● Novos números para os diversos círculos eleitorais ● Uma campanha eleitoral para vencer ● Mealhada – um resultado significativo ● Eleições intercalares em Aguiar da Beira ● Sobre as eleições no Alentejo

Semana

13 Quarta-feira

1783 – Morre o pintor Vieira Lusitano, que se notabilizou no desenho e na gravura.

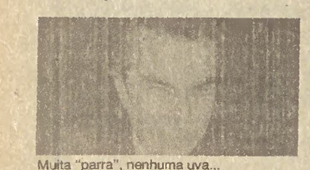


"Garantias", sr. Couto?!

Em comunicado conjunto, as estruturas representativas dos trabalhadores do Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa (BESCL) confirmam algumas das mais graves acusações feitas pelo vespertino «o diário» a Sá Carneiro, confirmando, entre outras, as fraudes das transferências de contas e da devolução dos aceites, exigindo ainda o comunicado um esclarecimento do actual Primeiro-Ministro. ■ A propósito das declarações do secretário-geral da chamada "UGT", Torres Couto, "divulgando" que o Primeiro-Ministro lhe "dera garantias" que a lei da greve não seria alterada antes das eleições, a SIP do PCP afirma que "o Governo Sá Carneiro, pura e simplesmente, não pode legalmente alterar a lei da greve", pelo que "as trocas de salamaleques entre a UGT e o Governo Sá Carneiro (...) fazem ressaltar as ambiguidades daqueles que no plano político dizem querer derrotar a AD e que no plano sindical continuam aliados aos partidos da AD". ■ O Tribunal da Relação de Coimbra decide que o PS e a AD ficaram empatados nas eleições para a Câmara Municipal da Mealhada efectuadas no dia 27 de Julho; a decisão foi tomada na sequência de apreciação de recursos sobre o modo como decorreu a votação, interpostos por aquelas duas organizações políticas.

14 Quinta-feira

1979 – Em conferência de imprensa, uma delegação de emigrantes portugueses em França denuncia a intenção do governo francês de expulsar nos próximos cinco anos um milhão de trabalhadores ali emigrados.



Muita "parra", nenhuma uva...

Sá Carneiro, na sua qualidade de Primeiro-Ministro e rodeado por todo o Governo, faz uma "comunicação ao País" através da Rádio e da TV onde se limita a "negar" qualquer dívida à Banca nacionalizada ou ter cometido qualquer tipo de fraudes, não respondendo a nenhuma das acusações concretas que o vespertino «o diário» lhe fez; tanto o PS como o PCP, partidos a que o actual Primeiro-Ministro se referiu em tom insultuoso, reagiram prontamente à comunicação: o primeiro considera que, apesar das acusações que lhe são feitas "com impressionante cópia de documentos", Sá Carneiro não responde e "repete até à exaustão que nada deve à Banca nacionalizada (...) mas nada faz e diz para além disso"; por seu lado, o PCP afirma, nomeadamente, que "ao pretender aparecer perante a opinião pública sem apresentar qualquer prova e ao proferir sentença condenatória sobre as forças democráticas que com provas o acusam, foi o Primeiro-Ministro que se substituiu aos tribunais, violou a sua independência e sobre eles procurou exercer uma intolerável pressão com o peso de uma decisão governamental". ■ O Presidente da Assembleia da República anuncia a convocação da Comissão Permanente para o próximo dia 25, após análise dos requerimentos apresentados na véspera pelo PS e pelo PCP. ■ Falando em Mafra, nas comemorações do Dia da Infantaria e da Escola Prática de Infantaria, o Presidente da República e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Ramalho Eanes, afirma que os chefes militares, qualquer que seja o seu escalão de comando, devem obedecer às normas de independência político-partidária e não aproveitarem os seus postos ou funções para exprimirem concepções políticas pessoais.

15 Sexta-feira

1498 – A rainha D. Leonor funda as Misericórdias.

Quando efectuava um carregamento de combustível no porto de Sines, explode o petroleiro espanhol "Campeón", vitimando dois dos tripulantes, tendo desaparecido um terceiro; o navio ardeu durante mais de doze horas. ■ Quinze mortos e 193 feridos, 88 dos quais em estado grave, é o balanço dos 176 acidentes de trânsito registados pela GNR nas estradas do continente nas últimas 24 horas que terminaram hoje, ao meio-dia.

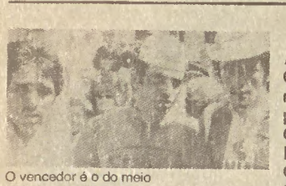
16 Sábado

1900 – Morre em Neuilly, França, o escritor Eça de Queiroz.

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, afirma na Figueira da Foz que estão criadas as condições fundamentais para a derrota da "AD" no próximo acto eleitoral, apesar de o Governo limitar o carácter democrático das eleições. ■ A Comissão dos Médicos Representantes da Zona Sul dos P5 acusam a Secretaria de Estado da Saúde de interromper as arrastadas negociações, que se vinha[a] verificando, de publicar uma portaria em que não é estipulada uma carreira de clínico geral e sublinha que o ministro dos Assuntos Sociais não deu qualquer resposta ao pedido da Comissão para lhe expor as suas razões.

17 Domingo

1900 – Nasce o poeta António Botto.



O vencedor é o do meio

O secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, participa na Covilhã no comício de encerramento das "Festas Serranas", promovidas pela Direcção da Organização Regional da Beira Interior do PCP na Covilhã, Guarda e Castelo Branco. ■ O jornal conservador londrino "The Times" considera que se a "AD" ganhar as eleições "haverá uma intensificação da polarização da política nacional, o poder dos militares e do presidente será substancialmente reduzido e o Governo tentará implementar um programa, cuja característica principal será a destruição do que o PS e o PC consideram ser as conquistas revolucionárias de Abril". ■ Termina a 42.ª Volta a Portugal em bicicleta, com a vitória de Francisco Miranda.

18 Segunda-feira

1856 – É publicada uma lei que declara libertos os escravos que entrem em qualquer porto do Reino, Ilhas Adjacentes, Estado da Índia e Macau.

Os tiradores de cortiça dos distritos de Beja, Évora, Portalegre e Santarém continuam a não extrair a cortiça das UCP's e Cooperativas Agrícolas, prosseguindo a greve iniciada em 25 de Julho passado contra a "lei roubo da cortiça", decidindo prolongar a paralização até ao final da campanha deste ano; entretanto, o Governo Cameiro/Amaral insiste em esbulhar a cortiça da Reforma Agrária, contratando trabalhadores através do Instituto dos Produtos Florestais para procederem à extracção dos montados das UCP's e Cooperativas, numa actuação ilegal que viola a lei da greve ■ Os trabalhadores da lota lisboeta da Ribeira Nova denunciam em conferência de imprensa que mais de mil trabalhadores daquela lota ficarão sem emprego no próximo dia 31, data a partir da qual entra definitivamente em vigor um despacho conjunto dos secretários de Estado das Pescas e da Marinha Mercante que ali impõe a proibição da descarga de peixe às embarcações de pesca artesanal; segundo os trabalhadores, a medida só pode ter um significado: o secretário de Estado das Pescas, João Albuquerque, continua a defender a "tese" de que mais vale importar que pescar.

19 Terça-feira

1889 – Nascimento do prof. Abel Salazar, sábio notável e artista de grande sensibilidade ao drama dos trabalhadores sob a exploração capitalista. Os motins populares encontraram nos seus quadros um tratamento humanístico invulgar. Antifascista e destacado defensor da unidade entre os democratas, fez parte do MUNAF e sofreu a pressão e perseguição do fascismo.

Comentando o recente discursò do Primeiro-Ministro Sá Carneiro na TV, o jornal brasileiro de maior circulação, a «folha de S. Paulo», considerou-o «vazio no conteúdo, gaguejante, acanhado e desolador» ■ O MAP força dois agrários, contra a sua vontade, a arrendarem duas herdades a uma sociedade agrícola de que é sócio Prates Canelas, assessor do secretário de Estado João Goulão; as terras estavam arrendadas à UCP «Terra Livre», em Cabeção, Mora, que vai recorrer aos tribunais.

APU no concelho de Vila da Feira

Oleiros, Nogueira de Regedoura Giesteira, Ferradal, Caldas de S. Jorge

A Comissão Concelhia de Vila da Feira da Aliança Povo Unido levou a efeito no último fim-de-semana um programa de iniciativas em vários pontos do concelho, com a participação de candidatos do Povo Unido pelo círculo eleitoral de Aveiro, incluindo o cabeça de lista Vital Moreira.

No centro das objectivos estiveram alguns estabelecimentos de saúde e também o contacto directo com as populações e os seus principais problemas.

Vital Moreira esteve no Hospital de Oleiros, onde foi recebido pelos elementos da gestão, que deram uma panorâmica dos múltiplos problemas que afectam aquela unidade hospitalar.

Depois de um jantar de confraternização com democratas de Nogueira de Regedoura, Vital Moreira esteve na Giesteira onde foi recebido pela Comissão de Moradores e muitos habitantes. No decorrer da sua demorada visita, foram salientados, entre outras graves carências, o estado das ruas e a falta de estruturas escolares com um mínimo de condições.

Em Ferradal, freguesia de Fiães, cerca de 300 pessoas estiveram com o deputado comunista, a quem foram expostas as principais dificuldades da terra, não esquecendo o problema do lavadouro: é o único e ainda por cima não pode ser utilizado pela população uma vez que um cacique local usa-o como esgoto para os detritos de uma vacaria de que é proprietário.

Nas Caldas de S. Jorge, onde se realizaram também por iniciativa da APU provas de atletismo com mais de uma centena de participantes, houve piquenique e festa popular durante a qual foram entregues taças e medalhas aos vencedores das provas.

Numa breve intervenção, Vital Moreira fez o relato/balanço das suas visitas no concelho e realçou a dado passo a importância da eleição de mais um deputado da APU por Aveiro.

Activistas da APU detidos pela PSP

Cinco adultos e quatro jovens que colocavam panos de propaganda da APU foram detidos na passada segunda-feira nos Olivais, em Lisboa, pela Polícia de Segurança Pública (PSP) e mantidos incomunicáveis durante mais de uma hora.

Os justos protestos dos democratas presos, que invocaram os seus direitos de liberdade de expressão e informação, consagrados na lei fundamental do país, a Constituição da República, em nada demoveram a PSP dos Olivais, que, além de obrigar a retirar um pano que fora colocado nas árvores, ainda deteve outras pessoas só por terem dito que também eram da APU...

Como sublinha o gabinete de Imprensa do distrito de Lisboa da Aliança Povo Unido, em comunicado sobre a detenção dos activistas, "às autoridades cumpre zelarem pelo cumprimento das leis e pela garantia da liberdade de expressão dos cidadãos e não fazer o contrário como aconteceu desta vez".

Baixa da Banheira

Canções populares, jogos e outras iniciativas constituem o programa do convívio organizado pela Aliança Povo Unido (APU) na Fonte das Ratas, Baixa da Banheira, para a tarde do próximo domingo.

Os promotores do convívio aconselham a todos os camaradas e amigos interessados que levem o farnel.

Festa Amiga em Pinhal Novo

Em 29, 30 e 31 deste mês o campo de futebol do Clube Desportivo Pinhal Novense, no concelho de Palmela, será cenário de uma grande festa popular esperada com entusiasmo. Trata-se da «Festa Amiga», promovida pela Comissão Eleitoral da APU em Pinhal Novo.

Do diversificado programa fazem parte, entre outras iniciativas, colóquios e debates, exposições, jornadas desportivas, fados e guitarradas, Canto Livre, cinema, teatro, cantares alentejanos, poesia e bandas de música.

O bilhete de acesso custa apenas 50$00. Não faltes!

Festa na Brandoa

No próximo domingo a Brandoa está em festa. A iniciativa pertence à Comissão de Freguesia do PCP e denomina-se "Festa Popular Povo Unido".

Além de um completo serviço de bar com os tradicionais "comes-e-bebes", quermesse e outros atractivos próprios das pequenas e grandes confraternizações populares, a festa inclui no seu programa uma manhã infantil com corridas, jogos e várias surpresas.

No palco estará o Canto Livre, o fado de Abril e o folclore.

O camarada Sérgio Vilarigues, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP, fará uma intervenção no comício, marcado para as 18 e 30.

A festa decorrerá todo o dia no Largo da Feira.

«Povo Unido» em Barcarena Algés e Olivais-Norte

Com a participação de Alda Nogueira, do CC do PCP, realiza-se amanhã, às 21 e 30, uma sessão de esclarecimento da APU no salão dos Bombeiros Voluntários de **Barcarena.**

Hoje e amanhã, das 17 às 19 horas, decorrerão mini-comícios com os candidatos da APU Carlos Lapa e José António Veríssimo, na estação de **Algés**. No mercado da mesma localidade efectua-se no próximo domingo, das 9 às 12 horas, um mini-comício com Artur Rodrigues.

No mesmo dia, nos **Olivais-Norte**, realiza-se o "pic-nic da Amizade", incluindo manhã desportiva e espectáculo "Lisboa sempre Abril" na parte da tarde, além de uma intervenção política de Júlio Filipe, do Comité Central do PCP.

Fundos para o CT de Algés

Com uma campanha essencialmente virada para o concelho de Oeiras, os comunistas de Algés estão a trabalhar com entusiasmo e espírito de iniciativa com vista à recolha dos fundos necessários para a compra de um CT, tarefa fundamental no presente momento uma vez que a organização cresceu e a actividade política na zona e as responsabilidades do Partido são também maiores.

A campanha decorre sob o lema **"Um Centro de Trabalho em Algés para o reforço do trabalho do Partido"** e os donativos podem ser enviados para o CT da freguesia (Avenida dos Bombeiros Voluntários, lote 107, loja B) ou para o CT Vitória (Avenida da Liberdade, 170).

CT de Fanhões

Conseguir 400 contos para comprar o edifício do Centro de Trabalho do PCP em Fanhões (concelho de Loures): este o objectivo da campanha de fundos que ali decorre numa atmosfera de entusiasmo e empenho militante.

No início deste mês o balanço da campanha já registava *114 360$00*. Quem puder contribuir deve contactar o CT de Fanhões (Travessa da Caridade).

Reunião em Coimbra

Com a participação do camarada Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central, realiza-se no próximo domingo uma reunião distrital de quadros do PCP em Coimbra.

O encontro tem início marcado para as 9 e 30, no Centro Recreativo Norton de Matos, e destina-se à preparação da próxima batalha eleitoral.

Camaradas de Almodôvar

No próximo domingo, a partir das 15 horas, realiza-se no Centro de Trabalho do PCP em Faro uma importante reunião para que se convidam todos os camaradas residentes naquela zona e que sejam naturais do concelho de Almodôvar.

No dia 31 (também domingo) decorrerá idêntica reunião para os camaradas naturais daquele concelho residentes na área da Grande Lisboa. O encontro inicia-se às 15 horas, no CT Vitória, na Avenida da Liberdade.

Camaradas falecidos

JOÃO LOPES – Com 51 anos, faleceu o nosso camarada João Manuel Andrade Lopes, membro da célula do PCP na Carris (Cabo Ruivo). O militante comunista, motorista de profissão, residia na freguesia de Santa Maria dos Olivais, em Lisboa, e era considerado por todos os camaradas como um grande amigo do Partido.

ANTÓNIO FELGUEIRAS – Natural do Porto, faleceu subitamente em França o nosso camarada António Felgueiras, activista sindical e firme defensor dos direitos da classe trabalhadora dentro e fora do país. Colaborador da CGT francesa, o camarada ahgora desaparecido vendia e divulgava o "Avante!" aos domingos no mercado de Clichy e prestava, todos os anos, preciosa ajuda militante no stand do nosso jornal na Festa de "L'Humanité", órgão do PCF.

GUILHERME DANTAS – Empregado de escritório e contando apenas 24 anos, faleceu recentemente o nosso camarada Guilherme Pereira Dantas, militante na organização de Ponte de Lima. O camarada foi vítima de acidente de viação.

JOÃO LUÍS "BALANQUIM" – Vítima de desastre, faleceu recentemente o militante comunista João Luís Almeida Caliça, também conhecido por "Balanquim". Era natural do lugar do Paiol, freguesia de Aldeia Galega da Merceana, concelho de Alenquer. A morte do nosso camarada causou profunda emoção na sua terra natal, em toda a freguesia, na respectiva Junta, de que era secretário, e também nas organizações populares que ajudou a criar e desenvolver na luta pelos ideais do 25 de Abril. O camarada "Balanquim", candidato eleito pela APU nas últimas eleições autárquicas na freguesia da Aldeia Galega, trabalhava como pedreiro. No seu funeral estiveram presentes mais de duas mil pessoas.

EP's: atenção ao fecho de contas

Apela-se a todos os camaradas que ainda tenham contas a prestar de EP's vendidas ou a devolver que é necessário regularizarem essas situações com o máximo de brevidade, uma vez que a DORL deve obrigatoriamente fechar contas com a organização central da Festa do "Avante!" até 31 deste mês.

Mini «Cruzeiro» até Cascais

Neste tempo de férias, que o mesmo é dizer neste Agosto de sol e mar, um mini-cruzeiro nas águas do Tejo é sempre convite aliciante. Pois bem: no próximo domingo, entre as 9 e 30 e as 13 e 30, realiza-se um passeio fluvial desde o Terreiro do Paço até Cascais, com retorno ao ponto de origem, numa iniciativa do sector de transportes do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP.

Preço: apenas 50$00. Os bilhetes estão à venda nos CT's da capital. Atenção: as crianças até aos 12 anos não pagam.

Festa do Futuro na Marinha Grande

A Marinha Grande, terra de fortes tradições de luta pela democracia e a liberdade, vai estar em festa no último fim-de-semana deste mês (dias 29, 30 e 31). É a «Festa do Futuro», o maior acontecimento político-cultural e artístico da região.

A iniciativa pertence à organização local do PCP e, entre outros atractivos do seu programa, registemos por agora um grande espectáculo com Fernando Farinha, José Viana, Dora Leal, conjunto de Jorge Nascimento, Samuel, Julia Babo, Eduardo Jacques e o acordeonista Nazaré.

Haverá ainda a actuação de conhecidos artistas regionais, ranchos folclóricos, bandas de música, gaiteiros e agrupamentos de baile.

A festa decorrerá no parque de estacionamento por detrás da Mobil.

Espectáculos com os «UHF»

Promovidos pela Juventude Comunista Portuguesa (JCP), realizam-se nos próximos dias dois concertos "rock" com o conjunto UHF.

O primeiro é em Setúbal, amanhã, às 21 horas, no Largo do Sapalinho. O segundo é no domingo, à mesma hora, na colectividade 31 de Janeiro, no Barreiro.

No próximo fim-de-semana

Festas transmontanas em Mirandela uma grande jornada democrática

No coração de Trás-os-Montes, em Mirandela, o próximo fim-de-semana vai receber uma grande jornada democrática aberta ao convívio popular. Trata-se das Festas Transmontanas, uma iniciativa do PCP em que participará o camarada Álvaro Cunhal, orador do comício de domingo, às 17 e 30.

A festa decorrerá no Parque da Maravilha, um local aprazível, que convida ao campismo e até a uns banhos nas águas fluviais.

Um arraial transmontando, actuação de artistas regionais e nacionais (Adriano Correia de Oliveira e outros) e a "Noite do Emigrante" (encontro com um candidato APU pelo círculo da Europa) constituem os pontos mais salientes do programa de sábado.

No domingo, a parte da manhã será inteiramente dedicada aos mais jovens, numa iniciativa com ranchos e participação de Pioneiros.

Ranchos folclóricos, Zés Pereiras e vários artistas actuarão em espectáculos antes e depois do comício. À noite estarão no palco José Viana e Dora Leal.

Entretanto, encerra no domingo o acampamento instalado no local pela JCP.

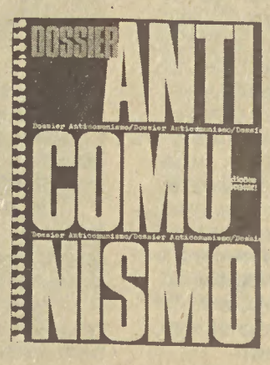
POVO UNIDO

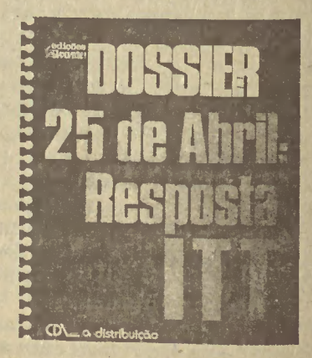
Festa da APU em Vila Franca de Xira

Promovida pela APU, realiza-se no próximo dia 24 de Agosto uma festa popular em Vila Franca de Xira, que decorrerá na quinta do José Júlio.

Durante todo o dia da festa poderão apreciar-se (e participar!) vários jogos populares, uma sessão de canto livre, baile e ainda um arraial. Haverá também uma intervenção política, a cargo da camarada Zita Seabra, membro do CC do PCP.

colecção DOSSIER edições Avante!





CDL a distribuição

POVO UNIDO

Iniciativas da APU na região do Algarve

Também nas praias do Algarve a APU está a desenvolver iniciativas diversas no âmbito do trabalho de propaganda, divulgação e esclarecimento, em especial nas tardes de sábado e domingo. Assim será no próximo fim-de-semana.

Os camaradas veraneantes que queiram participar nestas acções devem dirigir-se, ao princípio da tarde daqueles dias, aos CT's de **Portimão, Ferragudo, Praia da Rocha, Lagos, Monte Gordo, Quarteira, Faro e Vila Real de Santo António.**

Helena Isabel, Nuno Gomes dos Santos, Manuel Maia e António Martins são os artistas que participam no espectáculo a realizar no próximo sábado à noite em Vila Real de Santo António. Teresa Paula Brito, Filipe Gomes dos Santos e José Manuel Osório actuam em Portimão à mesma hora.

Entretanto, Samuel estará em Faro na noite do próximo sábado e no domingo à tarde, na praia da Quarteira, haverá *matinée* infantil com os palhaços Emilianos.

Constituir e dinamizar comissões de apoio à APU — tarefa da hora presente

A constituição e dinamização de comissões eleitorais unitárias de apoio às listas da Aliança Povo Unido é uma das tarefas a que os militantes comunistas devem, desde já, meter ombros. Nas anteriores eleições, estas comissões revelaram-se como um precioso instrumento de ligação das candidaturas APU às populações. Desta vez, baseando-nos na experiência já vivida, corrigindo os aspectos deficientes e melhorando aqueles que se revelaram positivos, é possível e é necessário que as comissões eleitorais unitárias funcionem como elemento fundamental do trabalho dos comunistas até às eleições de 5 de Outubro.

Para que serve, no entanto, uma tal comissão? — eis uma pergunta que certamente muitos camaradas não deixarão de colocar. As perspectivas de trabalho que se abrem a uma comissão eleitoral unitária são enormes: na promoção de sessões de esclarecimento e na realização de acções várias de propaganda, na distribuição de panfletos de símbolos da APU, na colagem de cartazes, na promoção de iniciativas variadas de índole desportiva ou cultural, na realização de acções de contacto directo com as populações, etc. A ideia de que uma comissão eleitoral unitária é uma simples lista em que se vão inscrevendo todos aqueles que votam na APU para derrotar a «AD» e defender Abril é insuficiente. O trabalho que há a desenvolver nesta meia centena de dias que nos separam das eleições é de tal forma intenso que todos nos devemos considerar mobilizados para ele, porque o que está em causa é a defesa e prosseguimento do regime democrático.

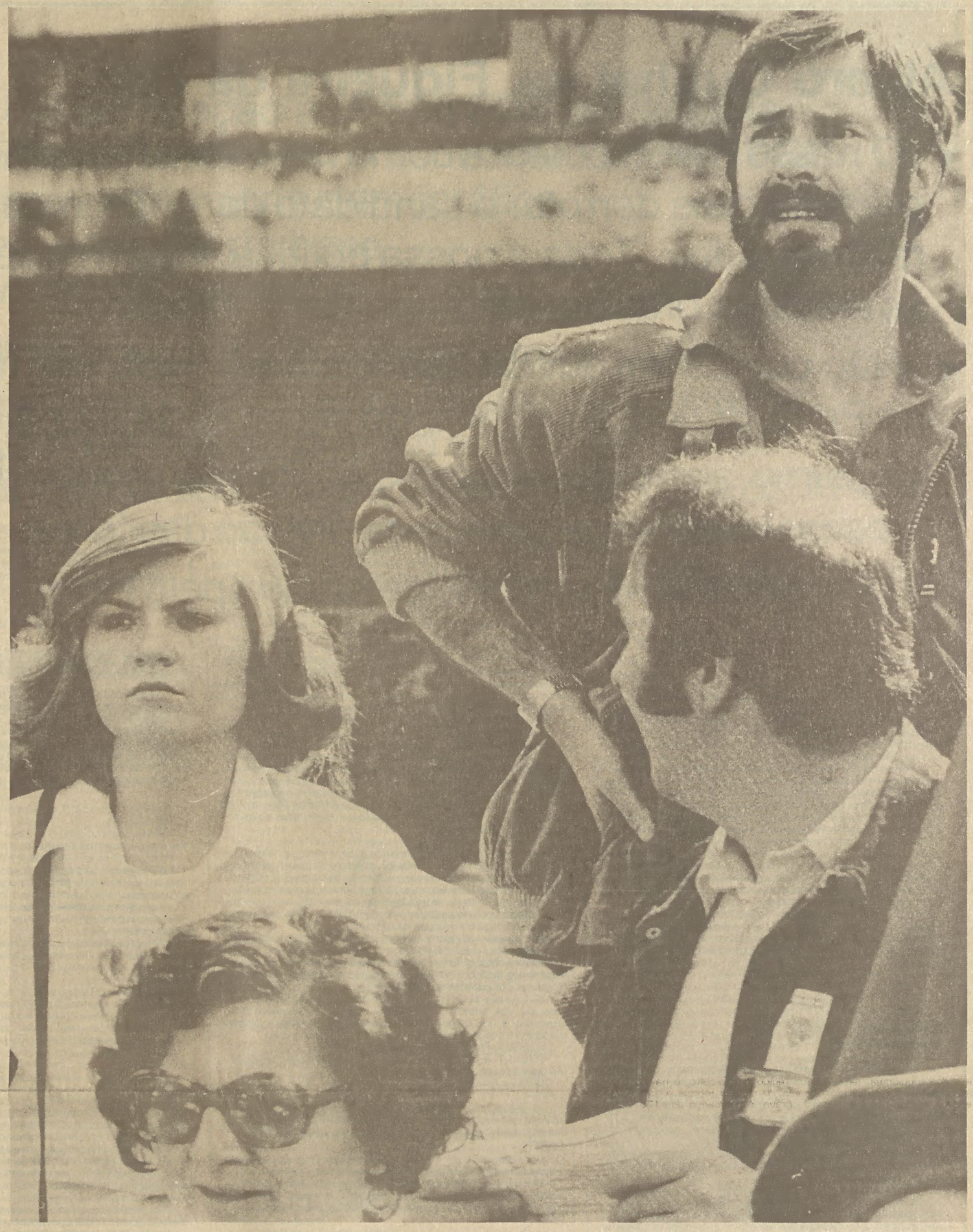
Quem pode, então pertencer a tais comissões? — é a questão que imediatamente se coloca. Pois podem pertencer todos os democratas, comunistas ou não. O passado demonstrou que, quanto mais alargadas forem as comissões de apoio, mais eficaz é o seu trabalho e, mais do que isso, melhor se enquadram no espírito amplamente unitário que presidiu à constituição da Aliança Povo Unido. Se nas listas de candidatos que a Aliança Povo Unido apresenta às eleições de 5 de Outubro é bem visível o esforço unitário, com a presença de 60 candidatos independentes (ao lado dos 248 militantes do PCP e dos 40 militantes do MDP/CDE), então, por maioria de razão, o carácter unitário deve constituir uma autêntica preocupação na formação das comissões eleitorais de apoio à APU. A elas devem ser chamados os democratas mais activos e consequentes, os trabalhadores prestigiados, os antifascistas reconhecidos das populações, independente do facto de serem ou não militantes do PCP.

E onde se podem formar essas comissões? Em **todo** o lado essas comissões podem ser formadas: no trabalho, no local de residência, nos sectores profissionais, entre grupos de jovens e de mulheres, entre os reformados e os pensionistas, a nível local, regional e distrital. Os comerciantes de um bairro podem constituir uma comissão de apoio à APU, porque eles são vítimas da política do governo «AD»; os reformados e pensionistas de uma localidade podem formar uma comissão eleitoral unitária de apoio à APU porque a direita no governo é, para eles, ver transformado o outono da vida num verdadeiro inferno; as mulheres de uma determinada vila podem formar comissões de apoio à APU porque com isso estão a combater o aumento do custo de vida que a «AD» lhes oferece. E os exemplos poder-se-iam multiplicar à razão dos portugueses que não estão interessados em regressar ao 24 de Abril — que é a perspectiva que nos aponta a «AD».

Muitas comissões eleitorais unitárias de apoio à APU estão já constituídas por todo o País, a grande maioria das quais a funcionar. É o caso, por exemplo, do distrito de Lisboa, onde um grupo de trabalhadores da Saúde, englobando 65 profissionais (médicos, enfermeiros, técnicos auxiliares e administrativos), tem já uma comissão formada; ou o caso da comissão concelhia de apoio na Amadora, que integra 50 militantes comunistas, 23 independentes e 6 militantes do MDP/CDE; ou ainda, neste concelho, o caso de 48 reformados — 22 dos quais independentes — que também já têm a sua comissão formada.

A enumeração das comissões já constituídas e a funcionar seria ociosa, porque a sua lista é já muito longa, revelando que esta tarefa é já, no momento actual, uma realidade. Uma realidade que, no entanto, precisa de ser alargada, multiplicando a constituição de comissões, alargando as já existentes, programando trabalhos concretos e a desenvolver.

Em resumo: trabalhar para que as comissões eleitorais unitárias de apoio às listas da APU — expressão da grande e única capacidade de ligação às massas que só o PCP, só a Aliança Povo Unido pode concretizar — constituam instrumentos eficazes para a vitória democrática.



Férias e Festas não fazem esquecer as batalhas políticas que se travam

Férias não é só festas, festas não querem dizer alheamento de quanto de sério se passa todos os dias neste país. Assim o entendem os comunistas e assim o entendem todos quantos aproveitam as iniciativas de convívio, de arte e de cultura – festas, afinal – que o PCP promove, para, com a sua presença, contribuirem não apenas para o seu enriquecimento cultural e político mas também para juntarem as suas vozes às vozes dos que, exigindo que Abril se cumpra e resistindo cada dia aos ataques que os reaccionários alojados no Governo desferem contra as conquistas da democracia, protestam. E exigem que o Governo se demita.

"Sá Carneiro para a rua!" foi a palavra de ordem que mais eco encontrou nos dois comícios em que, no passado fim-de-semana, na Figueira da Foz e na Covilhã, participou o secretário-geral do Partido Comunista Português, camarada Álvaro Cunhal. Nas "Férias 80" ou nas "Festas Serranas", muitos veraneantes, muitos trabalhadores e democratas em férias. Emigrantes também. E até turistas estrangeiros que procuram saber a verdade junto de quem a divulga. Porque um país não é apenas a beleza das paisagens, a praia ou a montanha dos catálogos.

"Férias 80"

Entardecia já quando no sábado se começou a registar afluência ao Campo da Mata, na Figueira da Foz, onde na véspera fora inaugurada a Festa "Férias 80" e onde tinham actuado José Viana, Dora Leal e a "Brigada Vítor Jara". O terreno, cedido pela Misericórdia local, ia-se enchendo com os visitantes e muitos deles não se dariam conta, certamente, do muito trabalho que ali estava – pavilhões, exposições, *stands* de comes e bebes, palcos –, "o próprio tereno deu muito trabalho, isto era tudo mato", disse-nos um camarada da organização da Festa.

Uma exposição sobre cinema, a venda de livros, e uma exposição política cuja tónica incidia sobre as batalhas eleitorais que se aproximam, ocupava a parte central do recinto. Trabalhadores em férias, jovens turistas estrangeiros – que a propaganda, na Figueira, era abundante e até uma instalação sonora anunciava no Centro de Trabalho, em francês e em inglês, a Festa e o comício – visitavam a exposição, compravam um objecto decorativo no *stand* dos Pioneiros (eles próprios os tinham construído e eles próprios asseguravam as vendas).

Lá vimos os pavilhões de Montemor, Mira, Cantanhede, os de Aveiro, Castelo Branco, Guarda, Viseu e Porto, que também estavam presentes; no *stand* da SIP, vendiam-se camisolas "APU"; a loiça de Coimbra dispunha de um vasto pavilhão. E a Juventude Comunista Portuguesa também lá se encontrava.

O camarada Álvaro Cunhal chegou ao recinto pouco antes do início do comício, a tempo de visitar a Festa, de trocar impressões com alguns visitantes, de comer, de pé, com alguns deles, num dos *stands*, entre um aperto de mão e um abraço. Depois, a seguir às canções de Júlia Babo e ao baile espontâneo que sucedeu, tomaram lugar na tribuna camaradas da Organização do Baixo Mondego do PCP e da DORBL. Antes da intervenção do secretário-geral do Partido falou a camarada Zicas, da Comissão Concelhia da Figueira da Foz, sublinhando a importância daquela iniciativa.

"Festas Serranas"

A Serra esteve em festa, as Festas Serranas animaram, com vários palcos – Gouveia/Seia, Castelo Branco, Fundão, Belmonte, Guarda –, festejos da iniciativa do PCP, em que muitos foram os artistas participantes. Na Covilhã, onde a Festa durou todo o fim-de-semana, o camarada Álvaro Cunhal participou no comício que se realizou no fim da tarde de domingo.

O secretário-geral do PCP, recebido à entrada do recinto pelo camarada Carlos Pinhão, do Comité Central, e pelo deputado João Amaral e outros responsáveis, visitou primeiro os pavilhões, um percurso entrecortado de abraços. Conversou com os jovens da JCP que se ocupavam de um *stand* de artesanato, visitou a exposição da Beira Interior que acentuava as lutas dos operários têxteis e dos mineiros da Panasqueira. *Stands* da Emigração, de Associações de Amizade, da "Mulheres com Abril" seguiam-se na volta que demos ao terreno. Lá estavam ainda os pavilhões de outras Organizações Regionais do Partido que à Festa trouxeram a solidariedade dos camaradas do distrito de Setúbal, de Leiria, do Porto, do Minho, de Santarém, da Beira Litoral.

Num pavilhão ofereceram a Álvaro Cunhal uma peça em madeira que um camarada trabalhava ao torno. Noutro foi um adufe, um belo instrumento musical de Idanha. Mais adiante uma paragem: o dirigente comunista foi "obrigado" a provar um petisco. E nós ouvíamos: "Vejam lá se o homem tem medo de vir aqui; ele anda aqui à confiança, anda à vontade, vem com a consciência limpa, vem falar com o povo".

A dado passo um homem fura a barreira de abraços. Pede: "Deixem-me cumprimentar o camarada Álvaro, que eu estou na emigração há muitos anos e nunca tive a oportunidade de lhe falar."

Mas daí a pouco estalavam foguetes. Eram quase sete horas da tarde, o comício ia começar no recinto desportivo cedido por um clube local.

O camarada Armando Morais, do Comité Central, chamou para a tribuna representantes de cada Organização Regional presente, camaradas das Distritais da Guarda e de Castelo Branco, um membro da Comissão Concelhia da Covilhã, um tarrafalista e um membro da JCP.

Na intervenção que proferiu, antes de tomar a palavra o camarada Álvaro Cunhal, cuja intervenção, bem como a proferida na Figueira da Foz, publicamos separadamente, o camarada Armando Morais, depois de se referir à importância da Festa e de prometer que os festejos serranos vão continuar para o ano, sublinhou as tarefas que se colocam já aos comunistas, empenhados na preparação das batalhas eleitorais:

No caso concreto do distrito de Castelo Branco – disse –, **o objectivo é a eleição de um deputado da APU, para o que há todas as condições. A eleição do deputado da APU elimina a desigualdade neste círculo, em que existem 4 deputados de direita (AD) e 2 do PS, sendo previsível que se passe para 3 de direita e 3 das forças democráticas. Com esta eleição aumentaremos em quantidade o número de deputados das forças democráticas, e a sua qualidade elegendo um deputado da APU.**

Mais adiante o camarada demonstrou que, mesmo nas anteriores eleições, em que a APU não conseguiu um deputado por 94 votos, o PCP não deixou de se interessar pelo distrito. **Nesta legislatura** – afirmou – **as intervenções, requerimentos, e projectos de lei que dizem mais directamente respeito ao distrito foram, de iniciativa do PCP, em número de 80, enquanto o MDP apresentava uma, o CDS 7, o PPD 9. PS e UDP não apresentaram nenhuma!"**

As «Férias 80» na Figueira da Foz e as Festas Serranas, em várias localidades da Beira Interior, constituiram duas grandes jornadas políticas e de convívio do passado fim-de-semana

Álvaro Cunhal na Figueira da Foz...

- «O nosso Partido coloca como objectivo fundamental nas eleições presidenciais derrotar o candidato da «AD» e outros eventuais candidatos reaccionários. Toda a nossa política, toda a nossa táctica em relação às eleições presidenciais tem esse objectivo»
- «Não pomos em dúvida que sectores cada vez mais largos do Povo português (incluindo sectores influenciados pelo PS e mesmo sectores militantes do PS) se pronunciam com vigor crescente contra a política da divisão das forças democráticas e pela política de unidade defendida pelo PCP»

Camaradas e amigos:

Termina a Festa «Férias 80». A maior manifestação político-cultural do Baixo Mondego. Pavilhões políticos. Espectáculos de qualidade. Artistas de nome e grupos folclóricos. Restaurantes e diversões. Venda de artesanato. Tudo fundido numa prolongada jornada de convívio são e fraterno dos muitos milhares de pessoas que participaram na Festa.

Uma Festa que é recreio, que é arte, que é cultura, mas que é também, simultaneamente alguma coisa mais: um testemunho da liberdade alcançada com o 25 de Abril, uma ampla janela sobre o país real e seus problemas, entre os quais questões nacionais como a Reforma Agrária e as nacionalizações, uma afirmação de vontade, de determinação e da confiança dos comunistas em cortar o passo à reacção, em lutar para que o fascismo não volte mais, em defender tudo quanto se alcançou com a revolução, em prosseguir o regime democrático consagrado na Constituição da República, em vencer todas as dificuldades e obstáculos e construir um Portugal livre, democrático e independente tendo no horizonte a sociedade socialista.

Pelo magnífico sucesso da Festa «Férias 80», transmito às organizações e militantes do Baixo Mondego e a todos aqueles que, não sendo comunistas, participaram nesta iniciativa, as saudações e felicitações calorosas e fraternais do Comité Central do Partido.

A Festa e os problemas no Baixo Mondego

A Figueira da Foz é uma das mais belas praias do País, lugar privilegiado escolhido por dezenas de milhar de pessoas para as suas férias.

Mas a vida não pára, aproximam-se as eleições, e todos tomamos consciência de que o resultado das eleições terá repercussões profundas em toda a vida nacional, na situação do povo português, no futuro do regime democrático.

Por isso, mesmo em férias, os portugueses acompanham atentamente os acontecimentos políticos, a evolução da situação e a pré-campanha eleitoral.

Não é por acaso que esta nossa Festa se intitulou «Festa Férias 80». E não é por acaso que na Festa e neste comício participam numerosas pessoas que estão a passar as suas férias na Figueira. Desejamos que descansem bem, que ganham forças, que se divirtam e agradecemos que tenham vindo confraternizar connosco.

Mas a Figueira da Foz não é apenas um centro turístico e de repouso de primeiro plano. É também um centro urbano, industrial, de pesca e comercial de grande relevo – pólo da vida económica, social e política do Baixo Mondego.

Por isso, esta nossa Festa reflecte, traduz e afirma os problemas da região, testemunhando a ligação indissolúvel e profunda do PCP com o povo trabalhador, com as populações em geral, com as questões concretas que afectam a vida dos portugueses, com os problemas regionais.

Os trabalhadores do Baixo Mondego sabem bem o que significa a política do governo da Aliança reaccionária. Sabem como aumenta o custo de vida e como se agrava a situação nas suas casas.

Sabem que, com o governo «AD», se intensifica a repressão patronal e a perseguição aos trabalhadores mais destacados como sucede nos Estaleiros, na Alberto Gaspar e em empresas têxteis do concelho de Figueira da Foz.

Sabem que nas obras da ponte não há segurança no trabalho pelo que se têm registado acidentes graves.

Sabem, que com a protecção do governo, o patronato na Vidreira da Fontela procurou despedir 90 empalhadeiras, que só não conseguiu graças à luta corajosa das trabalhadoras e ao movimento de solidariedade que as apoiou, sendo justo aqui salientar o espírito de classe e de unidade das mulheres socialistas que, na luta comum, se uniram fraternalmente às mulheres comunistas.

E quanto aos **agricultores do Baixo Mondego**?

Se aqui se encontram alguns neste comício poderão confirmar o que digo.

Se o governo, como tudo indica, der este ano o **subsídio do arroz** por hectare (como reclama a CAP) e não por quilograma (como reclamam as Ligas e Uniões é ou não verdade que os beneficiários serão os grandes proprietários do Mondego e os prejudicados os pequenos agricultores que, mercê do seu trabalho e dos seus cuidados conseguem produções unitárias superiores?

E o que sucede com o **subsídio para o gasóleo?**

Porque não tem cumprido o governo sucessivas promessas? Estará à espera das vésperas das eleições para procurar comprar votos com o subsídio?

Certamente que os agricultores não se deixarão enganar. E se o subsídio vier, saberão perfeitamente que o devem à sua própria luta e não deixarão por isso de votar contra a Aliança reaccionária.

E porquê tantas dificuldades no escoamento do vinho e da batata? Porquê tão grandes atrasos no pagamento do leite senão porque o governo/JNPP e os industriais não pagam as suas dívidas? Porque não faz nada o governo para fornecer as vacinas contra a febre aftosa? Porquê, senão por incúria do governo, se encerram as feiras de gado obrigando o agricultor a vender ao desbarato?

E quanto aos **problemas regionais?**

É ou não verdade que o ministro das Obras Públicas «AD» prometeu obras no hospital, mas que até hoje nada se viu?

É ou não verdade que o governo «AD» dá centenas de milhões de contos de indemnizações ilegítimas aos grandes capitalistas e agrários, mas não dá verbas para o hospital, para o porto, para uma rede de frio, para as escolas, para um centro de terceira idade, para um centro de saúde?

O governo «AD» é o governo da reacção, é o governo do grande capital, é o governo dos ricos, é o governo dos exploradores, é o governo do imperialismo estrangeiro, é o governo do passado fascista, é o governo do inimigo da democracia, é o governo que não serve ao Portugal de Abril.

É um governo que está a mais, que tem de ir para rua e que acabará por ir para a rua.

O governo deve demitir-se

O povo do Baixo Mondego tem boas razões para exigir a demissão do governo «AD».

Mas não se trata apenas de razões de carácter regional. As razões do povo do Baixo Mondego são as razões do povo das outras regiões, são as razões de todo o Povo português. Por isso, de Norte a Sul do País, o povo proclama: «A luta continua! Sá Carneiro para a rua!».

Nós, comunistas, **insistimos na demissão do governo Sá Carneiro, antes das eleições, e por três razões fundamentais:**

A primeira é que o governo «AD» desenvolve febrilmente uma actuação inconstitucional, ilegal e subversiva. Continua a destruir criminosamente conquistas democráticas alcançadas pelo nosso povo e consagradas na Constituição como parte integrante do regime. Com a sua actuação inconstitucional, ilegal e subversiva o governo perde qualquer legitimidade para governar.

Por isso deve ser demitido.

A segunda razão é que o governo «AD», continuando no poder no período pré-eleitoral e eleitoral, **compromete gravemente o carácter democrático das próximas eleições.** Com a utilização abusiva do poder e do aparelho do Estado, dos meios de comunicação social, dos recursos financeiros da nação para acções demagógicas e eleitoralistas, o governo «AD» mostra não ter o mínimo de seriedade e isenção que legitime ser governo em período de eleições.

Por isso deve ser demitido.

A terceira é que, a juntar-se a tudo o resto, o Primeiro-Ministro se encontra envolvido em grave escândalo financeiro, acusado não só de dever milhares de contos à Banca nacionalizada, por empréstimos pedidos para jogatanas na bolsa, como de ter tentado fraudulentamente apagar essa dívida atirando-a, com o nome disfarçado de um irmão para uma outra conta desde logo classificada de cobrança duvidosa.

Nós somos adversos à devassa da vida dos cidadãos, à utilização para o combate político de ataques à vida pessoal dos adversários. Não o fizemos, nem o fazemos, apesar de, como é público e notório, não faltar matéria de escândalo nas hostes dirigentes dos partidos reaccionários.

Mas o caso da dívida do Primeiro-Ministro à Banca não é um caso da vida privada. Trata-se de uma actuação lesiva dos interesses e dos dinheiros públicos. Trata-se da acusação de manobras fraudulentes que exigem inteiro esclarecimento.

A questão resume-se em poucas palavras.

O jornal «o diário» acusou o Primeiro-Ministro de dever milhares de contos à banca nacionalizada.

O Primeiro-Ministro processou «o diário» acusando-o de calúnia.

«o diário», usando direito conferido pela lei, requereu ao tribunal a prova dos factos e apresentou ampla documentação que demonstra de forma esmagadora as acusações feitas ao Primeiro-Ministro.

Os advogados do Primeiro-Ministro e o Primeiro-Ministro ameaçaram ir apresentar provas igualmente esmagadoras.

E que faz o Primeiro-Ministro? Insiste em proclamar sobranceiramente que é calúnia, mas não apresenta a mínima prova que contrarie as inúmeras provas apresentadas por «o diário».

Mostrem lá essa documentação senhores advogados do senhor Primeiro-Ministro. Ou será o caso de ainda a não terem fabricado?

Até hoje a única coisa que vimos da parte do Primeiro-Ministro foi fugir à questão, fugir aos factos, fugir ao tribunal, querer também fugir a um inquérito na Assembleia da República.

Um Primeiro-Ministro com um mínimo de dignidade nem esperaria ser demitido. Tinha a obrigação de demitir-se.

O nosso Partido, (assim como o PS) pediu a convocação de uma reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República, com vistas à convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia que possa pronunciar-se sobre a actuação do governo e o escândalo da dívida Sá Carneiro.

A reunião está marcada para o dia 25. Se os partidos do governo quiseram impedir a Assembleia de se reunir e examinar os problemas levantados, mostrarão uma vez mais com isso que estão comprometidos, que temem a verdade, que são tomados por terror pânico ante a degradação da posição governamental e a perspectiva de sofrerem uma derrota estrondosa nas próximas eleições.

O nosso Partido insiste na necessidade da demissão imediata do governo. Mas insiste também em que, se o governo não for demitido até às eleições, **é indispensável que o Povo português, derrotando a «AD» nas eleições, reduzindo a representação da «AD» na Assembleia da República àquilo que a «AD» é no País (uma minoria), atire abaixo o governo, pois a derrota da «AD» nas eleições será o fim do governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, das suas prepotências, violências e da sua ofensiva fascizante contra o povo português e contra o regime democrático.**

Derrotar a Aliança reaccionária nas eleições

Os partidos reaccionários procuram aparentar muita confiança numa nova vitória eleitoral. Mas de há muito estão cheios de medo das eleições.

Foi por terem medo das eleições que quiseram transformar as eleições numa mascarada, impondo uma nova lei eleitoral, uma nova lei do recenseamento e uma lei de nacionalidade, que lhes assegurassem a maioria na Assembleia da República mesmo que perdessem muitas centenas de milhares de votos.

Foi por terem medo das eleições que saíram do quadro constitucional, que utilizam partidariamente o aparelho do Estado, que se servem dos dinheiros públicos para torpes manobras demagógicas eleitoralistas, que assaltaram os órgãos de comunicação social transformando-os em instrumentos de desinformação, de mentira, de diversão ideológica, de propaganda partidária.

O governo limita o carácter democrático das eleições. Apesar disso **estão criadas as condições fundamentais para derrotar a «AD», derrotar a reacção nas próximas eleições do dia 5 de Outubro.**

Muitos portugueses e portuguesas, que acreditaram nas promessas da Aliança reaccionária, aprenderam o bastante nestes meses do governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral, já viram pela sua dura experiência como as promessas reaccionárias de melhoramento das condições de vida se transformaram em agravamento dos salários reais, no aumento galopante dos preços dos produtos essenciais, no aperto do cinto da imensa maioria da população.

Estamos absolutamente certos de que **muitos milhares de pessoas que se deixaram enganar pelas promessas eleitoralistas e votaram na «AD» em 1979, não voltarão a fazê-lo e desta vez muitos votarão nos partidos democráticos, muitos votarão no PCP, na Aliança Povo Unido.**

Nesta perspectiva «AD» aparece como sigla apropriada, A-D, A Derrota.

A cada vez mais clara perspectiva da derrota da «AD» obriga a uma acrescida vigilância por parte das forças democráticas.

Devemos ter plena consciência de que os partidos hoje no governo não respeitam a legalidade democrática, não têm quaisquer escrúpulos.

Por isso, o Povo português tem de continuar a resistir firmemente às actuações inconstitucionais, ilegais e subversivas do governo «AD» e tem de estar extremamente vigilante em relação às tentativas de desestabilização, conspiração e manobras golpistas que os partidos do governo e o próprio governo tentarão até e mesmo depois das eleições, após a derrota da «AD».

Os partidos reaccionários, os partidos que se encontram no governo não conseguirão organizar a mascarada eleitoral que pretendiam. Têm de sujeitar-se às leis eleitorais em vigor. **Derrotados nas próximas eleições, terão também que aceitar a derrota. E não tentem qualquer golpe de força antes ou depois das eleições, porque, se o tentarem, estamos certos de que as instituições democráticas lhes darão a resposta devida fazendo-os pagar caro a aventura.**

As eleições presidenciais

Os partidos do governo receosos do resultado das eleições para a Assembleia da República ligam a campanha eleitoral para a Assembleia à campanha para a Presidência da República.

As próprias campanhas são levadas a cabo, não segundo as normas democráticas, mas com actuações golpistas e subversivas.

Constitui uma verdadeira afronta às instituições, ao sistema constitucional e ao Presidente da República que o governo «AD» tenha feito uma reunião com o candidato «AD» general Soares Carneiro.

A nosso ver, tal procedimento, só poderia ter uma resposta à proporção: a exoneração do Primeiro-Ministro.

Isso não sucedeu porém e o governo continua impunemente a transformar a preparação das eleições numa autêntica campanha desestabilizadora e golpista.

E a verdade é que nem sequer é certo que o general Soares Carneiro venha a ser o candidato definitivo da «AD».

Será candidato até às eleições legislativas. Mas logo que se confirme a derrota da «AD» nas eleições legislativas, a «AD» e pessoalmente Sá Carneiro começará a pensar na substituição do candidato Soares Carneiro por outro candidato menos publicamente hostil ao 25 de Abril, menos conhecido como homem da ditadura fascista, menos comprometido em colaboração com a PIDE no envio de presos para campos de concentração.

O resultado das eleições para a Assembleia da República, como o nosso Partido tem afirmado, influirá em todo o processo das eleições presidenciais, incluindo a escolha definitiva dos candidatos e as suas possibilidades reais de serem eleitos.

Por isso, como se sabe, o nosso Partido tem afirmado que só decidirá do candidato a promover ou a apoiar depois das eleições para a Assembleia da República.

Entretanto, algumas informações feitas na festa do «Avante!» (que não apoiaremos a candidatura do actual Presidente nem a de Mário Soares) deram lugar a perguntas de alguns camaradas.

Perguntam alguns camaradas se tal posição do Partido não poderá dar mais possibilidade ao candidato da reacção.

Queremos aqui tranquilizar esses camaradas. O nosso Partido coloca como objectivo fundamental nas eleições presidenciais derrotar o candidato da «AD» e outros eventuais candidatos reaccionários.

Toda a nossa política, toda a nossa táctica em relação às eleições presidenciais tem esse objectivo.

Não nos deixaremos arrastar nem por ilusões nem por sectarismos. Tudo fazemos e tudo faremos para que, derrotada a «AD» nas eleições para a Assembleia da República, seja também **derrotada a «AD» nas eleições presidenciais e seja eleito um presidente que dê como garantia fundamental o respeito pela Constituição e a defesa, consolidação e prosseguimento do regime democrático saído da revolução de Abril.**

Não há alternativa democrática sem o PCP

Que é necessário derrotar a «AD» nas próximas eleições é um sentimento que ganha dia-a-dia vastos sectores do eleitorado que anteriormente se deixaram enganar ou pressionar, mas que vão tendo consciência do malefício do governo da reacção e da necessidade de lhe pôr termo.

Qual é, porém, a alternativa?

É necessário desfazer grossas confusões, equívocos e enganos, que alguns partidos, designadamente o PS, estão lançando.

Há uma ideia básica que todos devem ter presente:

Nenhum partido, nenhuma coligação ou frente democrática está em condições de alcançar a maioria absoluta de deputados.

Afirmar, como fez Mário Soares na conferência de Imprensa para lançamento da FRS, que a FRS está em condições de obter maioria absoluta e repetir posteriormente tal afirmação com o ar mais sério do mundo, constitui uma ridícula afirmação eleitoralista e um logro ao eleitorado.

O secretário-geral do PS sabe perfeitissimamente, tão bem como nós, que nem com um milagre poderia obter tal resultado.

O PS tem vindo a descer a percentagem dos votos de eleições para eleições. 37,9% nas eleições para a Assembleia Constituinte em 1975; 35% nas eleições para a Assembleia da República em 1976; 27,5% nas eleições de 1979.

A UEDS e a ASDI, agora aliadas do PS na FRS, representam eleitoralmente muito pouco. Mesmo que o PS recupere boa parte do eleitorado que perdeu, será quase impossível atingir as marcas mais elevadas que alcançou depois do 25 de Abril (37,9% para a Constituinte).

É uma evidência, que no quadro constitucional e dada a actual força relativa dos partidos, **nenhum partido ou frente democrática está em condições de ganhar sozinho as eleições e constituir sozinho uma alternativa democrática.**

Por isso o eleitorado deve ter plena consciência de que, **se é verdade que sem o PS não haverá uma maioria democrática na Assembleia da República, é igualmente verdade que sem o PCP tal maioria não existirá tão pouco.**

Não há alternativa democrática sem o PCP, não há alternativa democrática sem a Aliança Povo Unido.

Unidade democrática necessária

Perante estas realidades, qual é a atitude dos dirigentes do PS? A sua atitude é insistirem em que não se aliarão ao PCP, não se aliarão à Aliança Povo Unido, à APU.

E qual é a atitude do PCP?

O PCP insiste infatigavelmente em afirmar que se impõe cada vez mais o entendimento e a acção comum ou coordenada de todas as forças democráticas, designadamente da FRS e da APU, designadamente do PS e do PCP.

O PCP insiste numa política de unidade de todos as forças democráticas na grande batalha eleitoral que agora começa e em que poderá decidir-se a sorte da democracia, a sorte da liberdade, a sorte do Portugal de Abril.

A evolução da situação política desde o 25 de Abril mostrou com trágica evidência que os avanços da reacção foram possíveis fundamentalmente em virtude das divisões, conflitos e confrontos, entre as forças políticas democráticas (designadamente entre comunistas e socialistas) e divisões, conflitos e confrontos entre sectores democráticos das Forças Armadas, que conduziram à prática extinção do MFA e à tomada de fortes posições por elementos reaccionários, profundamente hostis ao 25 de Abril.

O secretário-geral do PS insiste em que não fará alianças com o PCP e com a APU. Então com quem vai fazê-las? Temos de concluir que, se não for com o PCP, acabará novamente por fazê-las com a direita. Estamos certos que uma tal perspectiva não só provoca a indignação da generalidade dos eleitores democratas, como prova a indignação de militantes socialistas e eleitores socialistas.

Quem tem razão? Quem serve os interesses do nosso povo? Quem defende o regime democrático?

O PS que recusa categoricamente um entendimento com o PCP, quando esse entendimento é indispensável para que se forme uma maioria democrática efectiva que sirva de base à formação de um governo democrático e que continua ainda agora, pela boca do seu secretário-geral (entrevista a «O Jornal» do dia 14) a admitir uma futura aliança com o PSD de Sá Carneiro?

Ou o PCP, que, pondo de lado ressentimentos, desconfianças, lições amargas do passado, insiste sempre e sempre na unidade dos democratas, na unidade dos comunistas e socialistas, **porque essa unidade, nas condições presentes, é uma condição insubstituível para uma alternativa democrática?**

Estamos seguros de que o Povo português não dará razão aqueles que sobrepõem orgulhos, ressentimentos, estreitos e sectários critérios partidários à necessidade imperiosa de defender a democracia. **E dará razão ao PCP, porque o PCP põe acima de tudo os interesses do povo da pátria, a salvaguarda das liberdades e do regime.**

E **os esquerdistas?** O que significa a sua concorrência às eleições? Que resultado pode ter?

O significado e o resultado é absolutamente claro. Serão alguns milhares de votos tirados à esquerda, votos que não elegerão nenhum deputado, votos inúteis, votos perdidos que, se fossem para a APU permitiriam a eleição de deputados da esquerda, mas que, indo para candidatos esquerdistas sem hipóteses de serem eleitos, tornarão possível em alguns casos (como sucedeu em eleições anteriores) a eleição de candidatos da direita.

O voto nos candidatos esquerdistas é o voto indirecto na reacção.

O único voto seguro e certo na democracia é no PCP, é na Aliança Povo Unido.

O voto na APU é o voto certo para a alternativa

Não pomos em dúvida **que sectores cada vez mais largos do Povo português** (incluindo sectores influenciados pelo PS e mesmo sectores militantes do PS) **se pronunciam com vigor crescente contra a política da divisão das forças democráticas e pela política de unidade defendida pelo PCP.**

Não pomos em dúvida que, por essa razão milhares e milhares de portugueses e portuguesas, se decidirão a votar no PCP, a votar na APU, porque votar no PCP, votar na APU, é votar na unidade do povo contra os seus inimigos, é votar na unidade democrática contra a reacção, é votar para o reforço do mais sólido baluarte do povo trabalhador e do regime democrático.

De eleição para eleição, nos concelhos da Figueira da Foz e de Montemor-o-Velho os progressos eleitorais do PCP, e da APU foram espectaculares. Nos outros concelhos do Baixo Mondego e limítrofes registaram-se também significativos avanços.

Há razões para confiar em que nas próximas eleições irão registar-se novos progressos, porque o povo do Baixo Mondego tomou consciência de que é no PCP, é na APU, que tem os seus mais verdadeiros, consequentes e dedicados amigos.

O PS procura convencer numerosos democratas, que vacilam entre votar na APU ou votar na FRS, que o «voto útil» é no PS, é na FRS, pois o PS, a FRS (segundo eles) é a alternativa democrática.

Ora **o PS sem o PCP, a FRS sem a APU, não constitui qualquer alternativa.**

Havendo uma maioria democrática numérica na Assembleia da República, uma maioria PS-PCP, ou uma maioria FRS-APU, **essa maioria numérica terá tantas mais possibilidades de se tornar uma maioria política efectiva, quanto mais forte for a representação do PCP e da APU na Assembleia da República.**

O reforço da APU é um factor fundamental para a constituição duma maioria democrática real que sirva de base à formação de um governo democrático.

Enquanto se manifestam ainda grandes indecisões e equívocos no PS acerca das suas futuras alianças, os deputados da APU serão em todas as circunstâncias adversários firmes da reacção, consequentes lutadores do regime democrático, sinceros defensores da unidades dos democratas, do entendimento e acordo do PCP com o PS, da APU com a FRS.

Votos na APU, são votos fixes na democracia, deputados da APU são deputados seguros duma maioria democrática.

O PCP e a APU, ligados íntima e indissoluvelmente ao movimento operário e popular são garantia da batalha sem tréguas contra o fascismo e a reacção, são a voz e a consciência do povo, são arma provada da liberdade e da democracia, são fundamento da esperança do futuro livre, democrático e independente do Portugal de Abril, **rumo ao socialismo.**

O Povo português apronta-se para a próxima batalha eleitoral com confiança na vitória. Tal como com muitas outras curvas apertadas da revolução portuguesa, volta a surgir o grito de combate e de confiança: «a vitória é difícil mas é nossa!»

Existem condições para derrotar a reacção e assegurar uma grande vitória democrática nas próximas eleições.

Trabalhemos todos desde já esforçadamente para alcançar esse resultado.

A actuação do governo «AD» é inconstitucional, ilegal e subversiva. Há que resistir com coragem e determinação e defender dia-a-dia e palmo a palmo as conquistas democráticas.

As leis e a legalidade, a razão e o direito, estão com o movimento operário, popular e democrático.

A reacção será derrotada. A democracia vencerá.

Para a derrota da «AD», para a vitória democrática, para a consolidação e prosseguimento de Portugal de Abril.

Viva a unidade de todos os democratas!
Viva a Aliança Povo Unido!
Viva o Partido Comunista Português!

... e na Covilhã

- «Só o reforço do PCP, da APU em relação ao PS, à FRS poderá criar uma situação que leve o PS finalmente a um entendimento com o PCP com vistas à formação de uma real maioria democrática na Assembleia da República, servindo de base para a formação de um governo democrático»
- «Vê-se, camaradas, que Otelo e a sua FUP, assim como a UDP, não aparecem para contribuir para a derrota das forças reaccionárias. Aparecem para dividir os votos da esquerda, para tirar votos ao PCP e à APU, para criar dificuldades à eleição de deputados do PCP e da APU»

Camaradas:

Antes de mais, por motivo da realização das «Festas Serranas», desejo transmitir à organização e militantes do Partido, assim como a todos aqueles que não sendo comunistas contribuíram para o sucesso desta magnífica iniciativa as mais calorosas saudações e felicitações do Comité Central do Partido Comunista Português.

Significado das Festas Serranas

O facto de que as Festas Serranas se realizam não só na Covilhã, mas simultaneamente, em Castelo Branco, no Fundão, em Belmonte, em Gonçalo, na Guarda, em Seia e Gouveia dá um sinal de como se ampliam e reforçam na Beira Interior os sentimentos democráticos das populações e a aspiração a novas formas de intervenção na vida social, de convívio e confraternização, no quadro da liberdade conquistada com o 25 de Abril.

Nas Festas Serranas, pelas formas apropriadas no tipo da iniciativa, estiveram presentes problemas vitais respeitantes ao povo trabalhador, à população em geral, ao regime democrático e ao seu futuro.

Um dia dedicado à Juventude, com iniciativas desportivas e musicais correspondendo aos interesses e gostos dos jovens e mostrando os laços profundos e em constante expansão que unem os jovens comunistas às mais amplas massas juvenis.

Um dia consagrado à emigração, bem justificado pelo número de trabalhadores da região que são forçados a ir procurar pão e trabalho em países estrangeiros, cujos direitos e reclamações o PCP inteiramente apoia, ao mesmo tempo que luta para que o desenvolvimento da economia portuguesa (libertada definitivamente do domínio do grande capital e dos latifundiários) possa vir a garantir no solo pátrio trabalho e bem-estar a todos os portugueses e portuguesas.

Um dia consagrado à infância testemunhando o profundo empenhamento do Partido Comunista em encontrar desde já soluções para resolver os problemas das crianças e para lhes garantir um futuro melhor do que foi a vida dos seus pais e avós.

As Festas Serranas mostram a íntima ligação dos comunistas com os problemas mais vivos e sentidos dos trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, das populações em geral.

As Festas Serranas mostram a fusão das aspirações e objectivos económicos e sociais, com as aspirações e objectivos de ordem cultural e recreativa.

As Festas Serranas dão um magnífico exemplo do humanismo dos comunistas, na participação colectiva, no convívio fraterno e são de homens, mulheres e jovens unidos numa mesma alegria, numa mesma profunda aspiração, numa mesma confiança no futuro.

As Festas Serranas, iniciativa cultural, recreativa, desportiva, constituem uma manifestação do imenso e inapreciável valor da liberdade e da democracia, são uma expressão do que representa para o povo português a Revolução de Abril e as suas conquistas.

Por isso também, aqui, nas Festas Serranas, se promoveu este comício. Por isso cabe aqui falar da situação política que vivemos, dos perigos que pesam sobre o regime democrático e das tarefas imediatas que se colocam ao povo português e concretamente ao povo do distrito de Castelo Branco para derrotar a reacção e assegurar o prosseguimento do Portugal de Abril.

O Governo AD – Governo de subversão

Embora neste ambiente festivo, temos de lembrar que, para que o povo português possa no futuro continuar a realizar festas semelhantes, possa reunir-se, possa expressar os seus profundos sentimentos, vontades e aspirações, possa conviver e confraternizar — é condição indispensável que viva em liberdade, que não mais regresse ao passado fascista que nos oprimiu e tiranizou durante quase meio século, que saibamos defender, consolidar e prosseguir o regime democrático conquistado com a Revolução de Abril e consagrado na Constituição da República.

A verdade é porém que no momento presente pesam sérios perigos e ameaças sobre o regime democrático.

As forças reaccionárias, as forças do passado, instalaram-se no governo e conduzem uma acção de destruição sistemática de tudo quanto o nosso povo alcançou com o 25 de Abril (direitos dos trabalhadores, Reforma Agrária, nacionalizações, liberdades, presença digna na comunidade internacional).

E como a resistência heróica do nosso povo está mostrando que os objectivos da reacção não podem ser alcançados no quadro do regime democrático e por métodos legais e legítimos, as forças reaccionárias e o seu Governo Sá Carneiro/Freitas do Amaral lançaram-se abertamente no caminho da subversão.

O Governo não respeita Constituição, nem legalidade, nem instituições, nem os mais elementares princípios democráticos, nem moral, nem dignidade, nem decência.

Destruir tudo o que de bom se alcançou depois do derrubamento do fascismo, reduzir a classe operária e o povo trabalhador à maior miséria para que os grandes capitalistas possam de novo formar e amontoar grandes fortunas, restaurar o poder económico e político dos monopólios e dos latifundiários, entregar de novo Portugal ao domínio imperialista, reinstaurar o arbítrio, a ilegalidade, o despotismo e a repressão como métodos de governação, reconduzir Portugal a uma nova ditadura — eis o plano que o Governo fascizante de Sá Carneiro/Freitas do Amaral procura levar a cabo.

A actuação ilegal, subversiva e criminosa do Poder, do aparelho do Estado, dos meios de comunicação social para falsear o carácter democrático das próximas eleições, dão motivos bastantes para reclamar a sua demissão imediata.

Os escândalos em que o 1.º Ministro está envolvido — designadamente o caso da dívida Sá Carneiro à banca — reforçam a urgência de tal solução.

Os reaccionários dizem que se trata de calúnias. Dizem que a Oposição devassa a vida privada do 1.º Ministro.

Mas toda a gente sabe que assim não é, sabe que a Oposição, designadamente o PCP, não tem utilizado os problemas e até conhecidos escândalos na vida privada dos chefes do PPD e do CDS.

Mas será uma questão privada, o facto de um cidadão português, mesmo sendo 1.º Ministro, tendo, para jogo na Bolsa, contraído vultosa dívida a um Banco numa cidade, procura escamotear as provas da dívida, passando-a fraudulentamente (através de cúmplice altamente colocado no mesmo Banco) para o nome incompleto e irreconhecível de um irmão, numa nova conta aberta no mesmo banco noutra cidade, com a classificação de dívida de cobrança duvidosa e preparando assim o seu desaparecimento efectivo?

O 1.º Ministro disse que provaria a falsidade das acusações. Mas na intervenção que fez quinta-feira na TV, rodeado com solenidade ridícula por todo o Governo, houve ameaças, houve insultos à Oposição, mas não foi adiantada nenhuma prova que desminta as acusações.

Se houvesse um mínimo de dignidade e vergonha, há muito o 1.º Ministro se teria demitido.

Como se sabe, perante tamanho escândalo, o PS e o PCP requereram a convocação da Comissão Permamente da Assembleia da República com vistas a que seja convocada uma sessão extraordinária da Assembleia para examinar a actuação do Governo e proceder a um inquérito relativo ao escândalo financeiro em que o 1.º Ministro está envolvido.

Se o PPD e o CDS se opuserem à convocação da sessão extraordinária da Assembleia da República apenas mostrarão com isso o seu medo pânico do apuramento das responsabilidades e a vontade de abafar as vozes que desvendam as malfeitorias, as irregularidades e actuações fraudulentas dos partidos reaccionários, do seu Governo e dos seus chefes.

Por tudo isso o povo português, de norte a sul do País, tem reclamado a demissão imediata de Sá Carneiro. Quando o nosso povo grita «A luta continua, Sá Carneiro para a rua!» exprime uma necessidade imperiosa para salvaguarda dos direitos e liberdades do povo português, do regime democrático, do carácter democrático das próximas eleições, da própria dignidade do Estado.

O Governo AD contra o povo das Beiras

A população da Beira Interior sabe bem por experiência própria que o Governo da Aliança Reaccionária não cumpriu as suas promessas, e manifesta um profundo desprezo pelos interesses e necessidades daqueles que trabalham.

Não são precisos muitos exemplos para o lembrar.

Quanto à classe operária, é ou não verdade que a crise na indústria têxtil se prolonga e agrava sem que o Governo tome as medidas adequadas?

É ou não verdade que empresas como a António Elisário (de Tortozendo) atravessam graves dificuldades devido ao desinteresse do Governo?

É ou não verdade que há grandes atrasos no pagamento de salários em numerosas empresas?

É ou não verdade que se alargam e multiplicam os contratos a prazo dos trabalhadores aos quais se exige que não se sindicalizem sendo muitas das vezes despedidos trabalhadores para serem substituídos por outros contratados a prazo?

É ou não verdade que, em 700 trabalhadores da Penteadora de Unhais da Serra 400 são a prazo? E são também contratados a prazo cerca de 200 trabalhadores da FISEL e mais de 100 sobre o total de 214 da Paulo Oliveira?

É ou não verdade que continuam as falências provocando centenas de despedimentos colectivos? e que continuam os despedimentos individuais como método de represália patronal?

É ou não verdade que, em violação da Constituição e da legalidade, o patronato reaccionário proíbe actividades sindicais em numerosas empresas?

É ou não verdade que, em violação da Constituição e da legalidade, o patronato reaccionário impõe graves discriminações em relação às mulheres trabalhadoras?

E quanto aos **agricultores?**

É ou não verdade que o Governo ainda não respondeu favoravelmente à reclamação apresentada pelos agricultores desta região e de muitas outras, para que o preço do gasóleo seja reduzido?

É ou não verdade que o leite foi aumentado no consumo mas não foi aumentado ao produtor? E ou não verdade que no Fundão o pagamento do leite chega a ter 3 meses de atraso?

É ou não verdade que o Governo não tomou quaisquer medidas sérias para o escoamento da batata e a garantia do preço ao produtor?

É ou não verdade que o Governo não tomou medidas para combater a febre aftosa que entretanto se espalha velozmente, para fiscalizar a entrada de gado doente vindo de Espanha e, pelo contrário, numa tal situação, diminui no OGE 75% das cotações para a sanidade animal?

É ou não verdade, que, em relação com o regadio da Cova da Beira, os camponeses estão inquietos porque o Governo nada diz acerca do preço da água, das rendas da terra, do escoamento da produção?

É ou não verdade que os preços das «bicas» da resina só muito tempo depois de recolhidas são estabelecidas aos pequenos produtores?

E quanto a outros problemas e interesses regionais?

É ou não verdade que o Governo nada tem feito para incrementar o turismo na Serra da Estrela, designadamente pela instalação de mais parques de campismo?

É ou não verdade que o Hospital do Fundão não recebe os apoios indispensáveis pelo que à maternidade está encerrada, obras estão atrasadas e faltam especialistas?

É ou não verdade que se deixam arrastar gravíssimas carências de abastecimento de água como sucede em Penamacor e Idanha?

É ou não verdade que os bombeiros, lutadores infatigáveis contra os incêndios de florestas, não recebem os apoios mínimos indispensáveis à sua corajosa e abnegada acção?

Não. O Governo «AD», Governo da reacção ao serviço dos grandes capitalistas, dos grandes agrários e do imperialismo, não serve ao povo e ao País.

O Governo «AD» é um flagelo nacional, é uma peste que urge afastar do Poder de forma a que não volte mais.

Derrotar a «AD» nas próximas eleições

O nosso Partido luta ainda para que o Governo seja demitido antes das eleições.

Mas se o Governo não for demitido até às eleições, então é indispensável que o **povo português o demita nas eleições, votando contra a «AD», votando nas forças democráticas, votando no PCP e na APU, reduzindo de novo a «AD» a uma minoria na Assembleia da República e obrigando assim através do voto Sá Carneiro a ir para a rua.**

O PPD, o CDS e o seu Governo não conseguiram impor ao País as suas leis eleitorais inconstitucionais que tornariam as próximas eleições uma mascarada em que o PPD e o CDS (à maneira dos tempos de Salazar e Caetano) teriam garantida a maioria dos deputados quaisquer que fossem os votos que alcançassem.

Como não conseguiram impor ao País tais leis, os partidos reaccionários estão com medo pânico das eleições.

O Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral procura aparentar muita força e muita confiança.

Mas caminha irremediavelmente para a derrota.

Estamos absolutamente certos de que há milhares e milhares de eleitores que se deixaram enganar e votaram «AD», mas que nas próximas eleições não repetirão o erro e votarão nos partidos democráticos, votarão no PCP, votarão na APU.

O que significará a derrota da «AD» nas eleições para a Assembleia da República?

O que significará ficar a «AD» em minoria na Assembleia da República?

Significará a demissão do Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral, se não for demitido até então.

Significará que será contida a ofensiva criminosa contra os direitos dos trabalhadores, contra as liberdades, contra a Reforma Agrária, as nacionalizações e as outras grandes conquistas da Revolução, contra o regime democrático.

Significará que será afastado, pelo menos de momento, a ameaça do golpe reaccionário para a liquidação do regime democrático.

Significará um extraordinário impulso ao movimento operário e popular, à acção de massas, à intervenção criadora e confiante das forças democráticas na vida nacional.

Significará que a democracia foi salva da tentativa da sua liquidação pelo PPD e CDS instalados no Governo e na Assembleia da República e que o povo português prosseguirá Portugal de Abril.

Trabalhando desde já com determinação e confiança, derrotaremos a reacção, colocaremos a «AD» em minoria e criaremos assim condições para uma verdadeira alternativa democrática.

PS sozinho não é alternativa

Derrotar a Aliança Reaccionária, a «AD», colocá-la novamente em minoria na Assembleia da República é a tarefa central, fundamental, prioritária, decisiva das próximas eleições.

A derrota da «AD» representará por si só uma alteração positiva fundamental na vida política portuguesa.

Mas, o facto de a Aliança Reaccionária ficar em minoria não indica só por si qual será a alternativa, em que base se poderá formar um governo democrático que substitua o Governo fascizante Sá Carneiro/Freitas do Amaral.

Se a «AD» fica em minoria isto quer dizer, evidentemente, que as forças democráticas alcançaram a maioria na Assembleia da República. E nessa maioria os comunistas e socialistas são de longe as forças fundamentais.

Nenhum partido democrático, nenhuma coligação democrática, está em condições de, sozinho, alcançar a maioria absoluta de deputados.

Por isso é necessário desmentir seriamente as afirmações demagógicas do PS e do seu secretário-geral de que a Frente Republicana e Socialista (FRS) vai alcançar a maioria absoluta.

Mesmo nos momentos que lhe eram mais favoráveis, mesmo antes do desgaste que lhe causaram as alianças com a direita e a sua política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista, mesmo quando uma parte da direita votava PS porque em 1975 votar PS era o «voto útil» na direita, mesmo então, o PS nunca ultrapassou os 37,9% dos votos.

Depois o PS passou de 35% de votos e 107 deputados em 1976, para 27,4% dos votos e 74 deputados em 1979.

Mário Soares sabe perfeitamente que agora, a FRS, o PS, mesmo que recupere uma parte do eleitorado que perdeu para a direita, ficará a enorme distância da maioria absoluta.

Não. **O PS sozinho, a FRS sozinha, não é alternativa.**

Sendo derrotada a «AD», haverá uma maioria democrática, mas essa maioria incluirá não só socialistas e os seus aliados na FRS, como comunistas e seus aliados na APU.

É essa a única maioria democrática possível, é essa a única alternativa democrática.

Não há maioria democrática, não há alternativa democrática, não há solução democrática, não há governo democrático, sem o PCP, sem a Aliança Povo Unido.

O papel dos esquerdistas

O que vêm fazer Otelo e a chamada FUP nas eleições para a Assembleia da República?

Para que é esse logro ridículo de apresentar como símbolo a cara do seu chefe, de tal modo que, em cada distrito, dá a ideia que o candidato a deputado é o chefe?

Quais são os objectivos destes candidatos? Quais poderão ser os resultados?

Poderá admitir-se que possam alcançar alguns milhares de votos em todo o País. Poderá admitir-se mesmo que venham a eleger um ou dois deputados.

Isso não resolverá nada e, entretanto, por toda a parte os votos que vierem a alcançar serão votos inúteis, perdidos e prejudiciais, porque não elegerão ninguém, porque poderão faltar para a eleição de deputados APU e poderão assim facilitar a eleição de deputados da direita.

E a UDP? Qual é o seu papel?

Por que aparecem os seus candidatos no distrito de Castelo Branco? Para tentar obter novamente os 2887 votos que teve no distrito? Para serem novamente 2887 votos perdidos pois não conseguiram eleger ninguém, mas impediram que fosse eleito um deputado da APU e permitiram a eleição de um deputado da «AD»?

Devo aqui informar que o nosso Partido, colocando como objectivo decisivo derrotar a «AD», fez os possíveis e os impossíveis para chegar a acordos que permitissem que não houvesse votos perdidos.

No concreto propusemos à UDP três deputados assegurados nas listas da APU desde que a UDP à escala nacional apoiasse as candidaturas da APU.

Mas a UDP queria outra coisa. Queria acordos com o PCP para eleger deputados em tal ou tal distrito, mas queria ao mesmo tempo nos restantes distritos conduzir a campanha contra o PCP e contra a APU.

Tem de dizer-se, camaradas, que no distrito de Castelo Branco muitos eleitores se têm deixado enganar por esquerdistas e por provocadores votando assim em pura perda.

Em 1979 votaram no PSR 1245 eleitores (votos perdidos), na UDP 2887 (votos perdidos), na UEDS 1469 (votos perdidos). Nestes 3 grupos esquerdistas votaram pois 5601 eleitores. Foram 5601 votos perdidos.

Teriam bastado à APU mais 94 votos para fazer eleger um deputado pelo distrito.

Assim, não foi eleito um deputado da APU. Com os votos da esquerda que foram para os esquerdistas, o deputado da APU não foi eleito e em vez dele foi eleito um deputado da Aliança Reaccionária.

Vê-se, camaradas, que Otelo e a sua FUP, assim como a UDP, não aparecem para contribuir para a derrota das forças reaccionárias. Aparecem para dividir os votos da esquerda, para tirar votos ao PCP e à APU, para criar dificuldades à eleição de deputados do PCP e da APU. Aparecem no fim de contas para facilitar a eleição de deputados da Aliança Reaccionária.

As candidaturas dos grupos esquerdistas têm como missão roubar votos à esquerda para que sejam eleitos candidatos da direita.

E esses grupelhos que aparecem com uma foice e martelo como símbolo para afinal fazerem o jogo da direita?

O nosso Partido, o PCP, é ó único partido que legitimamente pode usar a foice e o martelo. Sempre foi o nosso símbolo. É o símbolo glorioso dos trabalhadores, o martelo dos operários, a foice dos camponeses.

Mas é necessário informar e esclarecer todo o eleitorado que o PCP concorre a estas eleições, como já sucedeu em anteriores, integrado na APU, cujo símbolo são as três argolinhas, e que quem quiser votar no PCP não deve deixar enganar-se pelas falsas foices e martelos que aparecerão nas listas como símbolo de partidos provocadores. Quem quiser votar no PCP, quem quiser votar na verdadeira foice e martelo deve votar na APU, deve votar nas três argolinhas.

O reforço da APU condição para uma alternativa democrática

Duas condições são necessárias para que as próximas eleições possibilitem uma alternativa democrática: a primeira é que a «AD» fique em minoria; a segunda é que **o PCP, a APU, reforce ainda mais o número dos seus deputados na Assembleia da República.**

Qualquer enfraquecimento que se desse na posição do PCP, da APU, animaria os dirigentes do PS, que continuariam a recusar a aliança com o PCP, e tentariam novamente concluir alianças com o PPD e o CDS.

Só o reforço do PCP, da APU em relação ao PS, à FRS, poderá criar uma situação que leve o PS finalmente a um entendimento com o PCP com vistas à formação de uma real maioria democrática na Assembleia da República servindo de base para a formação de um governo democrático.

Votos que se deslocassem da APU para a FRS seriam votos na incerteza.

Votos que se desloquem do PS para a APU são votos certos na democracia, na unidade dos democratas, numa alternativa democrática para o governo reaccionário.

Nas listas da APU para as próximas eleições aumentou o número de candidatos do MDP com hipóteses de serem eleitos e aparecem, igualmente em posição de serem eleitos, democratas independentes.

A APU é a coligação das forças políticas que mais consequentemente lutam em defesa dos interesses do povo e do Portugal de Abril.

O voto na APU é o voto na vitória da democracia e de todas as suas conquistas, **é o voto no futuro livre, democrático, independente e socialista de Portugal.**

Os deputados comunistas ao serviço do povo

Para os deputados comunistas, ser deputado é cumprir um dever para com o povo e a pátria.

Os eleitos comunistas não procuram benefícios ou privilégios. A Assembleia da República é para os deputados comunistas um posto de combate.

Como se sabe, do elevado vencimento dos deputados, os deputados do PCP apenas recebem o correspondente àquilo que ganhavam antes de serem deputados, estabelecendo-se entretanto como mínimo o salário dos funcionários do Partido. Se ganhavam 15 contos, continuam a ganhar 15 contos. Se ganhavam 9 contos continuam ganhando 9 contos. O resto entra na Caixa Central do Partido. Só em 1979, a Caixa Central do Partido recebeu por esta forma 9500 contos.

O Grupo Parlamentar do PCP encara e defende tenazmente na Assembleia da República os interesses, as aspirações, as reclamações, as necessidades, as aspirações mais profundas do povo português.

Mesmo, quando não conseguimos eleger deputados por um distrito, os interesses do povo desse distrito não ficam esquecidos.

Foi o que sucedeu com o distrito de Castelo Branco.

Nas eleições de 1979, a APU e o PCP não elegeram nenhum deputado pelo distrito de Castelo Branco.

Mas, quem defendeu na Assembleia os interesses da região?

Os deputados reaccionários eleitos pelo distrito ganharam o seu dinheirinho, mas esqueceram totalmente os interesses daqueles que enganados os elegeram.

Inversamente, foi o Grupo Parlamentar do PCP, apesar de não ter nenhum deputado eleito pelo distrito, que defendeu consequentemente os interesses do povo da região.

Em nome do Grupo Parlamentar do PCP foi feita uma notável intervenção sobre a rede de transportes da Beira Baixa. O Grupo Parlamentar do PCP fez a proposta de lei para que Unhais da Serra fosse elevado à categoria de Vila.

O Grupo Parlamentar do PCP fez na Assembleia da República numerosos requerimentos relativos aos interesses da região.

Requerimentos sobre os incêndios nas florestas, sobre a captação das emissões de TV pela população de S. Jorge da Beira, sobre obras no Centro de Assistência Social da mesma localidade, sobre a Escola do Magistério Primário do Fundão, sobre processos de fusão de empresas de lanifícios da área da Covilhã, sobre a situação nas empresas Tavares e Filhos, Ernesto Crus, CIL, Unilã, Armando António Martins, António Elisário e Filhos (de Tortozendo), e Gi-têxtil da Covilhã, sobre contratos de viabilização com empresas de lanifícios, sobre a situação das pequenas e médidas empresas face à banca nacionalizada, sobre a construção de escolas preparatórias de Paúl e Barroca Grande, sobre a Serra da Malcata, sobre a situação das telecomunicações da freguesia de Sarzedo, sobre a situação na Escola Secundária da Vila de Alcains, sobre a requisição de terrenos para construção de um centro cívico em Unhais da Serra, sobre a construção da ponte sobre o rio Zêzere, sobre a situação na C.ª Indústria de Madeira Aglomerada da Gardunha, sobre a criação da freguesia de Enxabarda, sobre o Hospital do Fundão, sobre a protecção do património cultural de Belmonte, sobre a carência de salas de aula do ensino primário, o início do ensino secundário, a criação de um centro para a Terceira Idade e a situação das estradas e nos transportes no concelho de Belmonte, sobre o abastecimento de energia eléctrica à freguesia de Caria, sobre as minas de estanho e volfrâmio de Tortozendo, sobre os problemas do concelho de Idanha-a-Nova (aproveitamentos hidro-agrícolas, abastecimento de água, energia eléctrica, hospital, criação do ensino complementar, etc.) sobre o aproveitamento das termas de Unhais da Serra e o Complexo Termal de Manteigas.

Por esta forma, os deputados comunistas, com relevo para o camarada João Amaral, encarregado pelo Grupo Parlamentar do PCP de acompanhar as questões relativas ao distrito de Castelo Branco, foram os únicos na Assembleia da República a defender constante e insistentemente os interesses da região.

O povo do distrito de Castelo Branco tem razões para confiar em que, votando na APU, elegendo deputados da APU, elegendo deputados comunistas, não só elegerá dedicados combatentes do povo, das conquistas da Revolução, da independência nacional, como elegerá também dedicados defensores dos interesses dos trabalhadores e das populações do distrito.

Eleger um ou dois deputados APU pelo distrito de Castelo Branco

Qual a tarefa que se coloca nas próximas eleições no distrito de Castelo Branco?

A tarefa é eleger um deputado da APU, mesmo dois deputados da APU, pelo distrito de Castelo Branco.

É isso possível? Sim, é possível.

Como já atrás foi referido, nas eleições intercalares de 1979 só pela diferença de 94 votos não foi eleito um deputado da APU.

Os candidatos da APU pelo distrito de Castelo Branco são democratas conhecidos e prestigiados pela sua luta consequente em defesa dos interesses dos trabalhadores, da população em geral, do regime democrático.

As credenciais com que os candidatos da APU se apresentam ao eleitorado do distrito não são as suas riquezas, não são as suas propriedades, não são a sua arrogância de exploradores, não são as línguas venenosas e provocatórias do tipo do cabeça de lista da «AD» Pedro Roseta.

Na lista da APU há 5 operários, há um licenciado em Direito, há uma farmacêutica, há um pequeno comerciante e um pequeno industrial, há um técnico.

Da lista fazem parte democratas tão prestigiados como o camarada Gascão Nunes bem conhecido em todo o distrito e particularmente no concelho do Fundão donde é natural, e o camarada António Lopes, mineiro das Minas da Panasqueira, e todos os outros candidatos da APU.

O cabeça de lista é o camarada João Amaral que no Grupo Parlamentar do PCP respondia pelas questões relativas ao distrito de Castelo Branco e que desenvolveu uma notável acção que lhe fez ganhar elevado prestígio em todo o distrito.

As credenciais com que os candidatos da APU se apresentam ao eleitorado é o trabalho que caleja as mãos, é a seriedade nas actividades profissionais, é a correcção na conduta cívica, é o empenhamento total, sério e isento na defesa dos interesses dos trabalhadores e de toda a população laboriosa, na defesa dos interesses do povo do distrito, na resolução dos problemas nacionais, na batalha da liberdade, da democracia, da independência nacional.

Estamos certos de que milhares de eleitores que enganados votaram na «AD» em 1979, desta vez escolherão o voto certo, o voto seguro, o voto que corresponde inteiramente ao seus interesses e necessidades: **o voto na Aliança Povo Unido, o voto na APU, o voto no Partido Comunista Português.**

O voto na APU é o único caminho para a defesa dos interesses do povo trabalhador da região, para a derrota da reacção, para assegurar uma maioria democrática, uma alternativa democrática, um governo democrático.

Abaixo o Governo Sá Carneiro!
Viva a vitória democrática!
Viva a Aliança Povo Unido!
Viva o Partido Comunista Português!

El Salvador: *mensagem urgente*

Na semana passada, em El Salvador, o mais pequeno país da América Central, o silêncio habitou as fábricas e a terra. Calado o rumor das máquinas, dos tractores raros, dos muitos e arcaicos arados. Nos serviços, nos escritórios e lojas, o calor cintilou nas janelas cerradas, desvendou as ausências. Em cada esquina acoitou-se a repressão, a força bruta redobrada e no entanto cada vez mais à beira da impotência perante este povo, estes trabalhadores – foram cerca de 500 mil – que a 13, 14 e 15 deste mês de Agosto, e durante três dias, estiveram em greve correspondendo à convocação da Frente Democrática Revolucionária em luta contra a ditadura fascista apoiada pelo imperialismo.

O maior campo de morte...

Em El Salvador, o mais pequeno país da América Central e o maior campo de morte do continente, o povo está em luta. Como no Uruguay, chamado o maior cárcere da América do Sul. Como na Bolívia, a escolha livre do povo manifestada nas eleições sufocadas em sangue, o Banco Mundial a financiar o terror.

"Somos um continente sofrido onde a vida humana, em muitos países, vale menos do que um dólar" disseram-me não há muito no Panamá. É uma afirmação dolorosa, duplamente dolorosa porque neste continente sofrido, tal como noutras partes do mundo onde o imperialismo domina e saqueia matérias-primas, recursos naturais e humanos, abundam os dólares – dólares estadunidenses, que correm, escorrem para o massacre de multidões. Para conter uma luta que é imparável. Imparável não somente a nível de uma vanguarda, mas imparável a nível de largas massas que, por isso mesmo às vezes de forma espontânea, não organizada, explodem em revoltas, em movimentos tenazes, teimosos como raízes profundas. Como os índios que por montanhas e vales, por distâncias, por dias e noites, armados de setas e pedras, tentaram unir-se aos centros mineiros em resistência contra o golpe fascista na Bolívia... Porque afinal neste continente, em muitos países, a vida é de tal modo incerteza, brevidade, sopro, que o risco e a luta custam menos.

"Em cada dia, pensa-se 'Chegaremos à noite?' As tropas governamentais, a Guarda Nacional, os bandos fascistas actuam por toda a parte. Há aldeias e lugares onde a vida parou por completo quer por causa das matanças, quer pelo êxodo da população empurrada pelo terror, uma população fundamentalmente camponesa, uma população paupérrima, que vai caindo pelos caminhos. Os fascistas dizem que mesmo assim a nossa densidade populacional continua elevada..."

Foi assim que Rosa Maria Brana de Castellanos começou. Está há cerca de dois meses no Panamá e fala do seu país. Fala de El Salvador, com a maior taxa de natalidade do continente: um crescimento anual de 3,5%, ou seja, mais 175000 habitantes que engrossariam os 5 milhões de salvadorenses. Mas muitos dos que nascem não vingam:

"São secretas as matanças da miséria na América Latina: todos os anos rebentam silenciosamente, sem estrépito algum, três bombas de Hiroshima sobre estes povos que têm o costume de sofrer com os dentes cerrados. Esta violência, não aparente mas real, aumenta todos os dias; os seus crimes publicam-se não na crónica da necrologia mas sim nas estatísticas da FAO." (Eduardo Galeano).

E à matança da miséria acrescenta-se a matança da ditadura

El Salvador não escapa à sorte comum. Fundamentalmente a população camponesa, 60 por cento do total, cerca de 2700000 homens e mulheres trabalhando na produção do café, algodão e açúcar nas terras dos grandes proprietários. Estes são 0,5% dos proprietários e ocupam 37,7% da terra. Dos restantes, 91% dos proprietários ocupam 21% em parcelas diminutas.

Falando do seu país, Rosa Maria, uma mulher que esqueceu o que é sorrir. Uma mulher de rosto magro, fartos cabelos brancos, olhos sem vivacidade, mas que fitam firmes, voz que não altera o tom, concentrada toda a tensão unicamente nos dedos que se entrelaçam e tremem. Rosa Maria, uma mulher que se apresenta:

"Sou a mãe de Roberto Castellanos Brana, sociólogo salvadorenho que foi detido com sua esposa Annette Matthiessen, de nacionalidade dinamarquesa, a 24 de Fevereiro, domingo, quando saíam de casa. A 26 de Fevereiro, uma testemunha ocular, escondida, viu chegar, na estrada 58 do litoral, uma camioneta, donde saíram guardas carregando dois corpos que atiraram para um barranco, alvejando-os depois. Quando os guardas se tinham retirado há muito, essa testemunha deu o alarme e gente do lugar de Chiltiupan foi recolher os corpos. Ele tinha o crânio partido, o rosto completamente golpeado, as pessoas concluíram que os guardas o haviam trazido já depois de o terem assassinado durante selváticas torturas evidenciadas por todo o corpo. Ela tinha os olhos vendados e fora assassinada com tiros no crânio no próprio barranco. Ambos foram enterrados como desconhecidos. Ela tinha 23 anos. Ele, o meu filho, 29 anos. Amavam-se. Amavam profundamente o povo salvadorenho, a pátria salvadorenha que ela adoptou por amor a ele e por militância política. Foi em Fevereiro passado."

Janeiro, Fevereiro, as duas primeiras semanas de Março... Olho as estatísticas publicadas pela Secretaria de Comunicações da UCA (Universidade Centro Americana, José Simenon Canas) que Rosa me deu. Durante estes três meses foram assassinados em El Salvador 341 camponeses, 23 operários, 11 professores, 65 estudantes, 8 empregados, 129 de profissão desconhecida, 108 não identificados. Total: 685 mortos detectados.

Em Janeiro, Fevereiro, e nas duas primeiras semanas de Março, 311 presos, dos quais 140 camponeses, 23 operários e 101 estudantes, 3 religiosos...

Janeiro, Fevereiro, as duas primeiras semanas de Março: 174 invasões militares a populações rurais; 15 invasões de tropas a organizações sindicais e a escolas; 3 massacres a multidões; 22 atentados bombistas a organizações sindicais, a igrejas, estações de rádio, órgãos de imprensa; 46 acções de cargas com metralhadora a fábricas, igrejas, escolas; 9 evacuações forçadas igualmente em escolas, igrejas, fábricas; 17 incursões a zonas urbanas; 28 cercos militares a povoações, fábricas, institutos, universidades, edifícios públicos, etc. A declaração de estado de sítio.

Mensagem urgente

Volto a lembrar os olhos fixos de Rosa Maria, o jeito manso de contar, as duas sentadas a uma mesa, o café esfriando esquecido no amargo do momento, lá fora 42 graus na tarde lenta, dourada e verde, tropical:

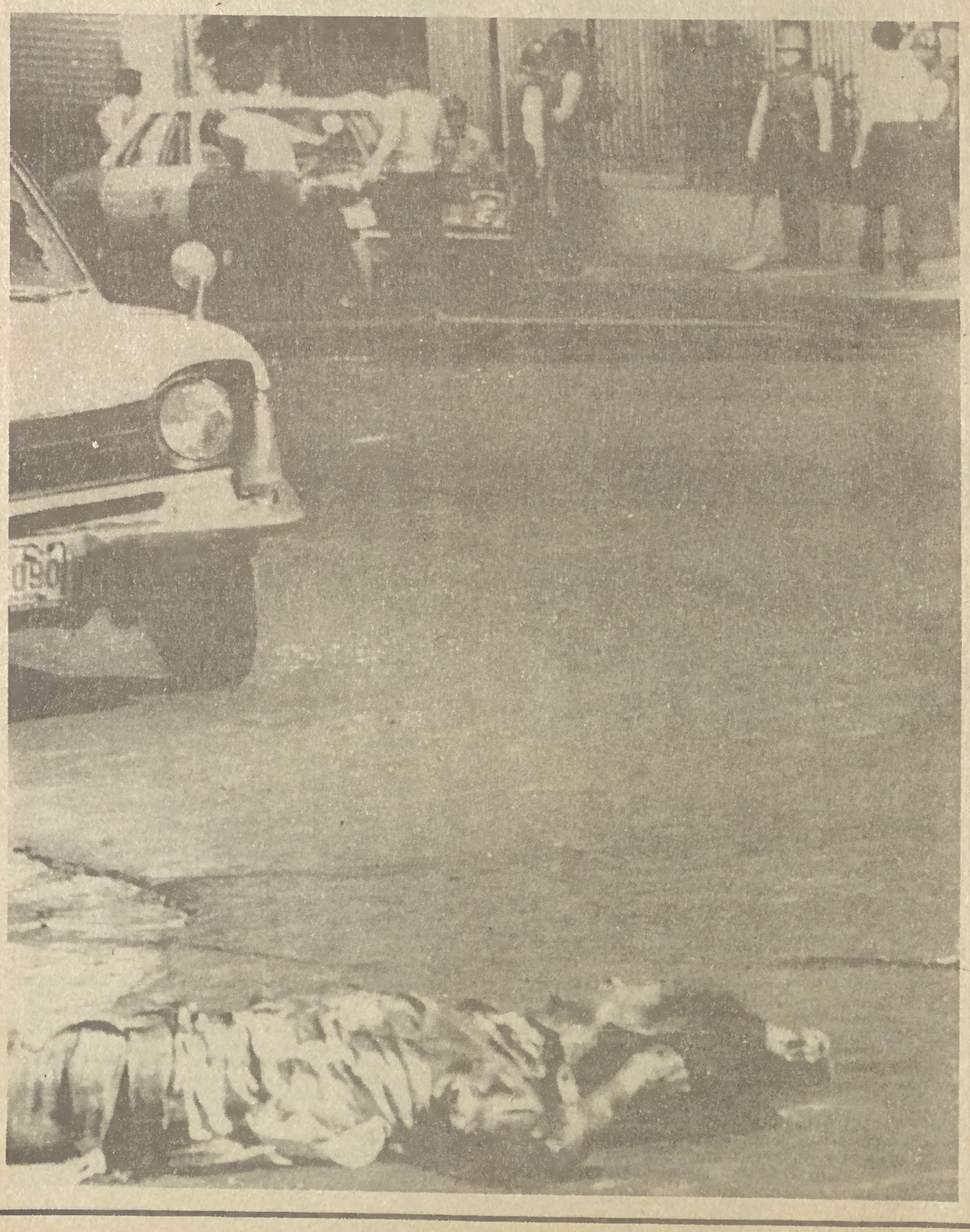
"Entretanto, assim que Roberto e Annette foram detidos, nós familiares recorremos ao socorro jurídico, o Arzobispado, onde diariamente chegam as denúncias sobre os desaparecidos: cerca de 50 por dia entre presos, desaparecidos e mortos. Estas denúncias são publicadas, descrevendo as características dos desaparecidos, às vezes com fotos, pedindo informações a todo o país. Foi assim que a gente de Chiltiupan, alertada para a descrição – ele era delgado e moreno, ela loura de cabelos quase brancos – nos contactou. Depois de algumas dificuldades conseguimos a exumação dos corpos. Foi a 6 de Março. A 9 de Março, a família, os amigos e gente da população fizeram-lhes o enterro.

Eram meus filhos, a ela também a sentia como tal. Perdi-os. Mas perdi-os na luta pela libertação do meu povo. Seguindo o exemplo de seu pai, o meu companheiro, Raul Castellanos Figueroa, um quadro destacado nos anos de 1950 na organização do PC de El Salvador. Agora estou completamente só, viúva, mãe sem filhos, exilada e peço-te para dizeres também, e mais uma vez, no teu país como é urgente contarmos com a solidariedade de todos os povos: a solidariedade é uma arma poderosa na revolução salvadorenha."

Deixo aqui o recado de Rosa Maria Castellanos, mulher de Raul Castellanos Figueroa, mãe de Roberto Castellanos Braña, sogra de Annette Mathiessen. Uma mensagem urgente. Para o povo salvadorenho em luta contra a ditadura, o fascismo, pela libertação popular. Para todos nós. Em frente, na minha secretária, um pequeno recorte do "Jornal": "Mealhada, rescaldo da eleição intercalar. Diz um PS: 'Então lá perderam...' Responde um Ad versão 'velha senhora': 'Perdemos aqui mas ganhámos na Bolívia!"

Mensagem urgente. Para que a AD seja derrotada em El Salvador, na Bolívia, no Chile, na Guatemala, no Uruguay. No nosso País.

H. N.



Nos EUA de Carter, nos EUA de Reagan os direitos humanos são um simples objecto de propaganda externa. Cá para fora, os dirigentes americanos enchem a boca de direitos humanos, mas, lá dentro, tais direitos são permanentemente calçados e espezinhados

Os Estados Unidos e a violação permanente dos direitos humanos

Miami, EUA, Maio de 1980. Vinte mortos, mais de seiscentos feridos e, pelo menos, 350 prisões, tal foi o balanço do terror racista e sangrento utilizado pela polícia e pela guarda nacional contra os cidadãos de cor. Um esquadrão da polícia carregou sobre os manifestantes que protestavam contra a absolvição escandalosa de quatro agentes policiais que tinham assassinado um negro americano culpado de um delito de trânsito de pouca importância.

Como no tempo do fascismo hitleriano na Alemanha, os polícias cercaram o *ghetto* onde habita a minoria negra da cidade, comandos de assassinos fizeram fogo indiscriminado nas ruas. Miami tinha-se transformado num verdadeiro campo de batalha.

A discriminação racial e os assassinatos devidos a um racismo fanático existem ainda hoje nos Estados Unidos, 115 anos depois de Abraão Lincol. E não apenas em Miami. «Há uma Miami em cada cidade americana», declarava o grande defensor dos direitos do homem, Jesse Jackson, no «US News and World Report».

Que é feito da «Bill of Rights», essa lei americana dos direitos fundamentais do homem, nos Estados Unidos do presidente Carter?

Os cidadãos de cor, escravos da Nação

Mais de quarenta milhões de cidadãos americanos de cor, pertencendo a minorias nacionais — Negros, Índios, Mexicanos e Porto-riquenhos — são vítimas da discriminação racial e não gozam dos direitos fundamentais do homem.

A ofensiva actual contra os negros toma um aspecto sinistro com a campanha contra os seus dirigentes, campanha que não recua nem diante do assassínio, nem da calúnia, nem da agressão.

Foram assassinados:

Martin Luther King, Medgar Evers e o reverendo Harry Moore, dirigentes da Associação Nacional para a Ajuda aos Cidadãos de Cor.

Foram vítimas de campanhas de calúnias:

Adam Clayton Rowell, deputado ao Congresso, de Harlem, e Charles Diggs, deputado ao Congresso, de Dixieland, cidadãos negros acusados de crimes que não tinham cometido, apenas para lhes retirar a influência que possuíam.

Os cidadãos negros são particularmente tocados pelo desemprego e a miséria:

Em cada quatro, um cidadão negro americano é desempregado. Sessenta por cento dos jovens de cor procuram emprego.

O «Ku-Klux-Klan», sociedade tristemente célebre tolerada pelo governo, multiplica as suas actividades. O número dos seus adeptos aumentou de 25 por cento em 1979.

«Negros, Judeus, Católicos, o «klan» ataca tudo o que não é branco, conservador, tudo o que não é 'americano' a cem por cento: uma loucura política, tão absurda como ridícula. E no entanto, essa perigosa mascarada renasce, do Atlântico ao Pacífico». («Der Spiegel», semanário alemão-ocidental, 28 de Abril de 1980).

Os mais pobre entre os pobres, nos Estados Unidos, são os Índios, antigos donos do país.

«Continuamos a massacrar os Índios. Já não com espingardas, mas com armas mais vergonhosas e bem mais destrutivas: a miséria, a fome, a doença e o desprezo». (Declaração ao «New York Times» de M. Fredman, antigo director dos assuntos índios, em 22 de Maio de 1977).

Os 800 mil indígenas norte-americanos são submetidos actualmente a uma campanha de extermínio indescritível. Segundo um artigo do jornal sueco «Arbetet», baseado em estudos científicos realizados nos EUA, 42 por cento das mulheres e 10 por cento dos homens são esterilizados à força. Em 1975 foram esterilizadas 25 mil mulheres índias.

Esta campanha de extermínio contra os índios faz-se sob o signo do lucro. Nas reservas que antigamente tinham sido julgadas sem valor encontram-se 55 por cento dos jazigos de urânio e 30 por cento dos jazigos de carvão, tal como quantidades insuspeitadas de petróleo, cobre e outros recursos minerais.

Nos Estados do Sul dos EUA, mais de um milhão e meio de crianças de origem mexicana são exploradas como mão-de-obra agrícola a baixo preço. Os membros das suas famílias que trabalham igualmente nas plantações recebem, segundo a idade de cada criança, um ligeiro aumento no seu salário.

Vinte e cinco por cento dos 5,8 milhões de operários agrícolas mexicanos nos EUA são menores. A maioria deles não recebeu qualquer tipo de instrução.

O direito ao trabalho é recusado a milhões de pessoas

O desemprego toca milhões de trabalhadores nos Estados Unidos. 10,8 milhões de americanos estão actualmente no desemprego total ou parcial. Se se tiver em conta os membros das suas famílias, há quarenta milhões de pessoas desprovidas de recursos.

A percentagem de desempregados atinge actualmente 7 por cento.

Evolução do desemprego em números absolutos (milhares de pessoas)

1970	1975	1976	1977	1978	1979	1980
4 088	7 830	7 288	6 856	6 047	5 963	7 300

Apesar de um relativo incremento da produção, a taxa anterior à crise de 1970 nunca mais foi atingida. Em Abril de 1980, 587 000 trabalhadores tinham sido lançados no desemprego durante mais de seis meses.

Os trabalhadores dos sectores abalados pela crise são particularmente atingidos pelo desemprego.

Tremenda miséria no país mais rico do mundo

Segundo os dados da OIT, 12 por cento da população dos EUA vive em níveis inferiores ao mínimo de sobrevivência. O desemprego atinge 40 por cento dos cidadãos em idade activa.

Treze milhões de famílias americanas, ou seja um quarto da população, vive em deploráveis condições habitacionais.

Na capital, Washington, 30 a 35 famílias são diariamente desalojadas pelo senhorios.

Cinquenta mil pessoas morrem anualmente em consequência do desemprego. Os suicídios aumentam a uma taxa anual de 4% enquanto o desemprego cresce anualmente 1%.

A mão-de-obra infantil, paga miseravelmente, constitui uma excelente fonte de lucro. Embora o trabalho infantil esteja proibido há cerca de trinta anos nos Estados Unidos, 20 por cento dos operários agrícolas são crianças; 20 milhões de crianças (ou seja um terço da população infantil) não usufruem de suficiente assistência médica e social, não são vacinadas e em caso de doença não têm possibilidades de internamento.

Um deplorável nível de instrução apesar de recordes científicos sem paralelo

OS EUA são o país onde os privilégios no domínio da instrução revelam mais profundamente as desigualdades sociais. Ao mesmo tempo que cresce a riqueza entre a élite burguesa, 24 milhões de cidadãos continuam analfabetos.

Em cada cinco americanos adultos, um não conhece o alfabeto, não é capaz de preencher um formulário ou um cheque, de ler a ementa num restaurante ou os títulos nas revistas.

Cinco milhões de crianças em idade escolar não frequentam a escola; três milhões frequentam os estabelecimentos de ensino unicamente nos três primeiros anos de escolaridade.

Cinquenta e um milhões de americanos adultos não frequentaram o ensino secundário; 15 milhões frequentaram a escola durante um período inferior a oito anos.

Nos bairros de lata onde habitam os negros, é frequente as aulas funcionarem com cinquenta alunos. Em Chicago, a segunda cidade mais importante dos EUA, prevê-se que dificuldades financeiras levarão ao encerramento de 35 escolas.

Cinquenta mil professores não receberam ordenados desde Dezembro do ano passado a Abril deste ano. Cerca de 13 000 professores estão ameaçados de despedimento.

Represálias, espionagem, homicídio político

Não, não se trata de liberdade o que habita à sombra da estátua da Liberdade. Todo o sistema legislativo impede as forças progressistas de levarem à prática o seu direito à participação política.

Exceptuando o Partido Democrático e o Partido Republicano, todos os outros partidos têm de sujeitar-se a severas condições para poderem participar nas eleições.

O Partido Comunista é o que enfrenta mais dificuldades.

No Estado de Kentucky, onde Gus Hall e Angela Davis se apresentaram às eleições presidenciais, as autoridades impuseram toda uma série de dificuldades suplementares. Assim, enquanto em 1976, 1000 assinaturas bastavam para subscrever uma candidatura, as autoridades exigem agora 5000. E embora segundo a lei eleitoral, os candidatos possam recolher as assinaturas de apoio até Setembro de 1980, as autoridades exigiram-lhes que tudo estivesse pronto até ao fim de Abril. «Querem-nos excluir das eleições», denunciou o comité da organização.

Ao mesmo tempo que em diversos Estados, as leis anticomunistas impedem os comunistas de participarem nas eleições, noutros, para alcançar os mesmos objectivos, estabelecem-se condições praticamente inalcançáveis.

No Texas exigem 40 000 assinaturas de apoio; na Geórgia, terra natal de Carter, 50 000; em Maryland, 55 000 e mais de 100 000 na Califórnia.

Na Flórida, as 35 000 assinaturas exigidas devem ser confirmadas pelas autoridades locais a troco de elevadas somas. Na Virgínia ocidental, não somente exigem aos comunistas milhares de assinaturas como também o pagamento de 2625 dólares por cada candidatura.

O «Washington Post», em Abril deste ano, noticiava que na região de Utah, cada uma das assinaturas recolhidas para partidos, além do Democrata e do Republicano, tem de ser reconhecida pelo notário. «O corpo legislativo dos Estados Federados esmerou-se para oferecer aos Republicanos e aos Democratas o privilégio exclusivo nas eleições presidenciais», conclui o jornal.

Um gigantesco sistema de vigilância espia todos os oposicionistas

Na sua obra «A espionagem aos cidadãos nos EUA», Athan Teoharis, professor da Universidade de Marquet de Milwaukee (Wisconsin) chegou à conclusão de que a vigilância ideológica atinge cada vez mais as organizações sindicais e os estudantes progressistas, os participantes nos movimentos de luta pelos direitos cívicos, e ainda diversas organizações religiosas. As escutas telefónicas, a violação do segredo da correspondência, as buscas secretas e o roubo de documentos constituem práticas correntes. As informações recolhidas são utilizadas para pressionar e intimidar as pessoas atingidas, para alimentar campanhas difamatórias, para «justificar» perseguições judiciárias. Uma Comissão do Senado, presidida pelo senador, Frank Church, em 1976 chegou a conclusões semelhantes.

O serviço secreto da CIA, durante anos, vigiou a abriu fichas para centenas de milhares de cidadãos dos EUA. Foi assim que foram presos diversos defensores dos direitos humanos, como por exemplo os «dez de Wilmington». Assassinos profissionais foram especialmente contratados para assassinar dirigentes sindicalistas e políticos.

Segundo a organização dos Quakers «Comité dos Amigos ao Serviço da Sociedade», serviços especiais de polícia são transformados em espionagem política. Só em Baltimore foram descobertos espiões da polícia em 125 organizações e grupos.

EUA: um aparelho policial cada vez mais arbitrário

A classe dirigente dos EUA utiliza cada vez mais os meios repressivos sem qualquer fundamento jurídico. Sob o pretexto de restabelecer a ordem e a justiça, a polícia prende cada vez mais pessoas cuja opinião política é julgada duvidosa, ou cidadãos de cor, de maneira crescentemente brutal e com um desprezo total dos direitos que protegem a personalidade humana, definidos pelo Supremo Tribunal como direitos fundamentais.

Inquéritos recentes de uma comissão do Congresso revelaram que indivíduos que hajam cometido furtos no valor médio de 165 dólares podem apanhar de cinco a dez anos de prisão. Entretanto são registados anualmente prejuízos na ordem dos 288 biliões de dólares devidos a crimes económicos. Estas violações da lei por parte das grandes empresas ficam sujeitas a penas suspensas mínimas, ficando mesmo impunes, por vezes.

O imperialismo americano espalha a violência no mundo inteiro

Os EUA não se satisfazem com a opressão que impõem a 40 ou 50 milhões dos seus cidadãos — tentam sempre sujeitar outros povos, não recuando, para isso, perante nenhuma violência.

Nestes 35 anos decorridos desde o fim da II Guerra Mundial o imperialismo, tendo à cabeça os EUA, desencadeou, organizou ou apoiou 126 conflitos militares. Se se acrescentar a duração de todas as acções armadas, obteremos 400 anos de guerra por responsabilidade dos EUA, com a média de 13 conflitos por ano.

A insegurança social, a repressão política, a vigilância policial e a opressão são o dia-a-dia de milhões de pessoas no mundo do capital monopolista dos EUA no início dos anos 80. Estas violações dos direitos do homem são constantemente denunciadas por numerosos democratas sinceros e pelos defensores da aplicação desses direitos; são reconhecidos por numerosos políticos e meios de comunicação. Para mais, o actual governos dos EUA ameaça a paz de toda a Humanidade. Trata-se duma violação do direito do homem mais elementar, o direito à paz, o direito a uma vida pacífica e em segurança, sem o que todos os outros direitos não têm sentido.

Semana

13 Quarta-feira

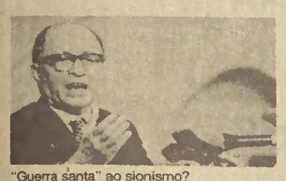
1967 – Começa a guerra de guerrilhas na Rodésia dirigida pelo Zimbabwé African Peoples Union (ZAPU)

Agostinho Neto

O governo reaccionário brasileiro suspende a aplicação da "Lei dos Estrangeiros" até que sejam apreciadas no congresso algumas propostas de emenda; com esta lei o regime pretendia elaborar legislação que lhe permitisse expulsar os milhares de refugiados políticos latino-americanos que vivem no Brasil. ■ O MPLA-Partido do Trabalho proclama como Dia do Herói Nacional e do Fundador da Nação o dia 17 de Setembro, data simultânea do nascimento e do funeral de Agostinho Neto. ■ O jornal vietnamita "Quan Doi Nhan Dan" denuncia que o governo tailandês tem utilizado o auxílio humanitário internacional destinado ao povo do Kamputchea para apoiar os bandos terroristas de Pol Pot, que procuram abrigo nos denominados "campos de refugiados". ■ O presidente Sadat, do Egipto, afirma em carta dirigida ao presidente sionista Begin que estão comprometidas as "esperanças" que depositava nas conversações mútuas, devido à questão da anexação de Jerusalém pelos sionistas. ■ Comentando a Convenção do Partido Democrata norte-americano, donde Carter saiu nomeado para disputar as próximas eleições presidenciais, a agência soviética TASS considera que os "democráticos" dos EUA não acharam nada melhor que competirem com os "republicanos" nos pontos mais reaccionários, ao definirem como "tarefa primordial" do seu programa o aumento do potencial bélico norte-americano. ■ Começam a ser julgados, no Tribunal Revolucionário da cidade de Huambo, em Angola, 22 terroristas da UNITA, por actividades bombistas e outros actos contra-revolucionários.

14 Quinta-feira

1978 – Com a presença de 103 Estados, começa em Genebra a Conferência Mundial sobre o Racismo e a Descriminação Racial, sob a égide da ONU.



"Guerra santa" ao sionismo?

As Forças Armadas do Suriname demitem o presidente, declaram o estado de emergência, suspendem a Constituição por tempo indeterminado e impõem o recolher obrigatório. ■ O príncipe herdeiro saudita, falando em nome do governo do seu país, a Arábia Saudita, afirma que a paz com Israel se tornou uma ilusão e que os árabes já não têm outra solução que não seja uma "guerra santa" para libertar Jerusalém e os territórios ocupados. ■ Segundo as agências, o primeiro dia de greve geral em El Salvador causou mais de cem mortos em diversos pontos do país, tendo a Junta que governa o país com o apoio dos EUA desencadeado severas e vastas operações policiais e militares de intimidação.

15 Sexta-feira

1947 – Independência da Índia e do Paquistão

O presidente da Coreia do Sul, Choi Kyu-hah, anuncia a sua demissão e substituição pelo actual primeiro-ministro, Park Chong-heen, tendo o "estado de alerta" sido decretado de imediato em todo o país, embora pareça que a demissão de Choi se destine apenas a fortalecer a posição do "homem forte" do regime ditatorial sul-coreano, o general Chun Doo Hwan. ■ O presidente Sadat, do Egipto, sugere a realização de uma segunda "cimeira de Camp David" com o presidente dos EUA e o primeiro-ministro sionista para tentar reanimar o "falhanço" completo da anterior, para a "paz à americana" no Médio Oriente. ■ São fuziladas mais 19 pessoas no Irão, acusadas de participação na abortada conspiração de Julho para derrubar o regime; estas execuções elevam a 68 o número de pessoas mortas por alegada implicação no golpe, que o regime iraniano considera ter sido apoiado pelos EUA. ■ A ex-presidente da Bolívia, Lídia Gueiler, continua sem poder abandonar o país "por ter violado normas de asilo", como "explicou" o coronel Luís Arce, que funciona como ministro do Interior do Governo fascista da Junta. ■ Violentos combates entre grevistas e as forças militares enviadas pela Junta de El Salvador já fizeram mais de 200 mortos, 77 dos quais entre as forças da "ordem", enquanto se mantém o clima de insurreição geral. ■ A Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina (COPAL) pede aos chefes de Estado do Pacto Andino para que reconheçam Siles Zuazo como presidente da Bolívia e exijam a dissolução da Junta fascista que se impôs ao país.

16 Sábado

1960 – Chipre torna-se independente.

Rádio Kabul anuncia que foram mortos dois chefes de bandos terroristas na província de Konduz, no norte do Afeganistão, tendo sido ainda aprisionados vários outros que estavam na posse de armas e explosivos. ■ Morrem 37 pessoas num incêndio registado em dois clubes nocturnos de Londres, sendo a maior parte das vítimas espanhóis e sul-americanos; polícias da Scotland Yard declararam que se tratou de fogo posto.

17 Domingo

1934 – Realiza-se o I Congresso dos Escritores Soviéticos.

CEE: gestão financeira deficiente

Os pescadores franceses bloqueiam totalmente os principais portos da Normandia em protesto contra as medidas destinadas a reduzir o número de tripulantes nos navios. ■ Tropas da Papuásia-Nova Guiné chegam a Vanuatu para auxiliarem o governo do país a conter a rebelião separatista na ilha do Espírito Santo; estas tropas vão substituir as forças franco-britânicas que se encontravam naquele arquipélago nos termos do condomínio da França e da Grã-Bretanha, o qual terminou com a recente independência do país. ■ O ministro das Finanças da RFA, Hans Matthoefer acusa a CEE de ter uma gestão financeira deficiente. ■ A Junta fascista boliviana ameaça o arcebispo de La Paz, monsenhor Jorge Manrique, que tem exigido a revelação do número e identificação dos presos e denunciado os crimes dos golpistas, considerando o prelado "conluído com o extremismo". ■ O governo do Zimbabwé admite a possibilidade de processar o general Peter Walls, tanto por afirmações que tem feito como por suposta implicação numa conjura destinada a impedir a independência daquele país, quando comandava as Forças Armadas racistas da Rodésia.

18 Segunda-feira

1896 – Madagáscar é anexada pela França.

Unidades de forças navais israelitas, apoiadas por helicópteros de combate, tentam aproximar-se da costa libanesa na região da cidade da Saida e são repelidos pelo fogo de destacamentos da resistência palestiniana ■ Realizam-se em todos os portos de França assembleias gerais de pescadores para ser debatida uma proposta de greve geral, enquanto o bloqueio portuário na zona da Normandia alastra a outros pontos do país ■ As 14 nações islâmicas do Comité Jerusalém apelam, em Casablanca, ao boicote político e económico de todos os países que aprovem , encoragem ou participem na anexação sionista do sector árabe de Jerusalém.

19 Terça-feira

1662 – Morre Pascal, matemático, físico, filósofo e escritor francês.

O Laos acusa a Tailândia de uma série de provocações por aviões, barcos e bandidos armados tailandeses contra o seu território ■ Soldados da Papuásia-Nova Guiné e agentes da polícia de Vanuat prendem cerca de 50 rebeldes na ilha de Espírito Santo, no sul do Pacífico ■ O Comité dos Direitos do Homem da ONU acusa o regime fascista do Uruguai de torturar prisioneiros em violação da convenção internacional dos direitos cívicos e políticos ■ No Irão um acidente com dinamite mata 90 pessoas e fere 38.

Polónia entre a campanha da reacção e os problemas reais

Gdansk é a palavra mais repetida na rádio, na TV, nos grandes títulos da imprensa estatizada e dos jornais reaccionários. Um alvo sempre procurado surgiu agora – greves num país socialista. Greves na Polónia. Fala-se de confronto político, avançam-se hipóteses de repressão, com a força de quem ardentemente o deseja. Joga-se tudo para não só identificar a realidade socialista com a do sistema capitalista, como avançar ainda que no socialismo não haveria liberdade.

Entre a propaganda e a realidade, entre a campanha da reacção e os problemas reais que se vivem na Polónia, problemas qualitativamente diferentes dos da sociedade capitalista, problemas do socialismo, e face a essa propaganda, a essa campanha, importa discernir o que são os factos e o que não passa de calúnia, envolta no silêncio com que sistematicamente, e hoje uma vez mais, se tenta ocultar a realidade do socialismo.

Aumento de preços

Vejamos então alguns factos da realidade. Pelo que importa começar pelo princípio: a determinação do aumento de preço da carne na Polónia para dia 1 de Julho.

1.º – o consumo *per capita* de carne na Polónia é duplo do verificado no nosso país: ali, mais de 70 quilos por ano. O preço é aproximadamente metade do que se pratica em Portugal.

2.º – apesar deste elevado consumo de carne, a sociedade socialista polaca considera-o ainda insuficiente, trabalhando-se no sentido de um gradativo aumento até aos 80-90 quilos de carne por ano e por pessoa. Por isso se empenha no aumento da produção de carne e de forragens.

3.º – entretanto o preço de venda da carne no mercado é inferior aos custos da produção, sendo a diferença coberta pelo orçamento do Estado, com verbas que poderiam ter outros destinos (entre 1971 e 1979 tais verbas subiram de 12 biliões de zlotys para 91,4 biliões).

A política seguida reflecte assim, por um lado, a grande preocupação da Polónia – como é próprio de uma sociedade socialista – com a alimentação da população. E, simultaneamente, quer algumas dificuldades reais, ligadas a deficiências económicas e a problemas climatéricos, quer o impacto do aumento de preços no mundo capitalista, com o qual é crescente o intercâmbio económico.

Problemas...

A ideia de que a sociedade socialista seria isenta de problemas não tem não só nenhuma correspondência com a realidade prática como com a própria teoria marxista-leninista. O que se passa é que se enfrentam problemas qualitativamente diferentes.

O aumento de preços da carne no capitalismo tem muito a ver com os lucros que os intermediários embolsam: **o aumento de preços no socialismo significa que o apoio económico central por parte do Estado deve ser empregue noutros sectores, com mais vantagem para a economia nacional, e, como tal, para todo o povo.** A compreensão desta diferença fulcral nem sempre é fácil e impõe nomeadamente uma ampla acção de esclarecimento.

Os problemas económicos que a Polónia enfrenta não se reduzem aliás à questão dos preços. E não são escamoteados pelo povo e pelos dirigentes da Polónia. Fala-se insistentemente na necessidade de reduzir o consumo de matérias-primas, de deficiências no abastecimento, baixa eficácia na gestão em algumas empresas, longas esperas pela obtenção de uma casa, dificuldades numa adequada disciplina de trabalho, planos não totalmente cumpridos, nomeadamente no campo, ritmo irregular de produção. Questões que são comuns à construção de uma sociedade socialista desenvolvida e que vão de par com outros derivados da crise do capitalismo: agravamento dos preços da energia e matérias-primas, dificuldades na exportação face à crise que lavra na sociedade capitalista.

Mas nenhum destes problemas é insolúvel. Nenhum destes problemas tem a ver com a exploração do trabalho para a obtenção de lucros individuais.

... e êxitos

Começamos pelos problemas exactamente porque a nota dominante são os êxitos. E porque importa compreender a quem servem esses êxitos – a diferença fulcral entre socialismo e capitalismo, e que determina a estreita união entre o que produz e o que se ganha, como se vive no socialismo.

Há 36 anos o rendimento nacional da Polónia por habitante era cerca de quatro vezes inferior ao dos países da Europa Ocidental. **Hoje a Polónia, pelo seu desenvolvimento, é o 10.º país no mundo.** Em 1979 o valor da produção industrial era 31 vezes superior ao de 1936. Relativamente à RFA, França, Grã-Bretanha e Itália, a produção média de energia eléctrica passou de 43% em 1950 para 72% em 1978, a de combustíveis de 145 para 301%, a de aço de 45 para 114%, a de cimento de 56 para 120%. Números que, como fica claro, só são possíveis com o socialismo.

Mas esta diferença é ainda mais evidente e significativa no que respeita às condições de vida da população. **Em relação a 1970 o salário real médio aumentou em cerca de 50% e a verba destinada aos fundos sociais 3,5 vezes.** As necessidades da população em televisores a preto e branco, rádios, frigoríficos e diversos electrodomésticos são consideradas como totalmente cobertas. **De 1976 a 1979 a produção industrial aumentou 30%, enquanto a produção na indústria ligeira aumentou mais de 34%.** A construção de habitações – um dos problemas centrais de política social do socialismo – ultrapassou o número de casamentos, como aliás se torna essencial para a integral solução do problema da habitação, se possível até ao fim da década.

Não por acaso mesmo o chanceler Schmidt, da RFA, reconhece publicamente que os problemas económicos que a Polónia enfrenta são mais o resultado de pressões económicas mundiais do que da política económica seguida no país.

A resposta do socialismo

A resposta do governo polaco e do Partido Operário Unificado da Polónia (POUP) aos recentes acontecimentos – pese embora a exploração e as pressões por parte das forças reaccionárias a nível internacional – foi o diálogo, o estudo atento dos problemas em causa. Destacando simultaneamente o carácter anti-social que neste caso o movimento grevístico assume e o facto de o socialismo ser a base da própria construção da Polónia livre e independente de hoje.

Na sua recente alocução à Rádio e à TV, o camarada Gierek, secretário-geral do POUP, afirmou:

«É difícil, neste momento, abordar todas as causas que estão na base dos actuais problemas económicos e que provocaram descontentamento social. Desejo entretanto afirmar com toda a sinceridade: estamos conscientes de que a par de numerosos factores objectivos, erros cometidos na política económica tiveram um papel importante. Em numerosos sectores a prática afastou-se dos princípios enunciados pelo Partido em Dezembro. Não nos apercebemos disso a tempo e não conseguimos fazer-lhes face com eficácia. Mas as greves não irão melhorar nada. Antes multiplicarão as dificuldades».

O socialismo não teme a autocrítica, baseia mesmo nela o progresso permanente. Mas tem as suas próprias formas de superar dificuldades, que nada têm a ver com as formas de luta utilizadas no capitalismo.

A CGTP-IN, conhecendo a prática de manipulação do aparelho de propaganda afecto ao imperialismo, procurou informar-se dos factos e das cuusas que estão na base do movimento reivindicativo existente na República Popular da Polónia.

Face às informações de que dispõe a CGTP-IN manifesta a sua convicção de que os trabalhadores polacos em conjunto com as suas organizações de classe conseguirão não só ver satisfeitas as justas reivindicações que estão na base da sua luta mas igualmente derrotar as tentativas dos que aproveitando-se dela procuram fomentar a divisão no seio do povo polaco. A CGTP-IN está igualmente convicta que os trabalhadores polacos saberão defender as conquistas históricas que obtiveram após a derrota do nazismo em 1945 e que possibilitou o progresso social através da via do socialismo que o povo da Polónia escolheu e definiu.

A CGTP-IN denuncia o alarido de toda a imprensa burguesa acerca dos acontecimentos na Polónia e que no dia a dia encobre e silencia o protesto e a luta dos trabalhadores portugueses na defesa do seu nível de vida, contra os contratos a prazo, contra os despedimentos, em defesa da Reforma Agrária, das liberdades e do projecto constitucional.

O que se passa na Polónia, como a ofensiva propagandística da reacção que se prende com isso, faz parte da grande luta mundial de classes de que o socialismo sairá inevitavelmente vitorioso. O povo polaco saberá superar as suas actuais dificuldades e avançar decididamente na construção do socialismo desenvolvido.

A «AD» preocupada com o preço do bife ... na Polónia

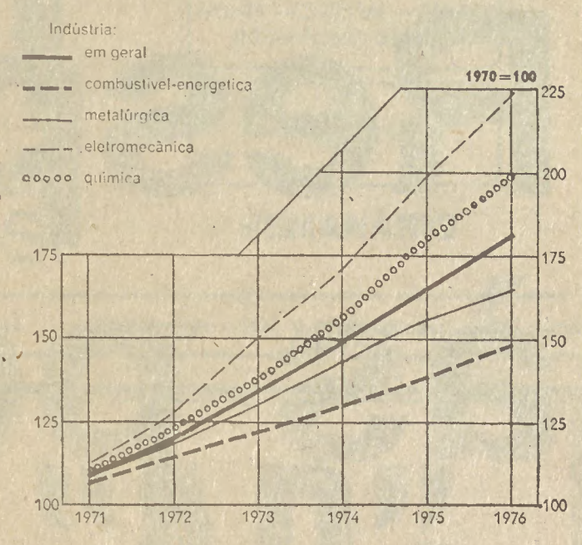
Não são difíceis de discernir os objectivos que estão por detrás do relevo dado aos acontecimentos da Polónia, a par da fomentada ignorância da realidade que se vive nesse país. E compreende-se.

O governo português está, através do seu Primeiro-Ministro, envolvido num escândalo que teria levado à demissão de qualquer dirigente num país da Europa capitalista. O governo português determina a destruição da Reforma Agrária, rouba terras, gados e máquinas, atira para o desemprego muitas centenas de operários agrícolas, reprime brutalmente manifestações de protesto, chega a matar, submete zonas do Alentejo a uma verdadeira situação de ocupação por forças militarizadas. O governo português determina despedimentos em massa na ITT, enquanto se empenha numa anticonstitucional política de reentrega de empresas ao patronato. O governo português prossegue uma política externa de total submissão aos interesses do imperialismo. O governo português agrava diariamente as condições de vida do nosso povo. O governo português ignora sobranceiramente as exigências avançadas em manifestações de centenas de milhares de pessoas.

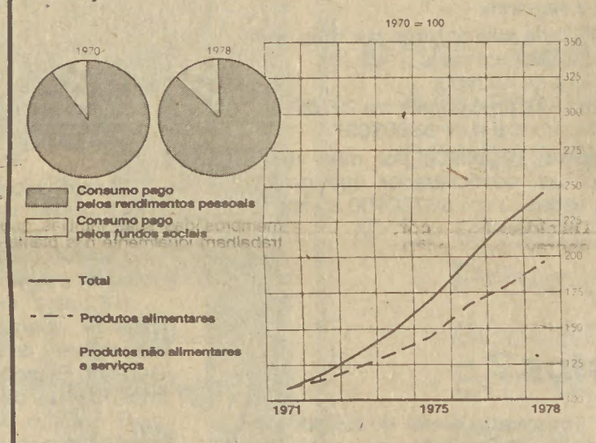
É natural que o governo português e as forças que o apoiam se preocupem, mais do que com os imensos problemas que se vivem no nosso país, com o preço do bife na Polónia, com movimentos grevísticos de algumas dezenas de milhar de polacos, com reivindicações marginais de pluralismo sindical, política aliás cujas repercusões e promotores são bem conhecidos entre nós.

As razões do imperialismo, o seu empenhamento nesta campanha, não oferecem qualquer mistério. Porque na verdade importa bem desviar atenções da crescente inflação, do imparável desemprego, dos métodos repressivos, da corrida aos armamentos. E importa sobretudo roubar a perspectiva histórica às massas trabalhadoras, adulterar factos, e, fundamentalmente **encobrir outros.**

PRODUÇÃO INDUSTRIAL GLOBAL



Consumo geral pela população de bens materiais e serviços



Pescadores franceses em luta

A semana passada os pescadores normandos iniciaram um bloqueio dos portos da região como forma de protesto contra a decisão dos armadores de reduzirem as tripulações a pretexto de compensar a subida no preço dos combustíveis.

A luta dos pescadores da Normandia contou com a imediata solidariedade de outros sectores de trabalhadores e pequenos proprietários franceses ligados à pesca, desde os proprietários de pequenos navios até aos camionistas e peixeiros. No Canal da Mancha os pescadores contam com o apoio de camionistas e peixeiros, alargando a greve à Córsega. Em Bolonha, o maior porto pesqueiro francês no Canal, camionistas e vendedores de peixe interromperam o trânsito na cidade. Na ilha francesa de Córsega, os pescadores bloquearam a entrada de cinco portos com os barcos. Boicote dos portos regista-se também em Nice, Marselha e outros portos. A luta dos pescadores estende-se quer à costa mediterrânica quer à costa atlântica de França.

Em 1979 as multinacionais do petróleo com sede em Washington, as maiores do mundo, tiveram um lucro líquido de 21 biliões de dólares. É ao crescente aumento destes lucros, e não aos aumentos do preço do petróleo determinados pela OPEP, que se prende, no fundamental, o aumento dos preços dos combustíveis. Acontece que tal como as multinacionais do petróleo, também os armadores franceses têm como preocupação exclusiva a defesa dos seus lucros. Assim, no caso vertente, quem paga os fabulosos lucros líquidos dos que dominam a rede comercial do Petróleo? Os pescadores franceses, que vão para o desemprego. Esta, liniarmente, a lógica internacional do capital.

O caso dos pescadores franceses assume relevância particular neste momento, não porque os despedimentos não sejam prática rotineira, mas pela envergadura que a luta vem a assumir. Há alguns dias apenas – por exemplo –as tarifas de gás e electricidade (na política de aumentos generalizados que é rotina no período de férias, em França) foram aumentadas, respectivamente, de 9% e de 5,9%. E como todos sabemos, também aqui em Portugal, por experiência própria, comerciantes e industriais saberão defender devidamente os seus lucros, lançando sobre os preços ao consumidor tal agravamento de tarifas.

Por outro lado, o desemprego, que os armadores franceses se preparam para agravar ainda mais, voltou a acentuar-se em França no mês de Julho. Relativamente a Julho de 1979, registou-se um agravamento de quase 6%.

A luta dos pescadores franceses testemunha da importância e das dimensões da solidariedade entre trabalhadores. A luta dos pescadores da Normandia contra a ameaça imediata de desemprego determinou um processo de solidariedade que em poucos dias abarcou o país, envolvendo vários sectores profissionais ligados à pesca. É esta solidariedade que lhe dá as repercussões nacionais e internacionais que está a ter e lhe abre melhores perspectivas de vitória.

A solidariedade entre as massas trabalhadoras, que tem as suas raízes históricas e as suas justificações teóricas, assume neste momento, quando se agudiza a crónica crise do capitalismo, uma importância determinante. Em circunstâncias em que o grande capital tende a agravar as formas do seu domínio, como única hipótese de protelar uma queda inevitável, a solidariedade entre os trabalhadores ganha crescente importância. Contra os despedimentos em massa, contra o crescente agravamento do custo de vida, contra as interdições profissionais que de facto são praticadas, embora à margem da lei, em todo o mundo capitalista, contra os cortes nas verbas destinadas a fins sociais, contra o tendencial agravamento do carácter repressivo e, neste momento também militarista, dos mais desenvolvidos Estados capitalistas, a luta unida das massas trabalhadoras é um dado decisivo. E conta com uma base apreciável. A classe operária é parcela decisiva da população activa destes países: 63% na Itália, 80% na Grã-Bretanha, 74% na RFA, 70% na França. A defesa dos interesses vitais dos trabalhadores impõe a firme utilização de tão importante potencial de luta.

Mais um passo na acentuação do carácter repressivo do regime da Coreia do Sul. O presidente interino Choi Kyu-Hah demitiu-se a fim de permitir que o general Chun Doo-Hawan assuma a presidência do país. Entretanto prossegue a «operação de purificação». Dezenas de milhares de pessoas foram presas. Este o carácter dos regimes activamente apoiados por Washington

Desarmamento
o único caminho possível

A semana passada iniciou-se em Genebra a segunda conferência para a revisão do tratado de não proliferação de armas nucleares. Na mensagem enviada pelo presidente Brejnev e esta Conferência reafirma-se que a União Soviética não utilizará armas nucleares contra os Estados que renunciaram à sua produção e compra e não as tenham nos seus respectivos territórios, e destaca-se: "A União Soviética considera necessário – particularmente nas condições actuais – aplicar as disposições do tratado para tomar medidas efectivas que ponham termo à corrida às armas nucleares e assegurem o desarmamento".

Nos últimos tempos têm-se realizado encontros positivos, em Moscovo, Varsóvia e Berlim, capital da RDA, com dirigentes da França e da RFA. Assinalando a importância de tais encontros, o chanceler Helmut Schmidt, da RFA, afirmou mesmo que o recente período de perigosa tensão mundial tinha terminado.

A História comprova que é com estes passos para um comum entendimento, pequenos elos num caminho longo e difícil, que se vai firmando uma perspectiva de paz, possível pelo poder crescente do socialismo e das forças revolucionárias e democráticas. Entretanto o optimismo do chanceler da RFA será muito possívelmente exagerado. Até porque, também a RFA – ao mesmo tempo que debate em Moscovo formas de ultrapassar um clima de guerra fria cuja responsabilidade uma vez mais cabe integralmente ao imperialismo – defende, com a França, a implantação de novas armas nucleares e a construção da bomba de neutrões, e desenvolve acordos bilaterais com o mesmo país, que constituem, em si, novos atentados a uma política de desanuviamento. Factos que nos dão a medida das dificuldades e da complexidade – mas também da inevitabilidade – do processo global de desanuviamento. Entre Moscovo e Paris, Schmidt deu uma pequena amostra do que é a política do capital, oscilante entre o realismo que se impõe e a agressividade que é sua essência.

"Directiva presidencial 59"

Na vertente de uma campanha eleitoral que – significativamente – parece acentar na violência, Carter avançou com mais um passo na militarização da vida económico-política do país: a "directiva presidencial 59", apresentada aos restantes países da NATO como um facto consumado e que determina novas medidas de defesa e ataque integradas na perspectiva de uma guerra nuclear. Ilustrando o conteúdo de tal directiva, Brzezinski afirma mesmo, hipocritamente, que esta se torna necessária "para evitar uma escolha entre a rendição e a guerra nuclear". Cabe perguntar de que rendição se trata – a do imperialismo norte-americano face à luta dos povos? –, e quem se arroga o direito de uma escolha que cai sobre a Humanidade como uma opção de vida ou de morte?

A decisão de Carter, como as afirmações de Brzezinsky, inserem-se no quadro da política que tem vindo a ser prosseguida pela Casa Branca. Na sua "mensagem ao Estado da União", de 23 de Janeiro de 1980, Carter enumerou as principais medidas de carácter militar visando impor os interesses dos EUA, os interesses do imperialismo, por todo o mundo:

– reforço da "potência militar dos EUA, dos seus aliados e amigos", com vista a obter a almejada superioridade militar;

– concretização acelerada da decisão tomada pela NATO em 12 de Dezembro de 1979 sobre a produção e instalação, em alguns Estados europeus, de mísseis atómicos de grande alcance "Pershing 2" e "Cruise Missile";

– a formação de um corpo de intervenção rápida de 100 000 homens que poderá intervir "em qualquer região de importância estratégica" para os EUA, particularmente no golfo Pérsico e no sudoeste asiático;

– a fabricação em massa de mísseis de cruzeiro, a modernização da frota de submarinos com submarinos "Trident" e a produção de mísseis intercontinentais MX;

– a criação de novas bases militares no Próximo e no Médio Oriente e em África;

– o aumento do orçamento militar dos Estados Unidos, que atingirá, em 1980-81, os 165,2 biliões de dólares.

Fala-se claro. Pretende-se ditar, de uma posição de força, e pela chantagem nuclear, os destinos da Humanidade. Mas numa base – ainda que profundamente perigosa – do mais total irrealismo político.

Irrealismo político

Em Junho passado, na Universidade de Harvard, o secretário Vance, que se demitiu na sequência da aventura militar norte-americana no Irão, afirmou: "Senhores, se acreditam que os Estados Unidos têm o poder de dispor do mundo da maneira como lhes convier, que lhes seja possível dominar a União Soviética pelo simples facto de o quererem, ou que se possa impedi-la de ser uma superpotência, estão loucos. E essa loucura é uma loucura perigosa". Claro está que Vance não defende as forças progressistas. Vance limita-se a tentar preservar, dentro da lógica capitalista, aquilo que, de momento, ainda é possível preservar. Mas destaca claramente o irrealismo e os perigos da actual política externa norte-americana, acente na violência, acente na ridícula redução da luta de libertação dos povos a uma pretensa "intervenção soviética».

As posições de distância assumidas por dirigentes da Europa capitalista em relação a tais posições testemunham do seu irrealismo. Os três momentos em que, no curto prazo de meio ano, se viveu a hipótese de um holocausto nuclear por falha técnica dos serviços militares do Pentágono, atestam do seu perigo muito real e imediato.

A única resposta possível é o desarmamento.

Respondendo às perguntas de todos os dias...

É verdade que os preços subiram de uma forma geral durante os meses de governo "AD"?

É.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística, foi o seguinte o aumento de preços durante os primeiros seis meses de 1980:

Alimentares	+21%
Vestuário e calçado	+35%
Despesas da habitação	+25,6%
Diversos	+26,2%
Bebidas	−29,3%
Total (sem habitação)	+20%

A subida nos géneros alimentares fez-se sentir também?

E de que maneira!

Ainda segundo o Instituto Nacional de Estatística, os aumentos reais de preços médios no Continente entre Junho de 1979 e Junho de 1980 foi o seguinte:

Produto	Quantidade	Junho 1979	Junho 1980	Aumento de preço
Feijão branco	Kg	49$90	61$50	+ 11$60
Alface	Kg	25$30	35$60	+ 10$30
Couve portuguesa	Kg	14$20	16$10	+ 1$90
Bananas	Kg	40$00	79$00	+ 39$00
Maçãs	Kg	27$90	50$80	+ 22$90
Costeletas carneiro	Kg	227$10	263$80	+ 36$70
Carne vaca 1.ª, fresca	Kg	287$50	370$30	+ 82$80
Carapaus	Kg	128$00	141$60	+ 13$60
Chicharro	Kg	61$50	79$60	+ 18$10
Azeite fino embalado	Lt	107$80	121$90	+ 14$10
Margarina	Kg	71$40	84$60	+ 13$20
Café moído avulso (puro)	Kg	444$20	579$50	+135$30

Aliás, bastaria recordar os **aumentos de preços** registados no chamado **"cabaz de compras"**, em **Fevereiro** deste ano. Vejamos alguns dos aumentos de preços então decretados pelo governo Sá Carneiro:

Produto	Quantidade	Preço anterior	Novo preço	Aumento de preço
Pão de 1.ª, pequeno	Kg	22$00	26$00	+ 4$00
Massas consumo corrente	Kg	13$60	16$00	+ 2$40
Farinhas simples	Kg	16$40	18$60	+ 2$20
Bolacha torrada	Kg	52$00	64$00	+12$00
Bolacha água e sal	Kg	58$00	72$00	+14$00
Arroz carolino	Kg	30$00	36$00	+ 6$00
Óleos alimentares	Lt	53$50	65$00	+11$50
Margarinas	Kg	60$70	71$00	+10$30
Queijo flamengo	Kg	195$00	230$00	+35$00
Açúcar	Kg	24$00	30$00	+ 6$00

E, **além de decretar estes aumentos de preços, o governo "AD" ainda subsidiou os grandes produtores e armazenistas destes produtos com 28 milhões de contos, pagos pelo povo português!**

É verdade que pelo menos duas coisas desceram de preço: o vinho e a batata?

É, e o governo "AD" tem feito enorme especulação com isso.

Mas toda a verdade é esta:

1.º – Este ano foi um bom ano agrícola com grande produção de legumes, batata e vinho;

2.º – Este facto determinou que houvesse mais produtos no mercado e que os intermediários que compram os produtos aos lavradores passassem a pagar preços muito mais baixos. **A verdade é que os preços desceram muito mais no produtor do que no consumidor**, ou seja, os agricultores recebem muito menos e os intermediários (que são um dos apoios da "AD" através da CAP) têm mais lucro porque pagam muito mais barato e continuam a vender caro.

3.º – Apesar de haver muita batata em Portugal e de os agricultores precisarem de a vender, o governo Sá Carneiro autorizou que os grandes armazenistas importassem em 4 meses 605 mil contos de batata do estrangeiro (**mais 304 mil contos** que no mesmo período de 1979), o que fez ainda baixar mais o preço pago ao lavrador português sem que os consumidores tivessem com isso qualquer vantagem.

É verdade que o governo "AD" baixou os impostos?

Nem de perto, nem de longe!

Em geral, em 1980 e graças à política de Sá Carneiro os portugueses vão pagar **mais 40 milhões de contos** de impostos, o que equivale a dizer que cada português, em média, pagará mais 4 contos por ano.

Houve alterações nos impostos profissional e complementar. Isso não beneficia os trabalhadores?

Essas alterações são os chamados "benefícios fiscais". Simplesmente, é preciso ver, conforme os rendimentos de cada um, o resultado que dá a sua aplicação. A situação é a seguinte:

— se uma pessoa receber 10000$00 de salário bruto por mês, tem uma redução nos impostos de 223$00 por mês;
— se receber 20000$00, a redução é de 488$00;
— se receber 50000$00 por mês, a redução mensal é de 2916$00;
— se receber 70000$00, a redução mensal é de 5560$00!

É claro! Um trabalhador que ganhe 10000$00 por mês vê-se "beneficiado" em 2676$00 por ano; um administrador que ganhe 70000$00 é beneficiado (aqui já sem aspas...) em 66720$00 ao fim do ano!

E quanto aos outros impostos?

De facto, ainda há mais, pois o Orçamento Geral do Estado do governo "AD" prevê arrecadar, em 1980, 69,8 milhões de contos de impostos directos (mais 17,5 milhões de contos que em 1979) e 114,2 milhões de contos de impostos indirectos (mais 22,5 milhões de contos que em 1979). Como se vê, agrava-se ainda a grande diferença entre impostos directos e indirectos.

Ora, o imposto directo é aquele que é pago **directamente** por uma pessoa ou entidade e que por isso se relaciona sempre com os seus rendimentos: quem mais tem, mais paga (embora possa ser beneficiado por "habilidades" como vimos no anterior!); no imposto indirecto, ele incide sobre produtos que tanto podem ser comprados por uma pessoa com muito dinheiro como com pouco, que paga sempre o mesmo. Por exemplo: um frigorífico paga uma certa percentagem sobre o seu preço de imposto de transacção; tanto faz que quem compra o frigorífico seja um trabalhador ou um ricaço, o que paga de imposto é o mesmo — o que evidentemente beneficia quem mais tem.

Os salários aumentaram com o governo "AD"?

Muitíssimo pelo contrário, como toda a gente sabe!

De acordo com o próprio Departamento Central de Planeamento do Ministério das Finanças, no 1.º trimestre de 1980 os salários reais dos trabalhadores da indústria e transportes do distrito de Lisboa **desceram** 1,5%, na construção civil 3,7% e nas mulheres trabalhadoras rurais 29,2%.

OS reformados, pensionistas e idosos, igualmente têm visto o seu poder de compra diminuir substancialmente já que, dos **1 milhão e seiscentos mil** reformados o Orçamento Geral do Estado do governo "AD" apenas contemplou **250 mil,** e destes, 137284 apenas foram contemplados com aumentos entre 10$00 e 250$00 por mês.

Ou seja, quando Sá Carneiro afirma que o poder de compra da população está a aumentar, está de facto a mentir despudoradamente!

O escudo foi revalorizado pelo governo "AD". O povo beneficiou alguma coisa com isso?

Nada!

O único efeito que a revalorização do escudo teve, no campo dos preços, foi o de permitir aos importadores aumentarem os seus lucros, pois passaram a comprar mais barato e continuaram a vender cada vez mais caro. Foi o que se passou, por exemplo, com os **medicamentos**, com o **café** e com os **automóveis. As multinacionais** passaram a importar os **medicamentos** a preços mais baixos, mas continuaram a aumentar os preços de venda ao público.

Assim, durante o 1.º semestre de 1980, aumentaram de preço 150 **medicamentos,** entre os quais se contam os medicamentos mais vendidos em Portugal, como sejam, por exemplo:

Medicamentos	Aumento de preço
Canesten	+49,8%
Hygroton 50	+18,4%
Lorenin	+23,2%
Britacil	+13,0%
Hyrudoid	+20,3%
Optalidon	+13,7%
Ceporex	+24,2%

O **café** cujo preço no mercado internacional tem vindo a baixar desde o final do ano passado, viu o seu preço aumentar no mercado nacional, passando de 444$20 o Kg para 579$50.

Os **automóveis** também não baixaram de preço (e deveriam ter baixado) por efeito da revalorização do escudo.

(A baixa de preços dos automóveis anunciada recentemente deve-se, apenas, à redução do imposto que recai sobre a venda de automóveis. Isto é, esta baixa de preço foi suportada pelo Orçamento Geral do Estado, e não resulta da revalorização do escudo, pelo que os importadores de automóveis viram os seus lucros aumentarem.)

E mesmo na redução de preços dos automóveis é significativa a política do governo "AD". Assim:

- um carro que custava 273 contos viu o preço diminuir 15 contos;
- um carro que custava 450 contos viu o preço diminuir 42 contos;
- um carro que custava 4260 contos viu o preço diminuir 782 contos.

Isto é, as reduções de preços, quando existem, beneficiam mais os que mais podem pagar!

O governo "AD" fez alguma coisa para combater o desemprego?

A única coisa que o governo "AD" fez em relação ao desemprego foi uma habilidade de números... para além de o agravar!

Quanto aos números, o governo "AD" passou a reconhecer **apenas** como desempregados aqueles que continuam à procura de emprego pelas vias oficiais, quando toda a gente sabe que:

1.º – Milhares de desempregados desesperaram já de encontrar colocação através dos serviços oficiais e procuram-no pelos seus próprios meios;

2.º – Não são considerados desempregados os jovens que andam à procura de primeiro emprego!

A realidade é que existem hoje em Portugal entre 350 a 500 mil desempregados. São jovens 58% do total de desempregados: um em cada cinco jovens não tem trabalho, dois em cada três desempregados são mulheres.

O governo "AD" autorizou despedimentos colectivos (ITT/Standard, etc.), provocou o aumento brutal do desemprego no Alentejo com a ofensiva contra a Reforma Agrária, pretendeu institucionalizar o contrato a prazo e apoia o aumento da repressão patronal que conduz ao desemprego.

Com todo o descaramento, anuncia que em 1980 se previa, no máximo a criação de 18000 novos postos de trabalho quando sabe perfeitamente que só este ano haverá mais 30000 jovens que se vêm juntar aos duzentos e tal mil à procura de primeiro emprego.

... sobre o desgoverno da «AD»